

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

MIRIAM ELVIRA JUNGHANS

AVIS RARA: A TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DA NATURALISTA ALEMÃ
EMÍLIA SNETHLAGE (1868-1929) NO BRASIL

Rio de Janeiro
2009

MIRIAM ELVIRA JUNGHANS

***AVIS RARA: A TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DA NATURALISTA ALEMÃ
EMÍLIA SNETHLAGE (1868-1929) NO BRASIL***

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. MAGALI ROMERO SÁ

Rio de Janeiro
2009

J95 Junghans, Miriam Elvira

..... Avis rara: a trajetória da naturalista alemã Emília
Snethlage (1868-1929) no Brasil / Miriam Elvira Junghans .-
Rio de Janeiro : s.n., 2009.

148 f . il.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da
Saúde)-Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.
Bibliografia: p.117-134.

1.Ciência. 2. História. 3. Museu. 4. Mulheres. 5. Snethlage,
Emília. 6. Biografia.

CDD:509

MIRIAM ELVIRA JUNGHANS

AVIS RARA: A TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DA NATURALISTA ALEMÃ EMÍLIA SNETHLAGE (1868-1929) NO BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovada em 07 de julho de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Magali Romero Sá (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) - Orientadora

Profa. Dra. Lorelai Brilhante Kury (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

Prof. Dr. Nelson Sanjad (Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT)

Suplente:

Profa. Dra. Moema Vergara (Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCT)

Profa. Dra. Dominichi Miranda de Sá (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

Rio de Janeiro
2009

Aos meus pais e irmãos

Ao meu avô, Kurt Emil Junghans

AGRADECIMENTOS

Quando paramos para pensar na quantidade de pessoas envolvidas na elaboração de uma dissertação de mestrado, acabamos total e plenamente convencidos de que a ciência é uma atividade coletiva, social. Certamente acabarei me lembrando de mais alguma colaboração importantíssima assim que esta relação adquirir seu formato definitivo. Adianto aqui, a quem for injustiçado, meu pedido de desculpas.

Na Alemanha os orientadores de pós-graduação são chamados de *Doktorvater* e *Doktormutter*. Levando essa idéia ao pé da letra, Magali Romero Sá esteve ao meu lado orientando, incentivando e apoiando das mais diversas formas, sempre acessível e pronta a ajudar. Não tenho palavras suficientes para agradecer-lhe.

À Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde – em especial à coordenadora Maria Raquel Fróes da Fonseca – por terem acolhido a pesquisa proposta e pela bolsa concedida durante o curso.

A Jaime Benchimol, mestre e amigo.

A Nelson e Andréa Sanjad, e aos meninos, João Pedro e Francisco Paulo, pela carinhosa acolhida em Belém e pelo apoio e incentivo permanentes.

Aos Profs. Drs. Lorelai Kury, Nelson Sanjad, Dominichi Miranda de Sá e Moema Vergara, pela participação nas bancas de qualificação e defesa.

Aos professores da COC Nísia Trindade Lima, Nara Azevedo, Lorelai Kury, Dominichi Miranda de Sá, Robert Wegner, Luiz Otávio Ferreira, Simone Kropf, Kaori Kodama e Luiza Massarani, por compartilharem, com tanto entusiasmo, seus conhecimentos.

Aos colegas da pós-graduação Lia, Érico, Maria Letícia, Carmen, Teresa, Simone, Ricardo, Arthur, Gabriel e Juliana, e em especial a Letícia, André Felipe e Vanderlei, pelas discussões, sempre proveitosas, e pela compreensão e amparo em tantos momentos de angústia e incerteza.

Aos amigos de todas as horas: Irene Ernest Dias, Juliana Johann, André Sena, Selene Guimarães, Márcia Monteiro e Renata Lins.

Ao Sr. Rotger Snethlage, que compartilhou as lembranças da sua tia-avó, Emília Snethlage, e à jornalista Gleice Meire, que gentilmente enviou-me essas informações.

Este trabalho é parte importante de um caminho que começou no Projeto Adolpho Lutz, coordenado por Jaime Benchimol e Magali Romero Sá. Muitas das pessoas que conheci aí acompanharam-me na atual jornada: Jacqueline Ribeiro Cabral, Márcio Magalhães, Luiz Octávio, Aninha, Monica Cruz e Jutta Ebeling. Agradeço em especial à Fernanda Schnoor e Tatiana Bukowitz, que me ajudaram com as traduções para o inglês.

Ao digno representante da categoria “etnólogos alemães no Brasil”, meu querido amigo Sebastian Drude.

Ao pessoal de Belém que conheci nessa grande e acolhedora “aldeia” que é a casa de Sebastian: Rose, Janina, Vilacy, Núbia, Fabíola, Jacinéia, Marga, Iva e Rui Rohte-Neves, Carlos e Regina, João e Elisete, Elis e Ailson....

Ao pessoal do MPEG, pelo carinho e pela disponibilidade: Alexandre Aleixo, Fátima Lima, William Leslie Overal, Teresa Pires, Marinus Hoogmoed, Doralice Romeiro, Aldeides, Olímpia Resque, Mazildo, Rachel, Karin Naase, João Alberto Queirós e Ramiro.

A Antônio Carlos Gomes Lima, da biblioteca do Museu Nacional, pela eterna boa vontade e simpatia.

Aos funcionários da COC, em especial Maria Cláudia, Paulo e Wanda Weltmann.

Aos funcionários da biblioteca e do arquivo do MAST: Araci, Heloísa, Telma, Lúcia e Cris.

Por que levamos adiante uma tarefa que jamais se completará?

Max Weber, “A ciência como vocação”

SUMÁRIO

Lista de ilustrações – p. 9

Lista de abreviaturas e siglas – p. 10

Resumo em português – p. 11

Resumo em inglês – p. 12

1 INTRODUÇÃO – p. 13

2 SENHORINHA DOUTORA, UM ESBOÇO BIOGRÁFICO – p. 20

2.1 Berlim – p. 20

2.2 Belém – p. 24

2.3 Rio de Janeiro – p. 41

3 O TRABALHO DE CAMPO – p. 45

3.1 Viajantes, naturalistas – p. 47

3.2 Os trópicos – p. 55

3.3 A natureza e o homem no leste do Pará – p. 58

3.4 O trabalho de campo de Emília Snethlage – p. 69

3.5 A travessia Xingu-Tapajós – p. 83

4 O TRABALHO DE GABINETE – p. 95

4.1 O Jardim Zoológico do Museu Goeldi – p. 97

4.2 A produção científica de Emília Snethlage – p. 99

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – p. 114

6 OBRAS CITADAS E CONSULTADAS – p. 117

7 ANEXO – A última carta de Emília Snethlage – p. 135

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig.1 Emília Snethlage no Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1926.....	p.139
Fig.2 Folha de rosto da tese de doutorado de Emília Snethlage, 1905.....	p.140
Fig.2.1 Prancha da tese de doutorado, desenhada por Emília Snethlage, 1905.....	p.141
Fig.2.2 Prancha da tese de doutorado, desenhada por Emília Snethlage, 1905.....	p.142
Fig.3 Mapa do “Catálogo de aves”, 1914.....	p.143
Fig.4 Emília Snethlage e a chimpanzé, no Museu Goeldi, s/d.....	p.144
Fig.4.1 Emília Snethlage e a chimpanzé, no Museu Goeldi, s/d.....	p.145
Fig.5 Foto de espécime (<i>Scytalopus speluncae</i>), 1930.....	p.146
Fig.5.1 Etiqueta de espécime preenchida por Emília Snethlage, 1929.....	p.147
Fig.6 Detalhe do mapa da travessia Xingu-Tapajós de 1909.....	p.148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABL – Arquivo da Academia Brasileira de Letras

ABC – Academia Brasileira de Ciências

AMAST – Arquivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins

AMNRJ – Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro

AMPEG – Arquivo Guilherme de La Penha, Museu Paraense Emílio Goeldi

FEG – Fundo Emílio Goeldi no AMPEG

FES – Fundo Emília Snethlage no AMPEG

RESUMO

A dissertação tem por objetivo analisar a trajetória científica da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929), que trabalhou no Brasil a partir de 1905. Algumas características distinguem seu percurso profissional: o fato de ser mulher, de ter formação acadêmica, a grande ênfase no trabalho de campo, que realizou por toda vida e o fato de ter desenvolvido toda sua trajetória em museus de história natural, na Alemanha e no Brasil. Esta configuração singular funciona como contraponto à reflexão sobre algumas das variáveis sociais envolvidas na produção do conhecimento científico no Brasil, nas três primeiras décadas do século XX. O trabalho de campo e o trabalho de gabinete apresentam-se como instâncias complementares na legitimação do trabalho da cientista e é a partir delas que se desenvolve a análise proposta.

Emília Snethlage – história das ciências – museus de história natural – mulheres cientistas – relações científicas teuto-brasileiras.

ABSTRACT

The dissertation has the objective of analyzing the scientific trajectory of the German Naturalist Emília Snethlage (1868-1929) who has worked in Brazil since 1905. Some characteristics distinguish her professional route: the fact of being woman, of having academic formation, the great emphasis on field work, undertaken through all her life, and the fact of having developed all her path in national history museums both in Germany and in Brazil. This singular configuration stands in a contrastive way when one reflect about some of the social variables involved into the production of scientific knowledge in Brazil during the three first decades of the 20th century. The field work and the laboratory work are presented as complementary spheres on the validation of the scientist's work, and it is from this starting point that the proposed analysis is developed.

Emília Snethlage – History of Science – Natural History Museums – women scientists
– German-Brazilian scientific relations

1 INTRODUÇÃO

Sobre o corredor que dá acesso à coleção de ornitologia do Museu Paraense Emílio Goeldi vela o austero retrato de uma senhora. As portas pesadas dão acesso a um grande salão cheio de armários de madeira de portas duplas. Dentro dos armários, dispostos em pequenas gavetas rasas, dormem 70.000 aves da região amazônica. A aparência geral do salão, os armários fechados, as infinitas gavetas meticulosamente arrumadas, reforça a impressão de austeridade do retrato no corredor. As aves, cada série deles, as gavetas, os armários, todo o salão, formam um repositório de dados científicos a disposição de ornitólogos e outros cientistas da área biológica. Um historiador da ciência, no entanto, antes de se debruçar sobre infinitas gavetas, perguntaria: quem é aquela senhora do retrato na entrada?

O objetivo do presente trabalho é analisar a trajetória profissional da naturalista alemã Emília Sneathlage (1868-1929), que trabalhou no Brasil entre 1905 e 1929. A principal fonte de informações foram os artigos científicos publicados por Emília Sneathlage. Estas publicações – juntamente com os espécimes que coletou, as coleções ornitológicas para cuja formação contribuiu e que fundamentam hoje os acervos ornitológicos do Museu Paraense Emílio Goeldi e do Museu Nacional do Rio de Janeiro – constituem o legado científico da naturalista e são responsáveis pelo reconhecimento que recebeu ao longo do tempo e que persiste ainda hoje, principalmente por parte dos especialistas em ornitologia. A análise dos artigos publicados por Sneathlage foi amparada pela documentação pesquisada principalmente no Museu Paraense Emílio Goeldi e no Museu Nacional do Rio de Janeiro¹. Embora a

¹ A documentação a qual tivemos acesso, no Arquivo Guilherme de La Penha do Museu Paraense Emílio Goeldi é constituída, basicamente, de documentos administrativos. As cartas pessoais de Emília Sneathlage que constam desta coleção infelizmente apresentam-se, quase todas, completamente ilegíveis, tendo sido transformadas, pela ação do tempo, em um borrão indistinto. As três caixas de documentos administrativos gerais apresentam, entre outros papéis, ofícios, principalmente para o governo do estado do Pará, e cartas de instituições científicas do mundo inteiro ou de particulares, tratando dos mais variados temas, desde a solicitação de uma onça, por um funcionário de circo no interior da Paraíba (à qual Sneathlage responde peremptoriamente, na margem da carta, “não vendemos onças”) [AMPEG/FES (1914-1921), cx.2, pasta 45], até o pedido da empresa farmacêutica norte-americana Eli Lilly and Co., que pretendia explorar comercialmente a “muira puama”, ou marapuama (*Ptychopetalum olacoides*) [AMPEG/FES (1914-1921), cx.1, pasta 88]. Outras três caixas apresentam prestações de contas e documentos diversos referentes à administração financeira do museu, como relações de compras de material para excursões científicas e para a manutenção das instalações do

maior parte dos artigos de Snethlage concentrem-se na área de ornitologia, o olhar do historiador e, mais especificamente, do historiador da ciência, encontrará, ao analisá-los, informações diferentes daquelas que chamariam a atenção de um biólogo ou de um especialista em aves. O olhar com o qual se perscrutará as obras publicadas por Emília Snethlage, portanto, estará em busca, não das características dos espécimes que descreveu, ou da sua classificação sistemática, ou dos dados que fornece sobre seus hábitos e distribuição geográfica, embora essas informações técnicas sejam muitas vezes levadas em conta nas análises, mas dos aspectos sociais, das redes de produção de conhecimento científico nas quais esteve inserida, a partir da sua formação e em decorrência do seu trabalho, na Alemanha e no Brasil. Serão analisados também alguns aspectos das atividades da cientista, práticas de campo e de gabinete que permitiram, por assim dizer, a transformação das aves que coletou em seu trabalho de campo nas informações científicas difundidas nas obras que publicou.

Ao finalizar sua tese, Nelson Sanjad (2005) propõe, como tarefa aos historiadores da ciência, a análise das trajetórias dos cientistas que atuaram no Museu Goeldi, para que se possa compreender mais claramente os processos de produção de conhecimento que ali tiveram lugar. Procurou-se desenvolver este estudo a partir desse direcionamento. Para isso, alguns autores foram fundamentais. O principal desafio das abordagens historiográficas centradas nos indivíduos é o equilíbrio entre a singularidade destes e os coletivos sociais e científicos dos quais participam. O que Giovanni Levi chamou de “biografia e contexto” pode ser particularmente adequado ao estudo das trajetórias científicas: “qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica” (1996, p. 176). A reflexão do cientista social mexicano Carlos Rojas, sobre a biografia como gênero historiográfico, alerta para a “complicada dialética entre a necessidade e a liberdade” envolvida na escrita biográfica (2000, p. 39). Sua proposta é de ultrapassar a dicotomia entre indivíduo e contexto, considerando o indivíduo *no* contexto. Para ele, existiria “um Braudel antes de Braudel”, ou seja, o autor e sua obra se constroem mutuamente (Rojas, 2000, p. 32). Um dos objetivos desta pesquisa é tornar

museu, recibos de pagamentos de funcionários e prestadores de serviço, de fornecedores de material e da alimentação dos animais do zoológico etc. A coleção permite um fascinante mergulho no dia-a-dia do museu, no período de 1914 a 1922, que revela as diversas dimensões sociais e institucionais do trabalho de Snethlage.

perceptível esse processo, no qual um autor, ou cientista, constrói a si mesmo através do seu trabalho. Por isso optou-se por analisar a produção científica de Emília Snethlage através das suas obras. Os estudos de Dorinda Outram (1997), Lorelai Kury (2001), Margaret Lopes (2001) e Robert Kohler (2002), sobre os lugares de produção do conhecimento científico, sugeriram possibilidades para a análise do trabalho de campo e do trabalho de gabinete como instâncias separadas mas profundamente articuladas. O lugar de produção do conhecimento científico constitui uma das questões centrais do presente trabalho, por isso serão apresentadas algumas considerações mais detalhadas sobre o assunto.

O trabalho de campo e o trabalho de gabinete são formas do fazer científico que ocorrem em localidades com características diferentes. Atualmente o “campo”, enquanto lugar da produção do conhecimento científico, é considerado, pela historiografia da ciência, um objeto de estudo válido. Mas o reconhecimento da localidade em que a ciência é feita como um tema de interesse para os estudos de história social da ciência é recente. Pode-se dizer, de forma metafórica, que durante muito tempo o olhar dos historiadores da ciência foi ofuscado pela luz claríssima e fria que emanava dos laboratórios. Os laboratórios, que começaram a surgir no panorama da ciência por volta de 1840, dominavam este panorama por volta de 1900 e passaram a ser considerados o lugar privilegiado do fazer científico. Ciência passou a ser o conhecimento produzido no laboratório, também para os estudos sociais da ciência. Entretanto, certas características do laboratório enquanto lugar de produção do conhecimento, levaram a uma elisão da relevância da localidade no fazer científico. O laboratório é, por definição, um não-lugar. O conhecimento aí produzido pode ser visto, por isso, como universal, igualmente válido e passível de ser reproduzido, da mesma forma e com os mesmos resultados, em todas as latitudes e longitudes terrestres e mesmo no espaço (Kohler, 2002). Ao considerar as ciências como “independentes de qualquer contexto local”, os estudos de sociologia da ciência “havia transformado a localidade em marca de formas culturais inferiores” (Lopes, 2001, p. 882). Na década de 1980 os estudos sociais da ciência começaram a considerar os aspectos e significados da localidade para o fazer científico, levando em conta que a produção desse conhecimento é feita em “sítios específicos e carrega de modo discernível as marcas desses locais de produção” (Shapin apud Lopes, 2001, p. 882). Entre os primeiros *loci* estudados enquanto lugar de produção de conhecimento

estiveram os mosteiros e os museus². Para Kohler, essa opção se justifica porque tais espaços possuíam uma materialidade cuja carga simbólica podia ser decodificada, ou seja, suas características concretas, como as construções e a forma como seus espaços internos e externos eram construídos e ocupados, podiam ser interpretados dentro de contextos culturais determinados (Kohler, 2002). Além disso tratava-se de instituições que, como tais, gozavam de reconhecimento social, o que contribuía para a validação do conhecimento aí produzido. Os museus, em especial no século XIX, eram lugares construídos com a finalidade específica de produção e divulgação do conhecimento científico. Também os laboratórios passaram a ser abordados de outra maneira, como localidades específicas, analisando-se, entre outras coisas, como vieram a ser considerados não-lugares (*placeless places*) e como a ciência neles produzida obtinha reconhecimento e legitimidade a partir, exatamente, dessa característica (Kohler, 2002, p. 189). Os estudos que levavam em consideração a localidade das práticas científicas ativeram-se, de início, aos espaços construídos pelo homem, poucos foram os que estenderam suas análises aos espaços naturais. O campo não apresenta a mesma concretude e materialidade dos espaços construídos pelo homem, como por exemplo, os museus. A ciência produzida no campo é, antes de tudo, uma prática – o trabalho de campo – e como tal, vinha escapando às análises históricas. Para uma outra ciência social, a antropologia, o trabalho de campo está no centro dos interesses. A importância do trabalho de campo para a antropologia fez com que a disciplina desenvolvesse um corpo de abordagens teóricas que permitem uma leitura crítica da produção do conhecimento feita no campo. E foram os estudos das práticas científicas, feitos por Latour dentro de uma perspectiva antropológica, que o levaram a abordar a questão do campo enquanto *locus* de produção do conhecimento científico. Em 1983, ele analisou os procedimentos de campo de Pasteur no caso do antrax em Pouilly-le-Fort, mas não sem passar antes, como observa Kohler, pelo laboratório pasteuriano (2002, p. 189). Outros estudos de Latour também abordam procedimentos de trabalho de campo, como *A esperança de Pandora*, de 2001. Assim, libertando-se, aos poucos, da primazia do laboratório enquanto localidade privilegiada para o fazer científico, a história social da ciência passou a investigar outros espaços, como os museus ou o “campo” e, a partir deles, novos temas, alguns dos quais abordaremos neste trabalho, como a localidade do fazer científico, os coletores, os comerciantes de

² Cf. Sheets-Pyenson, 1986 e, para o caso do Brasil, Lopes, 1997.

produtos naturais, os catálogos, e práticas culturais como viagens de exploração, trabalhos de campo, classificação de coleções, etc. (Lopes, 2001). Certas características do campo definidas por Kohler ao compará-lo com o laboratório podem ser úteis para definir com maior clareza as diferenças, que interessam diretamente aqui, entre o gabinete e o campo. O gabinete e o laboratório são espaços do fazer científico que, apesar das suas diferenças, guardam certas semelhanças quando examinados em contraposição ao campo³. O espaço do gabinete inclui coleções, bibliotecas, herbários, jardins botânicos e zoológicos (Kury, 2001). Esses espaços são construídos pelo homem e, como tais, ocupam áreas físicas mais ou menos restritas mas, de qualquer forma, claramente delimitadas. O campo, em contrapartida, é um espaço na natureza, extenso e aberto, poroso, permeável. O material que é estudado no gabinete é ou pode ser controlado, ao contrário do que acontece com o campo, no qual o cientista se depara com a multiplicidade e imprevisibilidade do mundo natural. O comportamento dificilmente previsível dos objetos de estudo no campo exige, dos homens de ciência, estratégias e técnicas diversas das empregadas pelos pesquisadores de gabinete. Os espaços restritos do gabinete permitem um controle dos que têm acesso a ele, que são imediatamente ou facilmente identificados, trata-se de indivíduos autorizados a circular naquele espaço definido e, em geral, qualificados para isso. O campo, como espaço público, é aberto a todo tipo de pessoas. Este último fator é de grande importância no reconhecimento da legitimidade da ciência feita no campo pois exige, para o cientista de campo, estratégias de legitimação diferentes das do cientista de gabinete. Nem todas as atividades que têm lugar no campo, mesmo durante uma expedição com finalidades científicas, podem ser reconhecidas imediatamente como produção de conhecimento. Em termos de práticas científicas, a principal diferença entre o gabinete e o campo é que, no primeiro, os objetos a serem estudados estão separados do seu ambiente, do mundo natural. Já passaram por processos de seleção, apresentam-se como unidades discretas. No campo o naturalista é que deverá fazer essa seleção, entre o que lhe

³ A partir daqui são equiparados, *para fins de análise*, esses espaços de produção do conhecimento científico, o gabinete e o laboratório, em contraposição ao campo. O gabinete e o laboratório, no entanto, possuem inúmeras características distintas, e podem não ser equiparáveis em outras circunstâncias. São espaços físicos que possuem uma configuração material diferente. O laboratório, em relação ao gabinete, é um espaço muito mais restrito e controlado de forma mais rígida. As práticas científicas no gabinete e no laboratório são diferentes, embora possam apresentar similaridades. Um estudo comparativo entre o gabinete e o laboratório poderia trazer contribuições interessantes para a história da ciência.

interessa ou não do mundo natural. Não se pode perder de vista, no entanto, que o gabinete e o campo não são espaços estanques, territórios inapelavelmente separados. Embora sejam terrenos culturais diferentes, são contíguos e a comunicação entre eles é permanente. Além disso são interdependentes, desenvolveram-se juntos, fazendo parte de uma cultura científica comum. Também os princípios de produção do conhecimento são semelhantes no gabinete e no campo, embora apresentem particularidades (Kohler, 2002). É possível agora definir as instâncias que farão parte da análise do trabalho de campo realizado por Emília Snethlage. Serão examinados, entre outras coisas, os espaços percorridos por ela em suas excursões e viagens, as atividades e práticas que desenvolvia nesses espaços, as características específicas do seu modo de viajar, as pessoas que a acompanhavam e as que lhe davam apoio material e que, em certos casos, lhe “emprestavam” parte da sua credibilidade, e algumas das estratégias discursivas e sociais, empregadas de forma consciente ou não, que contribuíram para dar legitimidade ao seu trabalho de campo e a si mesma enquanto naturalista viajante. Para a historiadora da ciência Naomi Oreskes (1996), a objetividade e o heroísmo são instâncias que, apesar de contraditórias, atuam com a mesma força, embora através de outros dispositivos sociais, na legitimação do trabalho científico. E ambas excluem as mulheres. A associação, sugerida pela autora, do trabalho de campo com o heroísmo e do trabalho de gabinete/laboratório, com a objetividade, ampliou as possibilidades de análise desses âmbitos. As pesquisas de Lopes (1997) e a já citada tese doutoral de Sanjad serviram de guias no mundo dos museus. E Mariza Corrêa (2003) com sua leitura cuidadosa e arguta da condição das mulheres na antropologia, foi quem apresentou um dos primeiros trabalhos contemporâneos sobre Emília Snethlage.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: no capítulo dois é apresentado um esboço biográfico de Emília Snethlage, com a intenção principal de situar o leitor nas discussões posteriores. Em seqüência cronológica e geográfica, são percorridas as cidades nas quais Snethlage viveu e trabalhou: Berlim, Belém do Pará e Rio de Janeiro. No capítulo três é analisado o trabalho de campo da cientista, sendo abordada a tradição dos naturalistas, o imaginário sobre os trópicos, um artigo de Snethlage sobre geografia, seu trabalho de campo propriamente dito e o relato da travessia Xingu-Tapajós, que fez em 1909. No capítulo quatro é discutido o trabalho de gabinete da naturalista, suas funções no Museu Goeldi e no Museu Nacional, e sua

produção científica. Ao percorrer estes espaços e caminhos se estará atento, principalmente, aos processos de legitimação das atividades científicas.

2 SENHORINHA DOUTORA, UM ESBOÇO BIOGRÁFICO⁴

2.1 Berlim

Nascida em 13 de abril de 1868, em Kraatz bei Gransee, na província de Brandenburgo, ao norte de Berlim, Henriette Mathilde Maria Elizabeth Emilie Snethlage, ou Emília Snethlage, era filha de um pastor luterano, Emil Snethlage, e de sua esposa Elisabeth. Aos quatro anos ficou órfã de mãe, e foi educada em casa pelo pai, como ocorria muitas vezes nas famílias protestantes. Aos 21 anos (1889), sem nunca ter freqüentado uma escola oficial, Emília prestou o exame do governo prussiano que lhe permitia lecionar em escolas secundárias para moças (Snethlage, H., 1930, p. 123). Entre 1889 e 1890 passou um ano na Suíça, no Institut Favre-Bobilier em Fleurier (cantão de Neuchâtel), aperfeiçoando seus conhecimentos de francês. Seguiram-se dez anos de trabalho como preceptora, na Inglaterra, Irlanda e na própria Alemanha. Na análise de Michelle Perrot (1993, p. 169), a atuação das mulheres como preceptoras ou governantas, no século XIX, era uma opção profissional para as filhas das elites empobrecidas ou da burguesia intelectual, e lhes concedia certa liberdade, acompanhada, no entanto, por uma identidade social ambígua. Por um lado lhes era permitido circular por todo o continente, numa emulação da *Bildungsreise*, do *Grand Tour*, tão desejável para a formação e socialização masculinas. Por outro, o trabalho tinha vários aspectos negativos, e a reputação daquelas que a ele se dedicavam não era das melhores. Forçadas a conviver com a intimidade de uma família que não era a sua, as mulheres sozinhas, solteiras e sem filhos, representavam um perigo potencial para a estabilidade emocional dos casais para os quais trabalhavam. Sua posição de intermediárias entre os filhos e os pais não era menos delicada. O cotidiano das preceptoras e governantas era marcado por fortes contradições: sua educação permitia que elas aspirassem a um lugar de *gentlewoman*, enquanto que suas atribuições as equiparavam, muitas vezes, às criadas sem educação formal. Sua identidade social é permeada pelo que Norbert Elias (1997, p. 37) denomina de “sentimento geral de incerteza”, originado pela indeterminação das relações de poder. A zoóloga e militante feminista Bertha Lutz (1894-1976) nos legou um esboço biográfico de

⁴ Este capítulo está fundamentado na nota de pesquisa que publicamos na revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, com correções e complementações provenientes do desenvolvimento da pesquisa. Ver Junghans (2008).

Snethlage, no qual considera a opção profissional das preceptoras como uma “trilha que sufocou muitas vocações brilhantes” (Lutz, 1957, p. 40)⁵. Emília Snethlage, entretanto, conseguiu chegar, através dessa trilha, a um caminho que a levou a uma maior independência pessoal. Tendo recebido uma pequena herança Emília se inscreve, em 1899, com mais de trinta anos, na Universidade de Berlim, para “realizar seu sonho de juventude” e estudar história natural (Snethlage, H., 1930, p. 123). Existem diversas indicações sobre esse interesse de longa data pelo assunto. Seu sobrinho, Heinrich Snethlage, relata que, ainda criança, ela tinha organizado um herbário, para o qual recolhia “quatro plantas por dia” e que havia lido várias obras de um autor de divulgação de história natural bastante popular na época⁶. Cita ainda um engenheiro florestal, amigo da família, que teria se admirado com os conhecimentos da menina sobre o assunto. Esses dados são importantes, não para atestar uma suposta precocidade da pequena Emília, mas sim porque permitem reconhecer a ocorrência de uma prática bastante difundida na Europa no século XIX, o colecionismo de objetos de história natural por amadores⁷. É possível que atividades relacionadas à história natural fizessem parte da cultura familiar, pois tratava-se da casa de um pastor, pertencente a uma camada social que tinha na cultura – o que incluía o conhecimento do mundo natural – um dos seus valores fundamentais. A favor da existência de uma tradição familiar de interesse pela história natural está o fato de que seu sobrinho, Emil Heinrich Snethlage (1897-1939) também dedicou-se à esta disciplina, embora seja possível que o tenha feito animado pelo exemplo da tia⁸. Um interesse

⁵ Bertha Lutz trabalhava no Museu Nacional na época em que Snethlage foi contratada por esta instituição como naturalista viajante. O esboço biográfico fazia parte do discurso feito por Bertha por ocasião do 139º. aniversário dessa instituição, em 1957, e foi publicado no Boletim do Museu Nacional. Para elaborar seu discurso, Lutz baseou-se principalmente em duas fontes: o necrológio escrito pelo sobrinho de Emília, Heinrich Snethlage, e publicado em 1930 e um artigo de Snethlage. Embora o necrológio de Snethlage seja mais completo do que o discurso de Lutz, foi publicado em alemão. Assim, para informações comuns aos dois, é dada preferência ao texto de Lutz, por tratar-se de obra de acesso mais fácil ao leitor brasileiro. Ver Lutz, 1957; Snethlage, H., 1930; Snethlage 1930a.

⁶ Tratava-se de Hermann Wagner. O sobrinho de Emília cita como exemplo o livro *Entdeckungsreisen in Feld und Flur* [Viagens de exploração pelos campos e campinas], que se encontra a venda ainda hoje, em edições antigas, na internet.

⁷ Uma análise profunda das tradições amadoras de história natural na Grã-Bretanha pode ser encontrada em Allen, *The naturalist in Britain* (1995). Para a Europa de maneira geral, ver Drouin e Bensaude-Vincent, “Nature for the people” (1997).

⁸ Heinrich Snethlage (como é denominado no presente trabalho, para evitar equívocos entre o seu nome e o da sua tia), estudou botânica e zoologia nas universidades de Freiburg, Kiel e em Berlim, onde se formou em 1923, com um trabalho sobre ornitologia. No mesmo ano veio para o Brasil e fez, junto com Emília, entre julho de 1923 e janeiro de 1924, uma viagem pelo interior do Maranhão, região cuja fauna ornitológica havia sido pouco estudada. Entre março de 1924 e abril de 1926 esteve a serviço do Fields Museum de Chicago como ornitólogo, percorrendo o Maranhão, o Piauí e o Ceará. Estas viagens despertaram nele um grande interesse pela etnografia, e a mudança de campo de trabalho deu-se “de

desenvolvido através de práticas amadoras de história natural, portanto, contribuiu para a decisão de Emília de inscrever-se na Universidade de Berlim. No final do século XIX e nos primeiros anos do XX, as universidades alemãs, pressionadas por movimentos pelos direitos femininos, começaram a aceitar, oficialmente, a matrícula de mulheres em seus cursos. Até então era permitido a algumas mulheres, em casos considerados exceções, assistir a aulas como ouvintes, e algumas chegavam a graduar-se⁹. Segundo o depoimento de Rotger Snethlage, sobrinho-neto de Snethlage, essa “permissão” foi concedida a Emília dentro de condições extremamente restritivas. A estudante devia chegar ao auditório quinze minutos antes do início da preleção, recolhendo-se atrás de um biombo. Não era permitido a ela manifestar-se de nenhuma forma durante a aula, e deveria deixar o local apenas depois de transcorrido um quarto de hora do final da apresentação¹⁰. Aparentemente, os cavalheiros presentes não poderiam ser, de nenhuma forma, distraídos pela presença de uma dama. Foi, portanto, enfrentando preconceitos que as primeiras mulheres cursaram a universidade na Alemanha, Snethlage entre elas. Ela estudou história natural em Berlim, Jena e Freiburg am Breisgau, onde doutorou-se em 1904, *summa cum laude*, com uma tese sobre a inserção e origem da musculatura no corpo dos artrópodes, ilustrada com duas pranchas de desenhos feitos por ela (Snethlage, 1905 e Fig.2.1 e 2.2). Na transição do século XIX para o século XX a zoologia na Alemanha estava sob o influxo poderoso de dois expoentes do darwinismo: Haeckel (1834-1919) e Weismann (1834-1914). Os dois tiveram um papel fundamental na formação, tanto de Snethlage, quanto do zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917), que será o responsável direto pela sua

forma surpreendentemente rápida”. É como curador da seção de etnografia que o Museu de Etnografia de Berlim o contrata em 1927. Entre 1933 e 1935, patrocinado pela Fundação Arthur Baessler, percorre o rio Guaporé, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. De volta à Europa, publica diversos artigos sobre etnografia, os primeiros registros arqueológicos da região de Guaporé, um livro de divulgação (*Atiko y*) e, em 1938, um importante trabalho sobre etnomusicologia (*Musikinstrumente der Indianer des Guaporégebietes*). A 2ª. Guerra Mundial interrompe sua carreira em 1939. Em 1935 foi entregue ao Museu Nacional do Rio de Janeiro uma coleção com 130 objetos indígenas dos Amniapa, Aruá, Canindé, Guaratejara, Huanyam, Jaboti, Kumaná, Makurap, Tupari e Wayoró, entre outros, cujas duplicatas encontram-se no Museu Etnográfico de Berlim (Rotger Snethlage, filho de Heinrich Snethlage. Ver “Fontes eletrônicas”). É possível encontrar documentação sobre Heinrich Snethlage no AMAST e seu livro *Atiko y*, de 1937, faz parte do acervo da biblioteca do MPEG e *Meine Reise durch nordostbrasilien*, de 1928, pode ser encontrado na biblioteca do MNRJ.

⁹ O primeiro país de língua alemã a aceitar mulheres na universidade foi a Suíça, em 1865, seguida pela Áustria, que desde 1878 permitia que assistissem às aulas como ouvintes. Na Alemanha, a Universidade de Freiburg foi a primeira a aceitar oficialmente a matrícula de mulheres, a partir do semestre 1899/1900. As primeiras mulheres doutoraram-se em Freiburg em 1901 e em Jena em 1904 (ano do doutoramento de Snethlage). Na Prússia as mulheres passaram a ser aceitas em caráter oficial na Universidade de Berlim em 1908.

¹⁰ Rotger Snethlage em entrevista concedida à jornalista e fotógrafa brasileira Gleice Mere, a quem agradeço a gentileza de enviar-me o material e de autorizar seu uso.

vinda ao Brasil. Ernest Haeckel, discípulo de Virchow (1821-1902), pontificava em Jena, centro do darwinismo na Alemanha de então. Tendo traduzido Darwin para o alemão, era conhecido como o “buldogue de Darwin no continente”¹¹. No estudo dos processos evolutivos, propôs o que seria conhecido (e contestado) mais tarde como “teoria da recapitulação embrionária”, que liga a ontogenia (desenvolvimento da forma) à filogenia (descendência evolutiva). Foi docente de anatomia comparada e zoologia em Jena de 1862 a 1909 e, de acordo com o zoólogo brasileiro Miranda-Ribeiro, professor de Snethlage (1936, p. 81). Antes de ter sido professor de Snethlage, no entanto, Haeckel foi professor e orientador de Emílio Goeldi, que defendeu tese em Jena em 1884, com um estudo de anatomia comparada em peixes (Sanjad, 2005, p. 156). Segundo Sanjad, Haeckel foi um dos principais responsáveis pela orientação evolucionista dos estudos de Goeldi (2005, p. 268-277)¹². Já August Weismann, aluno de Rudolph Leuckart (1822-1898) em Gießen foi, de acordo com Ernst Mayr, o nome mais importante da teoria da evolução depois de Darwin.

Na Alemanha, na segunda metade do século XIX os estudos de biologia evolutiva, impulsionados pelas teorias darwinistas, deram origem a grande número de teorias e concepções sobre a herança, ou seja, sobre a forma pela qual eram transmitidas as variações morfológicas de uma geração para outra. Estes estudos eram dificultados pela falta de dados empíricos, o que representou um desafio para toda uma geração de jovens cientistas que se dedicou aos estudos biológicos. Um pesquisador se destacou nesse grupo, August Weismann. Com seus estudos, refutou as concepções de herança dos caracteres adquiridos, desenvolveu novas teorias genéticas e lançou as bases para a aceitação das idéias mendelianas sobre herança, que configuraram a etapa seguinte do evolucionismo moderno (Mayr, 1991). Num momento em que a zoologia conquistava espaço como disciplina independente, separando-se da medicina, foi de Weismann a primeira cátedra da nova disciplina na Alemanha. Ele lecionou em Freiburg, entre 1863 e 1912, e foi o orientador da tese de doutorado de Emília Snethlage¹³. As trajetórias universitárias de Haeckel e Weismann

¹¹ Em contrapartida a Thomas Huxley (1825-1895), o “buldogue de Darwin” na Inglaterra. Haeckel era médico e artista, seus desenhos impressionantes influenciaram a *art nouveau*, mas não impediram que fosse envolvido, em 1909, numa controvérsia científica, acusado de modificar seus desenhos para adequá-los a sua teoria. Propôs, entre outros, os termos “filo”, “protista” e “ecologia”.

¹² Estes estudos evolucionistas incluíram, por exemplo, a “cigana” (*Opisthocomos hoazin* Müller, 1776), ave que, quando jovem, apresenta garras nas asas, que depois se atrofiam e desaparecem, o que desafiava a classificação sistemática. (Sanjad, 2005, p. 268-269).

¹³ Na página de abertura da tese de doutorado de Emília Snethlage, encontra-se, após uma introdução (“Dissertação inaugural aceita pela Faculdade de Filosofia em 12 de julho de 1904”), a seguinte

tiveram uma duração extremamente longa, de quase cinquenta anos cada. Assim, Snethlage e Goeldi puderam compartilhar dos ensinamentos de Haeckel, em Jena, e Goeldi foi aluno de Leuckart (Sanjad, 2005, p. 156), professor de Weismann, sob cuja orientação Snethlage estudou em Freiburg. Portanto, apesar de Snethlage ser quase dez anos mais nova do que Goeldi e de ter entrado na universidade com mais de trinta anos, ambos se formaram dentro de um grupo de universidades centro-européias interligadas por linhagens acadêmicas. Estas universidades formavam uma matriz institucional dentro da qual se falava, de maneira geral, a mesma linguagem científica, ou seja, o conhecimento era produzido dentro de um marco teórico e prático semelhante. Para Goeldi, Snethlage e outros cientistas que trabalharam no Museu Paraense, como veremos adiante, esta linguagem comum será um fator que terá forte influência na produção científica aí desenvolvida.

Tendo completado seus estudos em 1904, a “Senhorinha Doutora”¹⁴, voltou a Berlim, onde trabalhou durante meio ano como assistente de zoologia no Museu de História Natural, sob as ordens do decano do museu, o ornitólogo alemão Anton Reichenow (1847-1941)¹⁵. Seu contato com Reichenow – que estava integrado às redes que interligavam os profissionais da ornitologia alemã, como veremos adiante (cap. 4) – fortaleceria as ligações profissionais estabelecidas por Snethlage a partir da sua passagem pelas universidades e seria importante em vários sentidos. Foi, por exemplo, por intermédio de Reichenow que Snethlage soube que estava aberto o cargo para um profissional de zoologia em um museu da América do Sul, em Belém do Pará.

2.2 Belém

menção: “*Referent*: Herr Professor Dr. A. Weismann”. De acordo com Renate Feyl (em comunicação pessoal), autora de um livro sobre as mulheres na ciência alemã, o termo *Referent* era empregado para o orientador das teses doutorais. O professor fazia a apresentação da tese diante do colegiado da faculdade, do qual era membro. Ou seja, servia de referência para atestar a qualidade do trabalho. Em sua origem latina o termo “referente” significa “relatar, fazer uma relação, submeter a, sujeitar a, apresentar a” (Dicionário Houaiss). Agradeço à jornalista alemã Gudrun Fischer a intermediação do contato com Renate Feyl, para a obtenção das informações.

¹⁴ A expressão foi empregada por Miranda-Ribeiro no discurso de recepção à Emília Snethlage na Academia Brasileira de Ciências em 1926. É utilizada aqui com pequena modificação. A citação exata é “Anunciando-me, fui recebido pela senhorinha – Dra. Emília Snethlage que hoje nós festejamos e introduzimos em nosso grêmio” (Miranda-Ribeiro, 1936, p. 78).

¹⁵ Nomes de importância na ornitologia européia do início do século XX iniciaram suas carreiras como assistentes de zoologia no Museu de História Natural de Berlim. Por exemplo, Hellmayr e Stresemann (Haffer, 1997).

Emília Snethlage nasceu na metade do século XIX, século marcado por grandes viagens de descoberta e exploração e pela conquista colonial da África. Era a época de Livingstone, Stanley, Cameron, Burton, Speke e Grant, para ficarmos com alguns dos nomes mais conhecidos. No século XIX os relatos dessas viagens eram publicados em livros, jornais e revistas e alimentavam o imaginário de todas as classes sociais européias. Fazendo parte do mesmo imaginário, mas num registro diferente, estavam as viagens de naturalistas e etnólogos alemães como Humboldt, Martius, Wied-Neuwied, Karl von den Steinen, Ehrenreich, dos quais certamente Snethlage havia lido algum relato. Ela pode ainda ter lido algum dos 13 livros publicados pela austríaca Ida Pfeiffer (1797-1858), que viajou sozinha por diversas regiões do mundo, passando pelo Brasil em 1846 (Leite, 2002), ou o relato da inglesa Mary Kinsley (1862-1900), *Travels in West Africa*, de 1897 (Pratt, 1999, p. 353-359). Talvez tenha ouvido falar de uma conterrânea, Amalie Dietrich (1821-1891), que percorreu a Austrália como coletora de espécimes de história natural entre 1863 e 1872 (Stresemann, 1975, p. 227). Mas uma formação acadêmica em história natural e uma imaginação alimentada por relatos de viagens por terras distantes podem não ser suficientes para fazer com que uma mulher de 37 anos deixe para trás o continente europeu e se disponha a viver e a trabalhar nos trópicos¹⁶. Como observa Mariza Corrêa, se Snethlage permanecesse na Europa havia reduzidas possibilidades de fazer pesquisas próprias na área de história natural. Muito mais provável seria passar toda sua vida profissional no papel de assistente. Entre os fatores considerados por Emília Snethlage ao tomar a decisão de transferir-se para a Amazônia certamente estava a oportunidade de desenvolver uma trajetória profissional de alcance mais amplo, e sua resolução mostrou-se, neste aspecto, acertada (Corrêa, 2003, p. 93).

Para que se tenha uma idéia de como era a cidade que Emília Snethlage encontrou, quando chegou a Belém no dia 15 de agosto de 1905, pode-se recorrer às palavras de Theodor Koch-Grünberg (1872-1924). O etnólogo alemão havia passado pela cidade do Pará, como se dizia então, em 1903, dois anos antes da chegada de Snethlage ao Brasil. Estava a caminho do extremo noroeste do país, a região do alto rio Negro, que percorreu nos dois anos seguintes¹⁷:

¹⁶ O imaginário europeu sobre os trópicos será examinado mais detidamente no cap. 3.

¹⁷ Koch-Grünberg retornou à Alemanha em maio de 1905, três meses antes da chegada de Snethlage a Belém.

No dia 23 de maio de 1903, no Pará, pisei de novo solo sul-americano. Localizada na entrada do rio Amazonas¹⁸ e sendo a mais importante cidade mercantil de toda Região Amazônica, Pará deixa uma boa impressão, considerando as condições brasileiras. As casas de cores claras e as muitas igrejas com suas altas torres, entre as quais a vetusta catedral, construída em 1720, dão à cidade um caráter simpático e ao mesmo tempo grandioso. A movimentada vida comercial flui pelas ruas limpas e pelas numerosas praças providas de belos jardins. O porto fervilha de navios de todas as nacionalidades. Na população, de aproximadamente 100.000 almas, predomina o elemento de cor. (...) Ao lado dos representantes da população indígena civilizada do baixo Amazonas (...) encontram-se também muitos indígenas dos rios afluentes, trazidos ao Pará nos revezes da vida (...) (Koch-Grünberg, 2005, p. 23).¹⁹

No século XIX, nos últimos anos do Império, o extrativismo da borracha, de grande demanda e preços crescentes no mercado mundial, proporcionou um período de pujança econômica para a capital do estado do Pará, cujo porto era passagem obrigatória para todo movimento comercial e de transporte da Amazônia. Isto permitiu investimentos na educação e em obras de infra-estrutura, como a construção de uma ferrovia, incentivos financeiros para as companhias de navegação e melhorias urbanas que assumiram o aspecto de “luxuosas obras públicas”, como o calçamento das ruas com pedras de liós portuguesas, a construção do Paço Municipal e do Teatro da Paz (Sanjad, 2005, p. 82, nota 133). O teatro, inaugurado em 1878, destacava-se na vida cultural da cidade e era representativo da importância da cultura para as elites paraenses do Império, recebendo inúmeras companhias estrangeiras e sendo utilizado para exposições de arte. Depois de 1889, com o advento da República, o fluxo financeiro para o Pará cresceu ainda mais, em virtude da alta da cotação da borracha no mercado internacional, da abertura de novas frentes extrativistas e do aumento do orçamento proporcionado pelo crescimento da receita proveniente dos impostos sobre a exportação²⁰. Estes impostos, antes drenados pelo governo central, e que a reforma tributária de 1891 redirecionara para os estados, permitiram a execução de novas obras públicas, como a construção da rede de esgotos, de água e de energia elétrica, a

¹⁸ É interessante reproduzir aqui integralmente a nota de Sanjad sobre a situação geográfica da cidade de Belém em relação ao rio Amazonas: “Atualmente o rio Pará e a Baía do Marajó, que ficam diante da cidade de Belém, são considerados cursos hídricos independentes da foz do rio Amazonas (apesar de interligados a ela), formados pelas águas das bacias dos rios Guamá e Tocantins. A foz do Amazonas propriamente dita passa diante da cidade de Macapá. Contudo, na época de Goeldi acreditava-se que a foz dividia-se em duas partes, uma a oeste e outra a leste, sendo o Tocantins e o Guamá os últimos afluentes da margem direita do grande rio” (2005, p. 264, nota 62).

¹⁹ A grafia de todas citações foi atualizada, mas foi mantida a grafia original dos títulos dos livros e artigos citados.

²⁰ De acordo com Silva, o salto na arrecadação paraense foi prodigioso. A arrecadação de impostos cresceu 50% entre 1889 e 1891 e 100% entre 1891 e 1896 (Silva apud Sanjad, 2005, p. 142).

ampliação do transporte urbano e da ferrovia etc. A cidade atraiu grandes levas de imigrantes estrangeiros, além de brasileiros provenientes do nordeste e do interior do Pará e, por volta de 1900, contava com aproximadamente 100.000 habitantes, como nota Koch-Grünberg. As obras de infra-estrutura e as melhorias urbanas dos dois períodos haviam dotado Belém de agradáveis praças servidas por bondes e de outros confortos da vida moderna, transformando-a em uma “Paris nos trópicos”, uma cidade modelada de acordo com os ideais da *belle-époque*²¹.

Como cidade moderna e cosmopolita, era desejável que Belém tivesse instituições científicas à altura do seu desenvolvimento, por exemplo, um museu de história natural. A ciência era parte importante dos ideais republicanos e o novo regime de governo estava empenhado em tornar evidentes as diferenças entre o seu projeto e os feitos do Império. Um museu de história natural, o Museu Paraense, havia sido fundado em Belém em 1866, pela Sociedade Filomática, uma entidade particular, mas que contava com o apoio de membros do governo. Seu principal mentor era o então Secretário de Governo da Província do Pará, Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888). Após alguns anos de existência atribulada, o museu acabou sendo “suprimido” pela Assembléia Provincial em março de 1889, portanto, no apagar das luzes do Império (Sanjad, 2005, p. 113). Com a chegada da República o museu é “restaurado” em 1891, no governo de transição de Duarte Guedes, pelo então Diretor Geral da Instrução Pública do Estado do Pará, o crítico literário José Veríssimo (1857-1916). Para Veríssimo, a existência de um museu de história natural impunha-se à cidade de Belém “como um dever de sua civilização” (apud Sanjad, 2005, p. 139). Em junho de 1891 assume o governo do Pará o positivista Lauro Sodré (1858-1944), cuja orientação comtiana desenvolvera-se na Escola Militar do Rio de Janeiro. Em 1894 Sodré decide aprofundar as mudanças iniciadas por Veríssimo com a “restauração” do museu e, contrata, para dirigi-lo sob uma orientação científica, o zoólogo suíço Emilio Goeldi (Sanjad, 2005).

Como vimos, Goeldi havia se formado em Jena em 1884. Logo depois veio para o Brasil, atendendo a convite de Ladislau Neto (1838-1894), diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e trabalhou como zoólogo nesta instituição durante cinco anos. Ao transferir-se para Belém do Pará, em 1894, deu início a profunda reestruturação que consolidou o Museu Paraense e o inseriu nas redes de produção

²¹ Sobre isso ver Sarges, *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*, 2000.

científica nacionais e internacionais, além de ter formulado pela primeira vez no país, segundo Nelson Sanjad, um “projeto científico claro e coerente para a Amazônia”. A reorganização do museu incluiu um novo nome – Museu Paraense de História Natural e Etnografia²² – além de “um regimento, uma produtiva equipe de cientistas e infraestrutura adequada para a investigação e para as atividades museológicas” (Sanjad, 2006, p. 455). Dividido em quatro seções, zoologia, botânica, geologia e etnografia, cada qual englobando as ciências anexas da sua área, o museu teria como objetivos “o estudo, o desenvolvimento e a vulgarização da História Natural e Etnologia do Estado do Pará e da Amazônia em particular e do Brasil, da América do Sul e do continente americano em geral (...)” (Regulamento, 1894, p. 22). A instituição idealizada e posta em funcionamento por Goeldi era orientada por um projeto que visava a sistematização do conhecimento científico sobre a Amazônia, com ênfase na zoologia e na botânica, áreas em relação às quais o zoólogo suíço não escondia sua preferência (Goeldi, 1894, p. 9). O museu funcionaria, portanto, como um centro de produção de conhecimento científico. A partir da formação de coleções científicas extensas e representativas de material da região amazônica, desenvolver-se-iam as outras atividades do museu, de divulgação dos conhecimentos produzidos no âmbito científico nacional e internacional e de vulgarização desses conhecimentos. Para atingir seus objetivos, Goeldi mobilizou grande número de especialistas internacionais, que colaboravam na identificação e classificação de espécimes coletados pelo pessoal do museu, contratou cientistas estrangeiros para trabalharem em Belém²³ e passou a editar, a partir de 1894, o *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, que circulava entre museus e outras instituições científicas nacionais e internacionais, em geral através de permuta. Através desse intenso intercâmbio de informações científicas Goeldi inseriu o museu no circuito científico internacional, além de conquistar para si, nesse meio, “credibilidade e prestígio” (Sanjad, 2005, p. 229). A idéia que norteava o projeto de Goeldi era a intenção de publicar uma obra que pretendia denominar de “Fauna do Brasil”, inspirada na monumental obra de Karl Friederich von Martius (1794-1868) sobre a botânica brasileira, *Flora Brasiliensis* (Sanjad, 2005, p. 167-168). O compêndio de Goeldi, que conteria, de forma organizada, o maior número possível de informações

²² Nome alterado, em 1900, para Museu Goeldi e, em 1931, para Museu Paraense Emilio Goeldi.

²³ Sanjad relaciona 17 cientistas estrangeiros contratados por Goeldi entre 1894 e 1907. A relação não considera os contratados para prestar serviços eventuais (2005, p. 193-195).

científicas sobre os animais característicos do país, deveria ser uma referência sobre o assunto, uma “espécie de enciclopédia sem precedentes na literatura zoológica do país” (Sanjad, 2005, p. 229-230). Para contratar a “produtiva equipe de cientistas” que passou a trabalhar no Museu Paraense, em estreita vinculação com os objetivos científicos do diretor, Goeldi recorria ao seu círculo de relações acadêmicas nos museus e universidades da Europa Central. Procurava contratar profissionais em início de carreira que, na maioria dos casos, eram solteiros, e não teriam seu deslocamento para um outro país dificultado por exigências familiares e que poderiam “acomodar-se em instalações relativamente simples” (Sanjad, 2005, p. 196). Este foi o caso de Emília Snethlage, contratada por Goeldi no ano seguinte ao seu doutoramento, que era solteira e que, aparentemente, não se importava de ficar em “acomodações simples”. O regulamento do museu apontava algumas das condições para a contratação, como a formação superior em ciências naturais, então inexistente no Brasil, a publicação de “trabalhos originais” e “probidade científica” (Regulamento, 1894, p. 26). Além disso havia outras exigências, como a obrigatoriedade do domínio da língua alemã, o que, na prática, limitava a origem dos candidatos às instituições científicas da Europa germânica. Os cientistas que Goeldi trouxe para trabalhar no Brasil mantinham-se diretamente conectados às suas instituições e redes sociais e acadêmicas de origem e, conseqüentemente, à ciência produzida na Europa. Além disso, por sua proveniência e formação homogêneas, e em virtude dos objetivos científicos comuns, estabelecidos pelo projeto coordenado por Goeldi, mantinham entre si forte unidade cultural e científica (Sanjad, 2005). Acreditamos que esse foi um dos fatores que possibilitou a Snethlage uma permanência prolongada e profissionalmente produtiva em Belém. A contratação do pessoal científico estrangeiro era feita através de contrato direto com o governo do Estado (Regulamento, 1894), uma vez que eram proibidas contratações de funcionários públicos estrangeiros. Isso possibilitava a negociação de vantagens para os cientistas, quando comparados aos demais funcionários governamentais, como maiores salários (Sanjad, 2005). Mesmo assim, o preenchimento dos cargos era uma tarefa difícil. Alguns dos estrangeiros contratados morreram de febre amarela ou malária e outros abandonaram o trabalho no museu por atividades mais rendosas, como a coleta e venda de espécimes para colecionadores e instituições européias ou para trabalhar com atividades ligadas à extração e comércio do látex (Sanjad, 2005). Apesar de inúmeras dificuldades, esse esforço de Goeldi trouxe resultados

consistentes. Foi através dele que vieram para o Brasil cientistas que desenvolveram aqui trajetórias profissionais profícuas, como o botânico suíço Jacques Huber (1867-1914), o austríaco Adolpho Ducke (1876-1959), que foi entomologista e depois botânico, o zoólogo suíço Gottfried Hagmann (1874-1946) e a própria Emília Sneathage (Sanjad, 2006, p. 466). Na sua passagem por Belém em 1903, Koch-Grünberg visita, “positivamente surpreendido”, o museu, e ressalta claramente o projeto científico de Goeldi:

O etnólogo (...) fica mais positivamente surpreendido ainda (...) quando encontra um instituto que logo o introduz dignamente na variada ciência dessa imensa região. Trata-se do (...) “Museu Goeldi” (...). Depois de uns anos, o museu tornou-se um instituto modelo, que tranqüilamente pode ser posto ao lado de qualquer museu europeu. Sim, o Museu do Pará é único na sua espécie. É formado por um rico jardim zoológico e botânico, e um Museu zoológico, botânico, paleontológico e etnográfico. As coleções limitam-se a uma região concreta e bastante bem delimitada: a América do Sul, principalmente ao Brasil, e de modo especial à Amazônia. E é precisamente nisto que radica o valor de toda a instituição. Uma ordem minuciosa manifesta-se já nas pequenas casas (construídas no estilo suíço) dos funcionários. Quase todos os funcionários são suíços. A mesma ordem e rigoroso critério científico dominam por toda parte e nas encantadoras avenidas sombreadas do jardim botânico (Koch-Grünberg, 2005, p. 23-24).

Para o etnólogo alemão o Museu Goeldi, como passaria a se chamar o Museu Paraense a partir de 1900, era um “instituto modelo”, comparável aos grandes museus europeus de história natural. Era “único na sua espécie” por centrar suas coleções em “uma região concreta e bastante bem delimitada (...) a Amazônia”, de acordo com o projeto do seu diretor. Formado pelo museu, por um jardim zoológico e botânico, o complexo institucional do museu adquirira, sob a orientação de Goeldi, uma aparência, para a Amazônia, bastante peculiar. As novas instalações ocupadas a partir de 1895, numa “rocinha” nos arredores de Belém²⁴, formavam, para Goeldi, um “templo para os bens intelectuais” (Goeldi, 1897, p. 2) e deixavam clara a reprodução, no espaço físico da instituição, de um modelo idealizado: a Europa. O lago das aves aquáticas apresentava os contornos do Lago Maggiore, da Itália, e o lago para as vitórias-régias inspirava-se no formato do Mar Negro, na Rússia meridional (Sanjad, 2005). As “pequenas casas dos funcionários”, haviam sido construídas, como os laboratórios, não citados por Koch-Grünberg, “no estilo suíço”, e faziam parte do

²⁴ Características de Belém, as “rocinhas” eram propriedades localizadas nos subúrbios, com edificações no centro de terrenos amplos e ajardinados. Nelas também se plantavam hortas e havia alguma criação doméstica. Casas de temporada no século XVIII, no final do XIX já eram utilizadas de forma permanente por algumas famílias abastadas (Sanjad, 2005, p. 168, nota 58)

espaço físico do museu, como ocorria, por exemplo, no Muséum National d'Histoire Naturelle de Paris, que também possuía um jardim botânico e zoológico. Os funcionários deveriam residir, como no museu francês, no mesmo espaço físico em que trabalhavam (Outram, 1997). Por um lado, isto representava uma economia em tempo e dinheiro para os funcionários e para o museu, pois evitava deslocamentos constantes. Por outro lado, não era possível estabelecer limites claros entre o espaço de atuação profissional e o espaço privado dos contratados, o que irá ter conseqüências graves durante o final da administração de Snethlage²⁵. As instalações organizadas sob a orientação de Goeldi logo se mostraram insuficientes, demandando constantes ampliações e a construção de novos prédios (Sanjad, 2005). No final do século XIX os museus do mundo todo, tanto os metropolitanos quanto os construídos “à margem do eixo norte-atlântico”, conforme a expressão de Margaret Lopes (1997), passaram a ocupar edifícios monumentais, que expressavam o prestígio da ciência e o orgulho cívico dos países nos quais foram construídos (Sheets-Pyenson, 1986). Sob influência deste modelo, um projeto arquitetônico suntuoso para o museu do Pará circulou pelos relatórios institucionais e governamentais em diversas ocasiões, entre 1899 e 1903, mas acabou não sendo concretizado (Sanjad, 2005). Este projeto estava mais próximo do modelo de “templo da ciência”, como o que foi construído especialmente para o Museu Britânico de História Natural, de South Kensington, inaugurado em 1881 (Lopes, 1997, p. 15). De uma forma ou de outra, tanto no museu efetivamente instalado quanto nos edifícios projetados, o “instituto modelo” citado por Koch-Grünberg lembrava a velha Europa. Também a origem institucional dos seus cientistas permitia reproduzir o mosaico de universidades e outras instituições dedicadas à ciência da Europa Central. Como observa Sanjad, “ali, apenas plantas e animais eram amazônicos, o restante, Europa transplantada” (2005, p. 171). Formava-se, assim, o que Goeldi, inspirado por uma experiência anterior, durante a qual administrara uma colônia de imigrantes suíços no Rio de Janeiro, denominou de “uma

²⁵ Segundo Dorinda Outram (1997), que analisa os espaços de produção do conhecimento científico no início do século XIX, a partir do caso do Muséum National d'Histoire Naturelle, essa proximidade entre espaço de atuação profissional e espaço privado é característica de épocas anteriores ao processo de industrialização das cidades. Com a progressiva especialização dos trabalhadores e o aumento das tarefas burocráticas, ocorre a separação desses espaços. A autora associa a ocupação dos espaços às estruturas de poder das instituições. No caso do Museu Paraense, isto poderia ser interpretado como um indicativo do poder disciplinador exercido por Goeldi sobre seus subordinados, que não reconhecia os limites privados (Sanjad, 2005, p. 170)

colônia científica” (Goeldi, 1897, p. 14), constituída pelo imbricamento de vários planos.

Emília Snethlage havia sido contratada para trabalhar no museu como assistente de zoologia, seção que sempre recebera uma atenção especial por parte de Goeldi, tanto em termos institucionais quanto administrativos. As outras seções contavam com apenas um especialista, como a de botânica e a de geologia, ocupada intermitentemente entre 1896 e 1904, e a seção de etnografia nunca chegou a ser instalada. Já a seção de zoologia sempre pôde contar com dois profissionais formados, o próprio Goeldi, que era diretor da seção, auxiliado inicialmente por Hermann Meerwarth (1870-?), em seguida por Gottfried Hagmann e depois por Snethlage. A zoologia também dispunha de mais pessoal de apoio, com duas, depois três vagas de preparadores, e dois ajudantes de preparador, enquanto que as outras seções podiam contar apenas com um ajudante. Em 1895 foi contratado, para trabalhar como auxiliar de zoologia, o alemão Hermann Meerwarth. Suas responsabilidades, como as de Snethlage posteriormente, seriam “coleccionar, conservar e determinar objetos zoológico; vigiar sobre o jardim zoológico; e servir de intermediário entre o diretor e o pessoal da primeira seção (...)”²⁶. Doutorando da Universidade de Strassburg, na Alsácia (então pertencente à Alemanha), Meerwarth ficou pouco tempo no Brasil. Ele tinha vindo ao país com a intenção expressa de “conhecer a natureza local para desenvolver futuros estudos” e retornou à Europa em 1899, vindo a trabalhar no Museu de História Natural de Berlim (Sanjad, 2005, p. 190 e nota 77). Para substituir Meerwarth foi contratado, em 1899, o suíço Gottfried Hagmann, que havia estudado na Universidade da Basileia e era assistente de zoologia na Universidade de Strassburg. Em meados de 1904, no entanto, o zoólogo tem um desentendimento com o diretor e se afasta do museu, indo trabalhar num seringal na ilha de Mexiana, na foz do Amazonas. Para substituí-lo, Goeldi aciona a sua rede de contatos nas universidades e museus da Europa. Através da intermediação de Anton Reichenow, do Museu de História Natural de Berlim, e com o objetivo específico de dar continuidade aos estudos de ornitologia que haviam sido feitos por Goeldi e Hagmann, é contratada, em 1905, Emília Snethlage (Sanjad, 2005).

Na sua chegada, Snethlage encontrou um meio geográfico, a Amazônia, e uma coletividade, a sociedade belenense do início do século XX, muito diferentes daqueles

²⁶ Cf. contrato entre o Governo do Estado e o cidadão alemão Hermann Meerwarth, Belém, 23 de agosto de 1895. AMPEG/FEG (1894-1907).

nos quais vivera até então. Para o coletivo social e cultural local, também a cientista representava um “elemento estranho (...) fosse por ser estrangeira, cientista, ou uma mulher sem qualquer laço social” (Corrêa, 2003, p. 104). Isso poderia ter inviabilizado sua permanência no Brasil, pois os contrastes, em ambos os sentidos, eram bastante acentuados. A instituição que a acolheu, no entanto, estava plenamente inserida num duplo registro, o do contexto científico internacional e o da estrutura social local. O museu contava com o apoio dos governantes locais e a admiração da população, que o freqüentava com assiduidade. No museu, “Europa transplantada”, Emília Snethlage pôde manter-se conectada a sua origem profissional, social e cultural, e foi esse núcleo homogêneo que permitiu sua inserção no reino tradicionalmente masculino do espaço público.

Chegando a Belém do Pará em agosto de 1905, aos 37 anos, Snethlage começou imediatamente seus estudos sobre a avifauna da região amazônica. Em outubro visitou pela primeira vez a região de Santo Antônio do Prata, para a qual retornaria muitas vezes, e em dezembro conheceu parte do Marajó. Seu primeiro artigo com informações sobre uma ave amazônica (um pica-pau anão) foi publicado em 1906. Teve início assim uma carreira profícua, durante a qual a cientista deixou uma contribuição expressiva para a ornitologia. A obra que a tornou mais conhecida entre os especialistas, o “Catálogo das aves amazônicas”, de 1914, reuniu as informações organizadas por Goeldi e Hagmann, o material disponível sobre as coleções ornitológicas do Museu Paraense e de outros museus, e os trabalhos taxonômicos, biológicos e biogeográficos feitos até 1912 pela própria pesquisadora. Suas descrições e análises técnicas serviram de base para os estudos ornitológicos dos setenta anos seguintes (Cunha, 1989, p. 91). Segundo Sanjad, esta obra, elaborada sob a orientação de Goeldi, complementava o seu *Álbum de aves amazônicas* de 1900, e pode ser vista como “o melhor exemplo (...) e também o mais bem sucedido” de como funcionava efetivamente o projeto implementado por ele, de produção de conhecimento científico a partir das atividades coordenadas do pessoal do museu, com foco nos estudos sobre a fauna da Amazônia (2006, p. 462).

Snethlage havia sido contratada pelo Museu Goeldi como assistente da seção de zoologia, cuja direção, como vimos, Goeldi acumulava com a direção da instituição. Ao iniciar suas atividades, efetuou um levantamento do material disponível para estudos e comparações, que lhe pareceu incompleto. Solicitou então ao ornitólogo alemão Hans von Berlepsch (1850-1915) que a auxiliasse a determinar

o material existente antes da sua chegada, passando depois a fazer ela mesma a maior parte das identificações e classificações dos espécimes coletados, com a ajuda de profissionais que conheceu durante a sua formação e trabalho na Europa e, principalmente, com apoio da rede de interlocutores internacionais estabelecida por Goeldi e ampliada desde o início das atividades do museu. O discurso de Miranda-Ribeiro, feito por ocasião da recepção de Sneathlaga como membro da Academia Brasileira de Ciências em 1926, permite reconstruir parte dessa rede de relações e nos fornece um panorama dos profissionais da ciência zoológica da época (Miranda-Ribeiro, 1936). Na ornitologia, segundo ele, além de ter trabalhado em conjunto com o grande colecionador alemão que foi Berlepsch, Sneathlaga estava em contato com o austríaco Carl (Charles) Hellmayr (1878-1944), especialista em ornitologia neotropical que, como curador de ornitologia do Museu de Munique, estudou as aves levadas a Viena por Spix, e com Ernst Hartert (1859-1933), ornitólogo alemão que viajou pela América do Sul e foi curador do Museu Tring, em Hertfordshire, na Inglaterra, sede da British Ornithologist's Union, da qual Sneathlaga foi "Honorary Lady Member". Outro de seus interlocutores foi Oldfield Thomas (1858-1929), do Museu Britânico de História Natural, que descreveu 848 mamíferos dos neotrópicos. O contato com o Museu de História Natural de Viena era feito por intermédio do ictiólogo austríaco Franz Steindachner (1834-1919), que havia feito a determinação de parte do material coletado por Johann Natterer (1747-1843), naturalista que veio ao Brasil como integrante da comitiva da arquiduquesa austríaca Leopoldina de Habsburgo, e que permaneceu aqui durante 18 anos, de 1817 a 1835, período durante o qual coletou aproximadamente 2.000 espécimes de peixes brasileiros (Fittkau, 2001). Além disso Steindachner havia trabalhado na identificação da enorme coleção de peixes amazônicos da "Expedição Thayer", de Louis Agassiz, de 1865-66. Era, portanto, um especialista em ictiofauna sul-americana.

As viagens de coleta e estudos pela região amazônica, feitas por Sneathlaga, somadas ao trabalho de classificação e sistematização dos espécimes, resultaram em grande número de publicações no Brasil e no exterior. Para difundir o seu trabalho internacionalmente, Sneathlaga contava com o *Journal für Ornithologie* e o *Ornithologische Monatsberichte*, editados pelo seu antigo chefe no Museu de Berlim, Anton Reichenow. O levantamento que fizemos, dos trabalhos que publicou, relaciona 46 artigos, dos quais 28 estão em alemão, um em inglês e o restante em português, estes tendo sido divulgados nos boletins do Museu Paraense e do Museu Nacional. A

produção científica de Emília Snethlage, que será vista com maiores detalhes no capítulo 4, permite perceber com clareza uma das características da ciência praticada pelos cientistas estrangeiros nos museus de História Natural no Brasil no início do século XX, que é a sua forte inserção na produção científica internacional.

Parte importante das atividades de um ornitólogo consiste no trabalho de campo, o que foi muitas vezes apresentado como um impedimento para a efetiva participação das mulheres nas ciências naturais. A vida profissional de Emília Snethlage caracterizou-se exatamente por um intenso trabalho de campo, em viagens e excursões para coleta de espécimes, em geral acompanhada por um preparador. Outras mulheres percorreram a região amazônica antes de Snethlage, mas, em geral, em condições sociais e institucionais e com objetivos diferentes do trabalho por ela desenvolvido. Os dois exemplos seguintes apresentam casos que, embora próximos ao da naturalista no aspecto científico, diferem em relação a outros fatores significativos: a princesa Teresa da Baviera (1850-1925), doutora *honoris causa* pela Universidade de Munique e ávida coletora de espécimes para suas coleções, percorreu parte da Amazônia em 1888, acompanhada da sua dama de companhia e de dois ajudantes (Bußmann e Neukum-Fichtner, 1997; Schindler, 2001). E a partir de 1895, Octavie Coudreau (1870-1910), cartógrafa, desenhista e topógrafa, junto com seu marido, o explorador e geógrafo francês Henri Coudreau (1859-1899), fez pesquisas na região amazônica e, com a morte deste, para honrar o contrato firmado com o governo do Pará, assumiu o controle das expedições e publicou os resultados (Corrêa, 2003)²⁷. Estas mulheres diferenciam-se de Snethlage principalmente por seu estatuto de visitantes ocasionais e temporárias na sociedade da qual a naturalista participa de forma mais permanente, e eram legitimadas, uma, por um título de nobreza ligado às casas mais importantes da Europa, e outra por estar ali em função de uma missão profissional atribuída ao seu marido, tendo-a assumido após a morte deste. Já a legitimidade de Snethlage provinha inicialmente da sua formação – à qual somou-se o renome que foi construindo para si, através da sua atuação profissional –, e da instituição que representava.

Das viagens de Snethlage, a mais importante, que repercutiu intensa e favoravelmente nos meios científicos do Brasil e do exterior, foi a travessia entre os

²⁷ Octavie Coudreau aparece, em alguns trabalhos, como Otille. Em livro sobre Henri Coudreau, Benoit (2000) apresenta a imagem de um telegrama assinado por Octavie Coudreau, o que nos levou a utilizar esta forma.

rios Xingu e Tapajós, em 1909, acompanhada apenas por índios e tendo que vencer toda sorte de dificuldades (Snethlage, 1912b). A região ainda não havia sido percorrida por nenhum branco. O alemão Karl von den Steinen (1855-1929), em 1884, e (o casal?) Coudreau, em 1895-96, haviam explorado o curso médio desses rios, sem avançar para o interior. Coudreau levantou a hipótese de uma comunicação hidrográfica entre estes afluentes do Amazonas. A suposta ligação entre os rios brasileiros, mesmo se fosse temporária e existisse apenas durante o inverno, tempo das cheias, facilitaria o povoamento e a exploração econômica da região. Emília Snethlage, no entanto, quando iniciou a travessia, já tinha conhecimento da inexistência dessa suposta ligação. O inesperado foi encontrar, durante a parte terrestre da viagem, uma serra granítica de aproximadamente 500 metros de altura, que teve que ser atravessada com os poucos meios de que dispunham. O resultado da expedição foi o traçado do curso do rio Jamanxim, principal tributário da margem direita do Tapajós, que corrigiu as informações “escassas e não sempre exatas” deixadas por Coudreau. Suas descrições do percurso são repletas de detalhes etnográficos²⁸ e, com base em suas pesquisas e anotações, Snethlage pôde publicar um vocabulário comparativo dos Chipaya e Curuahé²⁹ (Snethlage, 1912c). A descrição da travessia também permite examinar as relações dos cientistas do museu com os habitantes da região. Os funcionários do museu recebiam especial apoio dos proprietários de fazendas e seringais, que procuravam facilitar o trabalho dos viajantes, proporcionando abrigo, meios de transporte, fazendo contato com guias índios, colocando seus empregados à disposição dos pesquisadores. Desses relacionamentos amistosos, que incluíam a aceitação da presença de Snethlage como cientista, pode-se depreender tanto a legitimidade adquirida pelo museu sob a direção de Goeldi quanto o renome alcançado pela doutora, que foi representada, num livro de Raimundo de Moraes sobre a região, como a “alemoa do Museu” que “sabe de um tudo” (1985, p. 67)³⁰. Apesar da legitimidade profissional e institucional que a

²⁸ Os trabalhos de etnografia de Snethlage são analisados por Mariza Corrêa no seu livro *Antropólogas e antropologia* (2003).

²⁹ Em grafia atualizada, Sipaya e Kuruaya.

³⁰ O livro é *Os Igaraiúnas*, e foi publicado originalmente em 1938. Raimundo de Moraes foi, durante muito tempo, prático e piloto fluvial na Amazônia e, a partir dos 52 anos, passou a dedicar-se à literatura. Seus livros retratam o povo e a natureza amazônicas, e os textos são sempre entremeados de citações de obras científicas de Katzer, Coudreau, Ehrenreich, Reclus, Barbosa Rodrigues, José Veríssimo etc. N’*Os Igaraiúnas*, Snethlage não tem uma função específica na trama, aparece como portadora do conhecimento científico sobre os animais e plantas da região, e seu discurso parece tirado diretamente dos livros que serviram de inspiração ao autor. Ela é vista por todos com respeito e

acompanhava, Snethlage tinha consciência da ambigüidade do seu estatuto social. Para reduzir os efeitos desta indeterminação, procurava manter uma aparência física sóbria e feminina. Em todas as fotos existentes, ela aparece trajando saias (Fig. 4 e 4.1). Usava calças compridas apenas quando ia a campo e mantinha os cabelos longos, embora reconhecesse que “a moda dos cabelos curtos seria de fato muito cômoda para uma naturalista, mas (...) as senhoras, no interior, poderiam, no começo do uso, estranhar” (Roquette-Pinto, 1940, p. 89). O cuidado demonstrado com o aspecto físico, o renome profissional e o reconhecimento público proporcionado pela instituição da qual fazia parte somavam-se para demarcar o lugar de Emília Snethlage na vida e no imaginário social de Belém do início do século passado. Em determinado momento, no entanto, esta bem urdida trama começou a esgarçar.

Assim como o grande momento do Museu Goeldi configurou-se em função de vários fatores, também seu declínio não aconteceu de maneira abrupta; para ele contribuíram, entre outros, questões econômicas e políticas regionais, nacionais e internacionais e problemas institucionais. Em 1907 Emilio Goeldi solicitou seu afastamento do museu, retornando à Suíça natal. Em seu lugar ficou o botânico Jacques Huber, sendo que Snethlage passou a diretora da seção de zoologia. O inesperado falecimento de Huber, em 1914, fez com Snethlage passasse a diretora interina da instituição, tornando-se uma das primeiras mulheres, na América Latina, a exercer a direção de uma instituição científica (Cunha, 1989). Do quadro de funcionários do museu ela era a única cientista habilitada a exercer a função naquele momento, pois Adolpho Ducke, que trabalhava ali desde 1899, não possuía titulação. Emília Snethlage ocupou a direção do museu até 1921, e este foi um período profundamente conturbado. A crise financeira do estado do Pará, ocasionada principalmente pelo fim do fluxo financeiro proveniente da extração da borracha, no final da primeira década do século XX, já vinha sendo sentida há muito tempo na instituição. Em 1913 Snethlage se encontrava na Europa, em uma viagem que tinha dois objetivos principais, a determinação de espécimes coletados pelo pessoal do museu e o acompanhamento dos últimos preparativos para a impressão do “Catálogo das aves”. Os arquivos conservaram parte da correspondência do então diretor do museu, Jacques Huber, com a cientista. A situação financeira do estado do Pará e os

admiração, mas uma distância aparentemente intransponível a separa das demais personagens do livro. Para uma análise de Emília enquanto personagem deste romance, centrada em questões de gênero, ver Corrêa, 2003.

salários atrasados são discutidos em quase todas as cartas. Em junho de 1913 estavam sendo pagos, pelo governo, os salários referentes à fevereiro, e ainda havia salários atrasados do ano anterior. Em setembro a situação parecia não ter melhorado nada, e Huber se pergunta, com respeito à Snethlage, "se não seria melhor dissuadí-la de voltar para cá", antes de concluir que "ainda esperamos todos por tempos melhores". Em novembro, além dos salários atrasados, os vencimentos do ano seguinte também são atingidos, sofrendo uma redução de quinze por cento, "e a srta. ainda tem ânimo para voltar para cá!". Ainda restava a Huber "confiança num futuro distante", mas ele previa "dificuldades para os tempos vindouros"³¹. Aparentemente foi também uma teimosa confiança "num futuro distante" que manteve Snethlage na direção do museu durante esses anos atribulados, pois a situação começou a piorar de todas as formas imagináveis. Huber faleceu em fevereiro de 1914 e em julho, alguns meses depois de Snethlage ter assumido a direção do museu, teve início a Primeira Guerra Mundial. Os eventos da "velha Europa" viriam a influenciar fortemente a "Europa transplantada". Além do acirramento da crise econômica, sentido em todo país, com a baixa das exportações, o torpedeamento dos navios mercantes e o alinhamento do Brasil com a política externa norte-americana acabou levando, em outubro de 1917, ao estado de guerra com a Alemanha. Ter uma alemã como diretora de uma instituição nacional tornou-se insustentável e, em 1917 o governador do estado, que era novamente Lauro Sodré, demite-a deste cargo permitindo, porém, que se mantenha na chefia da seção de zoologia. Em 4 de março de 1918, com o acirramento das hostilidades, o governo do estado intervém novamente na administração do museu, afastando Snethlage completamente da instituição (Cunha, 1989). Com o fim da guerra é reempossada na chefia da seção de zoologia em junho de 1919, e na direção do museu no mês seguinte, permanecendo no cargo até 1921³². Quando Snethlage voltou à direção do museu em 1919, a situação social e econômica da Amazônia se alterara profundamente. Com o final do ciclo extrativista da borracha o Pará entrou em um período de depressão econômica que se estendeu até 1930 e que atingiu duramente a instituição. As questões econômicas passaram a ser prioritárias para o governo paraense e o apoio ao museu, tanto político quanto financeiro, diminuiu consideravelmente. Também no "mundo dos museus", acabara-se a "era de ouro".

³¹ Correspondência de Jacques Huber para Emília Snethlage. 04/06/1913, 11/09/1913, 29/09/1913 e nov/1913. AMPEG/FES (1914-1921), cx. 1, pasta 92.

³² Cf. ofícios da Secretaria Geral do Estado a Emília Snethlage, 05 de junho de 1919 e 29 de julho de 1919. AMPEG/FES (1914-1921), cx. 1, pasta 91.

Estes estabelecimentos perderam o lugar de destaque que ocupavam na produção do conhecimento científico, com o fortalecimento de novos espaços institucionais, como os laboratórios e os institutos de pesquisa (Lopes, 1997, p. 24). O funcionamento do museu, dentro do modelo implementado por Goeldi, acabou também se mostrando dependente da permanência do diretor à frente da instituição, como ocorreu com outros museus afastados dos grandes centros metropolitanos, analisados por Sheets-Pyenson (1986). Os criadores ou diretores desses museus permaneciam durante longo tempo à frente das instituições, organizando-as conforme suas idéias e dirigindo-as com firmeza, além de lutar permanentemente por recursos junto a governos e doadores privados. Dessa forma acabaram imprimindo uma marca tão forte nas “suas” instituições que poucas foram as que sobreviveram a eles (Sheets-Pyenson, 1986, p. 295). No nosso entendimento, os treze anos que Goeldi passou à frente do museu, embora tenham sido anos muito produtivos, nos quais foi possível erguer, praticamente do nada, um instituto científico de renome internacional, não foram suficientes, em termos institucionais, para garantir a continuidade do modelo implantado. O amadurecimento de uma instituição demanda, entre outros fatores, um tempo longo de funcionamento dentro de parâmetros econômicos, políticos e científicos estáveis, o que não foi o caso do Museu Goeldi nesse período. Todo o esforço dos anos iniciais estivera voltado para a implantação da instituição, sua permanência agora dependia da continuidade do apoio político e econômico. O zoólogo suíço tinha consciência desta situação. Ao deixar o museu, em 1907, pedia às autoridades que não vissem o estabelecimento como um projeto acabado, dependente apenas de manutenção, mas que o favorecessem “com atenção aumentada, cercando-o sempre dos recursos e garantias para o crescimento positivo e constante, tanto quanto permitirem as condições gerais de prosperidade pública” (Goeldi apud Sanjad, 2006, p. 473). Mas “as condições gerais de prosperidade pública” logo transformaram-se em uma crise econômica sem precedentes. A extrema dependência de uma economia frágil e a ausência de dispositivos institucionais que garantissem a inserção do museu dentro de um projeto mais amplo, somados à direção personalista que Goeldi imprimira à instituição, acabaram revelando as fragilidades do modelo implantado. O apoio político sempre fora conseguido por Goeldi à custa de muito empenho, como foi o caso, por exemplo, de sua atuação como mediador entre o governo brasileiro e o

suíço, durante a questão do Contestado do Amapá³³. Na ausência de Goeldi, os esforços de Huber e depois, de Snethlage, foram insuficientes para manter o funcionamento da instituição no mesmo patamar inicial. O gradativo afastamento dos funcionários estrangeiros, sem que fossem substituídos, por falta de recursos, acabou minando outro dos alicerces sobre os quais se sustentava o museu, a produção científica. Mesmo sem a maior parte da sua equipe de cientistas, o complexo institucional continuou funcionando, embora com muitas dificuldades, no período em que esteve sob a direção de Snethlage, entre 1914 e 1921. Os funcionários brasileiros haviam permanecido, e estavam sob a responsabilidade da diretora. As instalações físicas formavam um conjunto de bens a ser defendido da degradação temporal. Mas o maior patrimônio científico com que o Museu Goeldi ainda podia contar estava nas coleções de espécimes botânicos e zoológicos da Amazônia. Estas eram o resultado de longos anos de trabalho árduo do pessoal científico, trabalho durante o qual alguns haviam até perdido suas vidas. Além disso, grande parte das coletas dos últimos anos ainda não havia sido identificada. Tendo retornado ao museu em 1919, em 1920 Snethlage tenta negociar com o governo uma ida à Europa, para proceder às determinações de espécimes nos museu europeus, como já havia feito antes. A viagem é autorizada pelo governador, mas só será realizada depois, em 1924-25, quando ela já estava a serviço do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Antes disso, a diretora se veria envolvida em outras questões urgentes.

Emília Snethlage era a última representante de um complexo científico que já não tinha mais condições de funcionar, sem especialistas, sem amparo político, e sem investimentos. Snethlage estava deslocada, como mulher sozinha e estrangeira, num espaço social e institucional que se mostrava hostil (Corrêa, 2003). Em 1921, uma antiga “praga” que assolara o museu anteriormente volta a aparecer, os artigos anônimos em jornais paraenses, denunciando irregularidades na administração da instituição³⁴. Um artigo publicado no “Estado do Pará”, em 19 de abril, acusa a diretora de permitir o desvio de alimentos destinados aos animais e reparti-los entre os funcionários mais necessitados. Outra denúncia dizia que as residências dos

³³ Sobre o envolvimento de Goeldi na questão do Contestado do Amapá ver Sanjad, 2005, p. 290-326.

³⁴ Já em 1913, Huber escrevia à Snethlage, que estava na Europa, sobre um “célebre artiguinho da ‘Folha’ sobre maus tratos a funcionários subalternos”. A publicação do artigo havia valido uma “séria reprimenda” ao periódico por parte de Huber e “uma chamada por parte do governador”, com o que, ele esperava, “no futuro estaremos provavelmente livres desta praga dos artigos anônimos nos jornais”. Correspondência de Jacques Huber para Emília Snethlage, de 24/03/1913. AMPEG/FES (1914-1921), caixa 1, pasta 92.

funcionários solteiros eram visitadas por “mulheres de vida duvidosa, sem o menor respeito à direção e às famílias também lá residentes” (Cunha, 1989, p. 93-94). O fato dos funcionários residirem no espaço ocupado pelo museu tornava indistintos os limites entre o espaço profissional e o doméstico. A autoridade do diretor, ou no caso, da diretora da instituição, estendia-se sobre os dois âmbitos e havia sido usada por Goeldi para impor uma disciplina de *pater familias*. Já Snethlage era acusada, dentro do registro ambivalente das suas funções sociais, de ser guiada pela emoção e pela compaixão, no caso dos alimentos desviados pelos funcionários. E de ser demasiadamente permissiva, não sabendo impor a necessária disciplina sobre o corpo funcional, no caso das “mulheres de vida duvidosa”. Ou seja, era acusada de agir como mulher, quando o que se esperava dela era que fizesse um “trabalho de homem” e mantivesse a lei e a ordem na instituição³⁵. Exonerada das suas funções pelo governador Emílio de Souza Castro, ela permanece na chefia da seção de zoologia. Em dezembro de 1921 lhe é concedida uma licença de seis meses, “para tratar de seus interesses onde lhe convier”³⁶. Em 1922 transfere-se, como naturalista viajante, para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, a convite do paraense Bruno Lobo, então diretor desta instituição (Cunha, 1989). A “colônia científica” idealizada e construída por Goeldi em Belém já não existia mais, mas Snethlage ainda tentaria salvar, como se veria, o fruto dos últimos anos de trabalho. Os espécimes coletados em excursões científicas durante sua administração estavam “amontoados” no museu e, se não fossem identificados e se os resultados desses estudos não fossem publicados, estariam perdidos para a ciência³⁷.

2.3 Rio de Janeiro

A transferência de Emília Snethlage para o Rio de Janeiro representa uma transformação profunda nas expectativas da cientista. Tendo permanecido 17 anos no norte do Brasil, onde conhecera a fundo a região e sua avifauna, Snethlage vê-se deslocada para um espaço geográfico e institucional completamente diferente.. A

³⁵ Segundo Venâncio, em resenha ao trabalho de Corrêa (2003), nesse caso “a sociedade fazia frente a uma certa transgressão que a figura da cientista causava à poluição da esfera do público/homem pela do privado/mulher” (2004, p. 166).

³⁶ Cf. ofício da Secretaria Geral de Estado, 10 de dezembro de 1921. AMPEG/FES (1914-1921), cx. 1, pasta 94.

³⁷ Cf. ofício de Emília Snethlage ao Secretário Geral do Estado, de 25/05/19120. AMPEG/FES (1914-1921), cx. 1, pasta 95.

“colônia científica”, que proporcionara a Snethlage uma comunidade de interesses, de linguagem e de objetivos científicos, viabilizando a estadia e a produção da cientista alemã em Belém, se desfizera. No Museu Nacional do Rio de Janeiro, será necessário refazer seu círculo de interlocutores diretos e de amigos. O médico paraense Bruno Lobo é diretor da instituição e representa, assim, um elo de ligação com o Pará. Quando Snethlage transferiu-se para o Museu Nacional, trabalhavam na instituição duas outras mulheres, que obtiveram posição de destaque na ciência e na sociedade brasileira. Heloísa Alberto Torres (1895-1977) havia entrado para o Museu Nacional em 1918, como estagiária. Filha do político e intelectual Alberto Torres (1865-1917) ela se tornará a primeira mulher a dirigir o Museu Nacional, entre 1938 e 1955. Também Bertha Lutz tinha um sobrenome que evocava, imediatamente, aos seus conterrâneos, o trabalho de seu pai, o cientista Adolpho Lutz (1855-1940)³⁸. Formada em Ciências Naturais pela Universidade de Paris - Sorbonne, Bertha Lutz passara a trabalhar no Museu Nacional em 1919 e, ao lado de sua militância política pelos direitos das mulheres, foi autora de expressiva produção científica, que só recentemente tem sido investigada pela história social da ciência (Lopes, 2008; Souza, 2008). Na década de 1920, portanto, o Museu Nacional tinha, no seu quadro de pessoal, três mulheres cientistas, o que o colocava, sem dúvida, em posição de destaque entre as instituições brasileiras dedicadas à produção científica do período, no que diz respeito à participação feminina. Também nesse contexto, Emília Snethlage representava um caso diferente do das suas colegas. O único renome com o qual podia contar era o que tinha construído durante os anos de trabalho no norte do Brasil, tanto através do trabalho de coleta, em campo, quanto através das obras que publicou, muito embora seu pai também tenha tido um papel de destaque na sua formação³⁹. O sobrenome famoso que Bertha Lutz e Heloísa Torres portavam pode ter sido muitas vezes usado contra elas⁴⁰, mas é indiscutível que facilitava a socialização dessas mulheres, no meio predominantemente masculino da ciência da época. Entre os

³⁸ Adolpho Lutz nasceu no Brasil e estudou na Suíça, país de origem da sua família. Atuou como clínico, sanitarista e cientista. Efetuou pesquisas em diversos campos, como dermatologia, micologia, protozoologia, entomologia etc. Segundo Benchimol, Sá et al., Bertha Lutz dedicou-se, por toda vida, ao projeto de construção da memória de seu pai como “personagem soberano no panteão dos homens de ciência do Brasil” (2003, p. 203-250). Este projeto, retomado pelos autores citados, embora de forma diferente da pretendida por Bertha, resultou na publicação, entre 2004 e 2007, de *Adolpho Lutz - Obra completa*.

³⁹ Segundo o sobrinho de Emília, após a morte da mãe, quando a menina tinha quatro anos, o pai passou a dedicar-se, “com zelo e carinho”, à sua educação (Snethlage, H., 1930, p. 123).

⁴⁰ Como nas ácidas crônicas de Lima Barreto contra o feminismo, analisadas por Lopes (2008).

colegas de trabalho do Museu Nacional, um irá se tornar um grande amigo de Snethlage, o zoólogo Alípio de Miranda-Ribeiro (1874-1939). Através dele Snethlage será convidada, em 1926, para participar da Academia Brasileira de Ciências (Miranda-Ribeiro, 1936). Outro interlocutor importante, com o qual Snethlage também manteve uma relação de amizade, foi Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), diretor do Museu Nacional entre 1926 e 1935⁴¹. Mas o Museu Nacional do Rio de Janeiro guardava diferenças marcantes em relação ao “Museu do Pará”, a começar pela sua história institucional⁴². A principal diferença, no que diz respeito ao trabalho de Snethlage, era a inexistência de um projeto específico e articulado entre todos os setores do museu, para a produção de conhecimento científico. Um segundo aspecto, não menos importante, era a ausência de coleções ornitológicas extensas e totalmente organizadas dentro de critérios científicos, como eram as de Belém. O setor de ornitologia do Museu Nacional havia sido fundado em 1915⁴³. Contrapunham-se, portanto, os resultados de sete anos de trabalho do setor de ornitologia do Museu Nacional, aos frutos mais de vinte anos de trabalhos ornitológicos do Museu Goeldi. Também a literatura técnica existente no Museu Nacional era deficiente, se comparada com a do museu nortista. Em diversas obras, publicadas durante sua permanência no Rio de Janeiro, Snethlage irá se queixar da falta de material disponível para a comparação de espécimes e da ausência de literatura adequada, que dificultará sobremaneira o seu trabalho.

A sua chegada ao Museu Nacional, no entanto, lhe abrirá, literalmente, novos horizontes, em termos de produção ornitológica. A especialista em avifauna amazônica passará a percorrer um território geográfico muito mais amplo, o que será imediatamente perceptível na sua produção científica. Os estudos de zoogeografia, iniciados em Belém, serão estendidos para todo o território nacional. Em 1929 ela

⁴¹ O carinho que Roquette-Pinto devotava à Emília fica claro na crônica que lhe dedicou, em 1940, denominada “Snethlage, alma de mulher e de sabia”.

⁴² Fundado como Museu Real do Rio de Janeiro em 1818, a partir da “Casa dos Pássaros”, entreposto comercial que arrecadava, preparava e remetia espécimes de história natural para Lisboa desde o século XVIII, o museu, mais tarde denominado de Museu Nacional do Rio de Janeiro, recebeu novos estatutos em 1876, consolidando-se como órgão consultivo do Estado para questões de mineração e de agricultura, além de ter suas atividades científicas, concentradas na química e na geologia, fortalecidas. Outra área de pesquisa importante eram os estudos antropológicos, iniciados por Ladislau Netto (1838-1894), que dirigiu o museu entre 1874 e 1893 e continuados por João Batista de Lacerda (1846-1915), diretor entre 1895 e 1915. Esta ênfase na antropologia sofrerá a oposição de cientistas como Goeldi e Hermann von Ihering que trabalharam para a instituição no final do século XIX. Descontentes, entre outras coisas, com a pouca atenção dada aos estudos zoológicos, deixaram a instituição no início da década de 1890 (Lopes, 1997, p. 108,199).

⁴³ Cf. sítio do setor de ornitologia do Museu Nacional. Ver “fontes eletrônicas”.

escreve uma síntese das suas observações sobre a distribuição da avifauna no Brasil⁴⁴, na qual soma o conhecimento adquirido durante os anos de permanência na Amazônia aos resultados das suas agora longas viagens pelo Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Goiás (rio Araguaia), do Paraná ao Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai. Em 1929 decide percorrer o rio Madeira, o único dos grandes afluentes ao sul do Amazonas que não tinha explorado como desejava. A viagem fazia parte do seu planejamento para escrever, a partir de 1930, uma obra de síntese sobre a avifauna brasileira, ampliando o trabalho que fizera sobre a ornis amazônica e retomando, de certa forma, o projeto de Goeldi, de publicar uma obra abrangente sobre a fauna brasileira. Seria a “Monografia das aves do Brasil” (Roquette-Pinto, 1940, p. 89). Antes de partir comenta com Roquette-Pinto, “esta será a minha última viagem” (1940, p. 88). Deveras. Com a saúde debilitada por longos anos de luta contra a malária e por uma viagem ao Caparaó na qual, tendo o guia se perdido, foram obrigados a pernoitar ao relento, Emília Snethlage faleceu em Porto Velho, no dia 25 de novembro de 1929.

⁴⁴ Trata-se de “Bemerkungen über die Verbreitung der Vögel in Brasilien” [Observações sobre a distribuição das aves no Brasil], publicado no ano seguinte. Ver Snethlage, 1930a.

3 O TRABALHO DE CAMPO

Uma das características que distinguem a trajetória profissional de Sneath da de outros cientistas da sua época é a importância que teve, para sua produção científica, o trabalho de campo. Muitos cientistas do final do XIX e das primeiras décadas do século XX, como por exemplo, Charles Darwin (1809-1882), ou os alemães Karl von den Steinen, antropólogo, Erwin Stresemann (1889-1972) ou Ernst Mayr (1904-2005), ornitólogos, haviam feito uma ou duas grandes viagens para lugares distantes no início da sua carreira e depois passaram o restante da sua trajetória na Europa, em trabalhos de gabinete, em geral em instituições como museus e universidades⁴⁵. O trabalho de campo também teve uma importância restrita nas atividades de cientistas como Emílio Goeldi ou Alípio de Miranda-Ribeiro (1874-1939)⁴⁶. Sneath fez trabalho de campo durante toda sua vida profissional no Brasil. De acordo com um dos seus biógrafos:

Emília não era pesquisadora de gabinete. Não gostava de viver enclausurada entre livros e elucubrações insípidas, porque possuía o espírito de aventura, aliada (sic) à vocação pela vida livre no seio da natureza, em contato com as plantas, com os animais e com o tempo (Cunha, 1989, p. 87-88).

Como veremos no capítulo seguinte, Sneath também era uma pesquisadora de gabinete mas, efetivamente, o trabalho de campo ocupou um lugar de grande

⁴⁵ As circunstâncias da viagem de Darwin ao redor do mundo, no Beagle, entre 1831 e 1836 são bastante conhecidas. Karl von den Steinen participou da expedição alemã à Geórgia do Sul, entre 1882-1883. No retorno da expedição passou pelo Xingu, em 1884. Entre 1887 e 1888 retornaria ao Xingu e, em 1897 visitou as ilhas Marquesas; depois disso permaneceu na Alemanha até falecer, mais de trinta anos depois (Coelho, 1993). O jovem naturalista Stresemann participou, entre 1910 e 1912, de uma viagem ao arquipélago das Molucas (Haffer, 1997). Já Mayr explorou a ornis da Nova Guiné e da Melanésia entre 1928 e 1930 (Haffer, 1997).

⁴⁶ Goeldi também fez trabalho de campo mas, ao longo da sua trajetória dedicou-se principalmente, aos trabalhos de organização e gerenciamento do museu que hoje leva seu nome. Seus artigos científicos, na maioria das vezes, foram escritos a partir de material coletado por outros. Segundo Sanjad, “as viagens de Goeldi pela Amazônia resumiram-se a excursões nos arredores de Belém, ao nordeste do Pará, à ilha do Marajó, ao rio Capim, ao baixo Tocantins e à costa do Amapá, o ponto mais distante que chegou da capital” (2005, p. 228, nota 11). Entre 1908 e 1909 o zoólogo brasileiro Alípio de Miranda-Ribeiro participou dos trabalhos da Comissão de Mato Grosso ao Amazonas, parte da Comissão Rondon (1907-1915), com atribuições de “coletar, taxidermizar, desenhar e acondicionar o material coletado” (Sá, Sá e Lima, 2008, p. 793). Segundo as autoras, Miranda-Ribeiro “não atuava simplesmente como coletor e preparador. Seu entrosamento com as teorias evolucionistas da época levava-o a estabelecer questões, observar as inter-relações dos animais com o meio em que viviam, assim como fazer observações zoogeográficas, ecológicas e biológicas sobre os espécimes coletados” (Sá, Sá e Lima, 2008, p. 791).

importância na sua trajetória. O que entendemos por “trabalho de campo” tem significados que variam ao longo do tempo, mas é uma instância sempre ligada às viagens, ao deslocamento no espaço e, no caso da história natural, vinculada à tradição dos naturalistas. Na ornitologia o trabalho de campo sempre teve um papel essencial e desenvolveu-se em dois âmbitos, dentro das instituições, principalmente os museus que, durante o século XIX ocuparam posição de destaque nos estudos de história natural, e nas atividades de amadores. A ornitologia sempre ofereceu um fascínio particular, pela ubiquidade dos seus representantes, pela beleza das plumagens e do seu canto, fascínio talvez equiparado ao da entomologia. A ornitologia, no entanto, oferece dificuldades maiores aos seus colecionadores, pois requer, tanto para a coleta, quanto para a preparação e preservação dos exemplares, um arsenal técnico mais elaborado. Para David Allen as atividades dos ornitólogos amadores sempre estiveram ligadas à caça que, embora não fosse, ao menos no caso da Grã-Bretanha, estudado pelo autor, uma atividade exclusivamente masculina, era tradicionalmente reservada aos homens. E como atividade social, era um hábito estabelecido nas classes sociais mais abastadas. As atividades de colecionismo ornitológico, praticadas como esporte, teriam mantido certos grupos de colecionadores afastados dos círculos acadêmicos (Allen, 1995). Também Marianne Ainley entende que a profissionalização da ornitologia ocorreu de forma diferente das demais disciplinas das ciências naturais e que a forte tradição amadora européia, a partir da qual as outras disciplinas se institucionalizaram no século XIX, persistiu na ornitologia até a década de 1970, ocasionando acirradas disputas por posições acadêmicas (Ainley, 1987). No caso específico dos museus e universidades germânicos, onde os estudos ornitológicos adquiriram grande importância, existiu realmente uma grande disputa por cargos. Pyenson ressalta o fato de que estas instituições científicas, durante o século XIX, formavam muito mais profissionais do que os que poderiam ser absorvidos pelo mercado de trabalho da época. Para isto contribuía o fato da Alemanha ter adquirido unidade política apenas no final do século, em 1871, tendo estado ausente, por muito tempo, portanto, dos empreendimentos colonialistas aos quais se dedicaram a França e a Inglaterra. As posições na administração colonial e a facilidade de acesso a regiões longínquas, sob a proteção do Estado, forneceram postos de trabalho para muitos cientistas ingleses e

franceses, enquanto que os alemães mantinham uma posição mais independente⁴⁷ (Pyenson, 1985). Praticada por amadores ou com objetivos científicos, a coleta de espécimes ornitológicos possui características de uma atividade considerada masculina, como a saída a campo e o abate dos espécimes desejados, o que era considerado, muitas vezes, como um impedimento para a participação das mulheres. Apesar disso, observa Ainley, no início do século XX a ornitologia podia ser considerada uma atividade bastante acessível às mulheres de maneira geral. Nos Estados Unidos muitas publicaram artigos em periódicos importantes, cobrindo assuntos como taxidermia, história de vida e biologia populacional. Para a autora, a ornitologia podia ser considerada “um trabalho de mulher” (Ainley, 1989, p. 60-76). Na maior parte dos exemplos citados por esta historiadora, no entanto, o “campo” no qual as ornitólogas efetuavam suas observações eram regiões próximas às suas residências, ou mesmo o quintal das suas casas. Tratava-se, é claro, de uma estratégia absolutamente válida para elidir a pressão social, que exigia que muitas cientistas formadas abandonassem suas atividades para dedicar-se ao marido e à família. Neste ponto, no entanto, as estratégias de legitimação de Emília Snethlage se distanciaram das de suas colegas norte-americanas. O trabalho que ela fazia, indo a campo em excursões prolongadas e longe dos confortos da civilização, convivendo com ribeirinhos, coronéis e índios, era, como veremos, “trabalho de homem”. Neste capítulo iremos examinar alguns dos aspectos relacionados ao trabalho de campo desenvolvido por Snethlage. A importância das viagens na história natural, o imaginário que cercava as regiões tropicais, como aquela na qual a cientista passou a trabalhar, sua visão das relações entre o homem e a natureza, as regiões que percorreu em excursões e viagens de coleta, as práticas de campo e, finalmente, a forma como o trabalho de campo contribuiu para a legitimação da sua obra. Para compreendermos o que era o trabalho de campo feito por Snethlage, será necessário conhecermos um pouco melhor a posição que estas práticas ocupavam, dentro da história natural, no final do século XIX e início do XX.

3.1 Viajantes, naturalistas

⁴⁷ Pyenson (1985) denomina os cientistas que se inseriram dentro destas duas formas diferentes no mercado de trabalho de “funcionários” e “*seekers*” [buscadores].

O trabalho de campo sempre foi fundamental para a história natural, mas seu estatuto, o reconhecimento da sua importância e da sua legitimidade para o fazer científico, variaram ao longo do tempo. Para acompanhar essas transformações teremos que nos deter, inicialmente, sobre as viagens e os seus relatos, que fundamentaram a tradição dos naturalistas. As viagens de exploração, a partir do século XVI, inundaram a Europa com uma enorme variedade de novos produtos da natureza. Eram animais, plantas e minerais e mesmo seres humanos (os indígenas eram vistos então como parte do mundo natural) até então desconhecidos. O olhar desses primeiros viajantes modernos era informado, em grande parte, pelo imaginário medieval. Espantados diante da diversidade da natureza nas regiões até então inexploradas, os primeiros relatos de viajantes do Ocidente oscilam entre o deslumbramento e o temor, entre maravilhas e monstros. Num segundo momento, passa-se a buscar alguma ordem em meio ao caos da natureza. O empreendimento científico, que forma parte essencial e que se desenvolve em conjunto com esse movimento de ordenação do mundo, recebe uma contribuição importante em 1735, com a publicação do *Systema naturae* (O sistema da natureza), pelo naturalista sueco Carl Linné ou, em latim, Linnaeus (1707-1778). Tratava-se de um sistema descritivo que permitia a classificação de todas as plantas, conhecidas ou ainda por conhecer, a partir das características das suas partes reprodutivas. A aceitação e o uso generalizado desse sistema, que acabou se impondo entre os estudiosos do mundo natural, depois de contestações e disputas, modificou a maneira pela qual esses homens de ciência olhavam e apreendiam o mundo. Como diz Mary Louise Pratt, depois de Linneu “as viagens e os relatos de viagem jamais seriam os mesmos”, pois a história natural passaria a ter importância em todas as expedições, científicas ou não, e para todos os viajantes, cientistas ou não (Pratt, 1999, p. 59). Apesar de ter feito inúmeras viagens curtas e excursões de exploração e coleta, Linneu nunca foi dado a grandes viagens de exploração para lugares exóticos, como fez, mais tarde, o alemão Alexander von Humboldt (1769-1859). Este viajante naturalista exemplar fez duas grandes viagens durante sua vida, para a América do Sul, entre 1799 e 1804, e à Rússia, chegando até a Sibéria, em 1829, mas foi principalmente a partir da primeira que construiu seu renome. Nesta viagem não chegou a visitar o Brasil, mas sua influência sobre os viajantes que o sucederam e, o que nos interessa diretamente aqui, sobre os viajantes alemães em território brasileiro, pode ser percebida com clareza. Humboldt ampliou o alcance da sistematização do mundo natural, proposta por

Linneu, para todas ou quase todas as variáveis físicas dos territórios explorados. Deixemos que o próprio Humboldt nos fale sobre a complexidade e as dimensões do seu ambicioso projeto:

Tentei reunir num só quadro o conjunto dos fenômenos físicos encontrados nas regiões equinoxiais, desde o nível do mar até o cume do mais alto pico dos Andes. O quadro indica: a vegetação, os animais, os relacionamentos geológicos, as culturas, as temperaturas do ar, os limites das neves eternas, a constituição química da atmosfera, a tensão elétrica, a pressão barométrica, o decréscimo da gravidade, a menor intensidade da cor azul do céu, o enfraquecimento da luminosidade pela passagem através das camadas de ar, as refrações horizontais e o grau em que a água ferve nas diferentes altitudes. Para facilitar a comparação desses fenômenos com os das zonas temperadas, anexei um grande número de medidas obtidas em outras partes do globo (Humboldt apud Romariz, 1996, p. 23).

Nas linhas acima ele descreve um perfil que ilustra o *Essai sur la géographie des plantes*, publicado originalmente em 1807. Não por acaso a obra de síntese do seu projeto chamou-se *Cosmos: um esboço da descrição física do universo* (1845). A listagem de alguns dos 42 instrumentos que Humboldt levava consigo na viagem pela América do Sul (cada um em uma caixa forrada de veludo) nos oferece objetos concretos a partir dos quais podemos imaginar o que representou este empreendimento: termômetros, barômetros, quadrantes e sextantes para determinar a posição geográfica, telescópios, microscópios, balança, cronômetros, bússolas, pluviômetros, eletrômetros (para medir a corrente elétrica), teodolitos, higrômetros, agulha de inclinação (para medir variações na orientação do campo magnético da terra) e eudiômetros (para medir a quantidade de oxigênio no ar) (Helferich, 2005, p. 49). A sistematização do conhecimento sobre o mundo, que estamos acompanhando aqui de forma resumida, recebeu ainda uma outra contribuição importante de Humboldt, uma nova maneira de apresentar as informações, baseada em imagens. Um exemplo eram os perfis, como o citado acima, representações do relevo por meio de cortes. A força dessas imagens é tão grande que nos basta, aqui, evocarmos o perfil do Chimborazo, onde são apresentadas, numa mesma figura, uma representação pictórica e outra esquemática; essa imagem seguramente faz parte do repertório iconográfico mental do leitor. A montanha é representada por uma massa densa e escura coroada pelas neves eternas e do pico sobem vapores e fumaça. Esta representação se interrompe para dar lugar a um acentuado corte vertical sobre o qual estão inscritos os nomes das plantas que ocorrem nas diferentes altitudes. A imagem pode ser interpretada como uma síntese visual do trabalho de Humboldt. Ao lado de uma

descrição visual que evoca a natureza, e tem a força das descrições textuais do mundo natural feitas por Humboldt, está um diagrama, um esquema, composto por sinais gráficos, na linguagem desenvolvida pelo projeto científico de medição, classificação e ordenamento do mundo do naturalista alemão. Outra forma de representação gráfica inaugurada por Humboldt foram as isolinhas, ou seja, linhas que interligam pontos de valor semelhante, empregadas em mapas ou diagramas para representar diversas variáveis ou fenômenos físicos, como a temperatura (linhas isotermas), pressão (linhas isobáricas), umidade, precipitação, insolação etc. O uso das imagens por Humboldt contribuiu para formar o estilo de escrita científica dos naturalistas do século XIX, no qual conviviam as informações provenientes de medidas exatas, mapas, perfis, diagramas, desenhos e pinturas, com imagens literárias, “ricas descrições textuais”, com as quais o viajante transmitia o que vivenciou durante sua viagem (Kury, 2001, p. 863). O projeto científico de ordenamento do mundo, que partira de uma visão da natureza como abundância, confusão e indiferenciação, buscava uma objetividade cada vez maior. As narrativas carregadas de intensidade emocional, de horror e deslumbramento iam, aos poucos, adquirindo um tom mais sóbrio. No século XIX, as convenções da escrita científica ainda permitiam, em certa medida, a expressão da subjetividade do naturalista, pois o ato de conhecer era compreendido como uma totalidade, da qual faziam parte as sensações despertadas pela natureza no viajante. As manifestações dessa subjetividade, no entanto, eram reguladas, e tinham como objetivo reproduzir, da forma mais fiel possível, a experiência da viagem, não tanto a do viajante. O uso de imagens, desenhos, pinturas, citações literárias, contribuía para que o leitor pudesse apreender integralmente a experiência da viagem (Kury, 2001). Passava-se, assim, do *kháos* inicial ao *kósmos*, da imensidade do espaço e tempo ilimitados ao universo medido e ordenado de Humboldt⁴⁸.

Como se pode perceber, as viagens são inseparáveis dos seus relatos. Assim, a mudança ocorrida nas convenções da escrita científica no século XIX serve de indicativo de que também estava ocorrendo transformações no mundo dos viajantes, ou na forma como as viagens eram percebidas pela ciência da época. O renome de viajantes naturalistas como Humboldt provinha das viagens que fizeram. Eles estiveram “lá”, e esse “lá” era um lugar de acesso difícil, não isento de perigos.

⁴⁸ “Caos” e “cosmos” conforme a etimologia apresentada pelo Dicionário Houaiss.

Viajaram, viram, vivenciaram, coletaram, mediram, voltaram e apresentaram seus relatos. Como prova das suas viagens, além das suas descrições plenas de verosimilhança, traziam caixas e engradados cheios de espécimes, em número quase infinito, que passaram a compor as grandes coleções de história natural, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. A abundância do material disponível, entre outros fatores, permitia que se fizesse um profícuo trabalho de gabinete, ou seja, permitia uma comparação e sistematização a partir dos materiais colecionados do mundo inteiro. Ocorreu então, no domínio da história natural, o que Kury denominou de “divisão de tarefas” entre os naturalistas de campo e os de gabinete (2001, p. 865). Foi o caso, por exemplo, do naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832), que se recusou a participar da expedição napoleônica ao Egito. Para justificar sua escolha, Cuvier contrapôs o tipo de trabalho que fazia, no Muséum National d’Histoire Naturelle de Paris, ao trabalho de viajantes como Humboldt. O naturalista viajante, escreve ele “percorre apenas um caminho estreito. É unicamente no gabinete que se pode percorrer o universo em todos os sentidos” (Cuvier apud Outram, 1997, p. 261). Considerar o caminho do viajante como “estrito”, quando este tem, diante de si, a riqueza aparentemente inesgotável do mundo natural, é possível apenas quando se está, como Cuvier naquele momento, em um ponto de onde se pode abarcar, com um relance, todos os outros caminhos. É necessário levar em conta aqui que Cuvier, embora estivesse se referindo ao trabalho de gabinete de maneira geral, falava a partir da sua experiência particular. Ele se especializara em estudos de anatomia comparada, mais precisamente, em comparações osteológicas. E a osteologia é um tipo de trabalho que, em definitivo, só pode ser feito no gabinete. A ciência produzida a partir de um *locus* central, defendida como opção de trabalho por Cuvier, apresentaria diversas vantagens em relação ao que passará a ser considerado como trabalho de campo. Vantagens científicas, como a possibilidade de comparar espécimes provenientes das mais diversas localidades em coleções extensas e representativas, e de consultar grande número de livros, listas de classificação, ilustrações e outras fontes de informação, o que permitiria estabelecer generalizações e sistematizações. Ou então a possibilidade de estudar determinado assunto em profundidade, durante muito tempo, continuamente, o que representaria um ganho em termos de coerência e sistematicidade do conhecimento produzido. Vantagens profissionais, como a continuidade da carreira, que não sofreria com as interrupções e os transtornos trazidos pelas viagens. E ainda um fator nada desprezível, em termos de legitimidade

e prestígio científico, a proximidade dos centros de poder social, político e econômico.

A “divisão de tarefas” que teve lugar na história natural no início do século XIX entre os trabalhos de gabinete e de campo não implicou, inicialmente, no desprestígio do trabalho do naturalista viajante, pois os resultados das viagens, os espécimes, as coleções, forneciam informações essenciais para a história natural (Kury, 2001). Mas o trabalho de gabinete, centrado nas descrições taxonômicas e na classificação sistemática dos espécimes acabou relegando a um segundo plano as informações sobre a vida dos animais na natureza. Em 1831 um jovem naturalista inglês, Charles Darwin, partiria para uma viagem que durou cinco anos e que iria dar um outro significado tanto ao trabalho de campo quanto ao de gabinete. Como fazem os viajantes, ao partir levava consigo suas leituras, na memória e sob a forma de livros. Entre estes destacavam-se os escritos de Humboldt e de outro autor cuja obra conhecia muito bem, o geólogo escocês Charles Lyell (1797-1875). Em 1830 Lyell havia publicado o primeiro dos três volumes de *Princípios da Geologia*, no qual defendia a idéia de que as transformações na superfície terrestre são causadas por eventos contínuos, que teriam lugar permanentemente, mesmo nos dias correntes. Ao contrário de algumas teorias da época, que sustentavam a idéia da formação da superfície terrestre a partir de transformações repentinas, catastróficas, para ele a terra teria uma idade incalculável, e as mudanças demandariam largos períodos de tempo para se concretizar. Seguindo Lyell, Darwin passou a levar em consideração, nas suas observações, um grande lapso de tempo, uma escala temporal da magnitude de centenas de milhões de anos. A idéia básica de Darwin era que o mundo vivo não era estático e que as espécies que o compunham se modificavam ao longo do tempo (Mayr, 1982). Uma das questões que envolviam esta concepção, para Darwin, era se um período de tempo de centenas de milhões de anos seria suficiente para permitir o desenvolvimento da grande diversidade das formas vivas através de um processo de transformação gradual. Foram perguntas como estas que o ocuparam durante a viagem no Beagle e nos vinte anos que seguiram ao seu retorno. Nesse período, ele sistematizou os dados que havia coletado, juntamente com as observações que fez, e dedicou-se à estudos e experiências que visavam comprovar suas idéias. Estas observações e análises permitiram a Darwin estabelecer um princípio geral do funcionamento da natureza. De acordo com esse princípio as variações individuais que apresentam vantagens adaptativas, ou seja, as características de determinado

indivíduo, dentro de uma espécie, que permitem que ele seja mais bem-sucedido na luta pela sobrevivência, mais adaptado ao meio em que vive, são transmitidas para a geração seguinte, exatamente porque esses indivíduos bem-sucedidos são os que apresentam maior probabilidade de sobrevivência, por um tempo mais longo, e estão, assim, em uma condição particularmente favorável para gerar descendentes viáveis. A esse princípio Darwin chamou de seleção natural. Até então diversas teorias tentavam explicar a multiplicidade de formas do mundo dos seres vivos. A paleontologia ocupava-se do estudo dos registros fósseis e a zoologia estudava, entre outras coisas, a variação apresentada pelas espécies de acordo com sua distribuição geográfica. Essas disciplinas, em conjunto, ocupavam-se com transformações ocorridas ao longo do tempo e em âmbitos geográficos distintos, mas seus estudos seguiam caminhos paralelos. A relação entre as transformações que ocorriam no tempo e as que podiam ser percebidas em regiões geográficas diferentes não podiam ser vinculadas de forma coerente e satisfatória. Os estudos de Darwin permitiram a articulação desses âmbitos, pois demonstraram a importância da interação dos seres vivos com o ambiente. A maneira através da qual ocorre, efetivamente, a formação das espécies, passou a ser uma das questões fundamentais para as ciências que estudavam o mundo natural. Os estudos evolucionistas iriam acarretar mudanças no trabalho dos naturalistas, pois as variações apresentadas pelas espécies podiam e deviam agora ser investigadas a partir das suas relações com o meio em que viviam.

A viagem de Darwin ao redor do mundo e o seu posterior recolhimento “ao gabinete” eram, como vimos, características que se repetiram na vida de muitos dos estudiosos do mundo natural durante o século XIX. Enquanto Darwin preparava, com detalhamento infinito, a sua teoria, no distante arquipélago malaio um coletor de espécimes, que já havia efetuado coletas em uma outra região tropical, chegaria à conclusões muito semelhantes às suas. Alfred Russel Wallace (1823-1913), nascido de família de classe média baixa, no país de Gales, havia iniciado sua carreira de coletor com uma viagem à Amazônia, entre 1848 e 1852, acompanhado por Henry Bates (1825-1892). Após passarem dois anos viajando juntos, eles se separaram, provavelmente para aumentar suas possibilidades de ganho, coletando em localidades diferentes. Enquanto Bates viajou pelos afluentes do sul do Amazonas, Wallace dedicou dois anos à exploração da região do rio Negro. Entre 1854 e 1862 Wallace percorreu o arquipélago malaio, estudando cuidadosamente os exemplares que coletava, as variações morfológicas que apresentavam e sua distribuição geográfica,

atento para questões que poderiam explicar a origem das diferentes espécies. Em 1858 enviou, para Darwin, o trabalho que obrigou este a apresentar rapidamente os resultados de seus longos anos de pesquisa, sob pena de perder a prioridade das suas descobertas. O trabalho de Wallace era sobre o assunto que Darwin vinha pesquisando minuciosamente desde que retornara da viagem do Beagle e chegava às mesmas conclusões. Um “arranjo de cavalheiros” possibilitou a apresentação conjunta dos trabalhos de Darwin e Wallace na Linnean Society of London em 1858, mas durante muito tempo o renome do naturalista de gabinete e sobrepôs ao do naturalista de campo. As razões para isso são inúmeras⁴⁹, mas gostaríamos de ressaltar aqui pelo menos duas: as diferenças de classe social entre Darwin, um cavalheiro da elite inglesa e Wallace, de origem humilde, e o fato de Darwin ter cursado a universidade – fato decorrente da sua condição social –, enquanto Wallace era um autodidata. A “divisão de tarefas” entre os naturalistas viajantes e os sedentários havia se aprofundado no decorrer do século XIX, dando origem à figura do coletor profissional. No início do século XIX, os viajantes que faziam trabalhos de coleta eram, muitas vezes, pessoas ligadas à nobreza, médicos ou oficiais da marinha ou jovens naturalistas em início de carreira, além de “aventureiros em geral”, como diz Kury (2001, p. 864). No decorrer do século XIX muitos desses “aventureiros” se especializaram em fazer da coleta de espécimes de história natural o seu ganha-pão, vendendo o conseguiam reunir à colecionadores privados, museus e negociantes especializados, como foi o caso de Wallace e Bates. Sua origem social e sua formação cultural os diferenciavam dos naturalistas de gabinete. Durante o século XIX os grandes museus de história natural da Europa (e depois também dos Estados Unidos) tornaram-se, ao lado das universidades, centros de produção de conhecimento científico. Embora, de maneira geral, os coletores fossem pessoas sem formação acadêmica, muitos museus se encarregaram de lhes dar a formação que julgavam necessária e apropriada, contribuindo para dar respeitabilidade ao seu trabalho. Um bom exemplo eram as atividades de treinamento organizadas por Coenraad Jacob Temminck (1778-1858), no Museu da Universidade de Leiden que, durante trinta anos, entre 1820 e 1850, instruiu inúmeros coletores para realizarem coletas nas Índias Orientais Holandesas, o que contribuiu para a formação de uma das coleções ornitológicas de maior importância da época (Stresemann, 1975). Assim, durante

⁴⁹ Stepan analisa alguma delas no capítulo referente à Wallace do seu *Picturing tropical nature* (2001).

certo tempo, os trabalhos de coleta e de sistematização do material coletado foram feitos, em geral, por pessoas diferentes. Os estudos evolucionistas que se desenvolveram a partir da publicação, em 1859, da obra de Darwin, *A origem das espécies*, iriam contribuir para reaproximar o trabalho de campo e o de gabinete. O trabalho de campo feito por Emília Snethlage inscreve-se nesse novo momento dos estudos das ciências da natureza, para o qual contribuiu o trabalho de Wallace, como coletor e analista. Suas trajetórias apresentam alguns pontos de contato, como o fato de terem desenvolvido suas atividades em uma região tropical.

3.2 Os trópicos

Os especialistas em ornitologia, quando querem referir-se à região do baixo Amazonas, chamam-na, muitas vezes, de “a área da Snethlage” (Sick, 1997, p. 57). Como é possível a uma pessoa inscrever seu nome de forma tão duradoura em um mapa imaginário? O reconhecimento de uma região geográfica específica, o baixo Amazonas, em relação a sua avifauna, como a “área da Snethlage”, é um dos indicativos do reconhecimento científico do trabalho feito por Emília Snethlage. Esta legitimidade foi construída ao longo do tempo, e para ela contribuíram inúmeras variáveis sociais, econômicas, institucionais, científicas etc. Para fins de análise, a produção científica de Emília Snethlage está sendo abordada a partir da sua atuação em dois âmbitos distintos, o campo e o gabinete. Esses espaços, embora estejam interligados e sejam mutuamente dependentes, apresentam características diferentes, envolvem outras redes de socialização, outras tarefas, outros equipamentos. Também a legitimidade decorrente da atuação da cientista em cada um desses domínios é percebida de forma diferente, muitas vezes entre os mesmos grupos de cientistas, dentro das mesmas redes e instituições científicas. Para um melhor entendimento da questão da importância do trabalho de campo na construção da legitimidade de Snethlage enquanto cientista, se faz necessário investigar o que a levou a tomar a “difícil decisão de viajar”, mencionada por Kury (2001) para os naturalistas do início do século XIX, que continuava a ser uma questão válida no início do século XX, ainda mais por tratar-se de uma mulher sozinha. Ao aceitar o convite de Emilio Goeldi e assumir a posição de assistente da seção de zoologia do Museu Goeldi, Snethlage certamente estava ciente de que o trabalho de campo passaria a ser parte

importante das suas atividades profissionais. Como assistente de Reichenow em Berlim ela poderia fazer viagens eventuais, porém sua transferência para Belém exigiu uma disponibilidade muito maior do que a necessária para uma viagem, por mais longa que fosse, e envolveu considerável determinação. O lugar para onde estava indo, a região amazônica, há muito ocupava um lugar especial na imaginação do europeu, o que talvez tenha influenciado a decisão de Snethlage. A seguir serão examinados alguns aspectos deste imaginário.

Como no início do século XIX, na época de Snethlage uma viagem implicava em imprevisibilidade e perigos, que estavam associados a lugares distantes e, portanto, desconhecidos, de características diferentes das do mundo europeu. Esses lugares eram dominados pela natureza e esta era vista como desmedida, incontrolável, imagem podia assumir dois aspectos radicalmente opostos. Um deles apresentava a natureza como inóspita, um lugar perigoso e cheio de doenças, com animais desconhecidos e bizarros, muitos dos quais perigosamente mortais, e um clima desfavorável a existência humana, ou, pelo menos, aos seres humanos “civilizados”, pois o calor dos trópicos fazia com que seus habitantes originais fossem dados à preguiça, à sensualidade desenfreada, o que levava a relações inter-raciais degeneradas. Era um mundo de excessos fatais, no qual a natureza parecia se impor de forma avassaladora às tentativas dos europeus de subjugar-lá. Outra visão equiparava esses lugares distantes às regiões edênicas, repletas de maravilhas naturais, onde a fertilidade e a superabundância eram a lei. De qualquer maneira, esses lugares distantes e exóticos eram “exatamente o oposto dos nossos (...) radicalmente diferentes, obviamente tropicais, pertencentes a uma outra ordem das coisas e do mundo” (Lévi-Strauss apud Stepan, 2001, p. 12). Foi a um desses lugares “obviamente tropicais” que Emília Snethlage chegou em 15 de agosto de 1905: Santa Maria de Belém do Grão Pará.

Quase dois séculos separam os naturalistas citados por Kury dos *Tristes Trópicos* de Lévi-Strauss. Une-os, no entanto, a permanência de um imaginário que, como se verá, era partilhado também por Emília Snethlage; o imaginário sobre os trópicos. Neste, era central a idéia de natureza, com a qual os trópicos eram identificados e, muitas vezes, confundidos. Para Nancy Stepan, a Antiguidade Clássica já considerava de forma distinta as regiões quentes do mundo então conhecido, mas foi durante a expansão colonial européia do século XVIII que começou a se desenvolver a percepção da natureza tropical como uma região de

geografia e história natural características. Isso ocorreu, principalmente, com a sistematização de três áreas do conhecimento, fundamentais na constituição da idéia de natureza tropical no pensamento europeu: a história natural, com sua ênfase na coleta e classificação de todos os seres vivos; a medicina, com o retorno da explicação geográfica clássica para a origem das doenças, relacionando-as às variações do ambiente; e finalmente as novas ciências humanas, como a antropologia que, sob um impulso de coleção e classificação similar ao que animava a história natural, pretendiam ordenar todas as variedades humanas numa única hierarquia de diferenças e similaridades (Stepan, 2001). A história natural e a antropologia, ou, mais especificamente, a etnografia, estavam entre as áreas sobre as quais Snethlage publicou e, em diversos momentos é possível encontrar, nas descrições que faz do mundo natural, elementos que permitem uma identificação com as representações do mundo tropical sugeridas por Stepan. A “área da Snethlage”, o baixo Amazonas, era parte da região amazônica, e esta sempre ocupou, no imaginário dos viajantes e dos naturalistas, o lugar de “trópico dos trópicos”, ou seja, o de região tropical por excelência⁵⁰. Antes de empreender uma viagem através das representações sobre os trópicos em um dos artigos de Snethlage, na seqüência deste capítulo, se tentará identificar, através de duas imagens literárias retiradas de suas publicações, o que a região amazônica significava para ela. Seu interesse maior é a ornitologia, e é com olhar de ornitóloga que vê a região à qual chegou três anos antes:

A avifauna riquíssima dos campos amazônicos sempre impressionou profundamente tanto os habitantes do país como os estrangeiros e, antes de tudo, os naturalistas indígenas e viajantes. Wallace, H. Schmith, E.A. Goeldi, G. Hagmann, descreveram em palavras entusiásticas as maravilhas da natureza que eles achavam nas ilhas de Mexiana e Marajó ou nos campos extensos das beiras do baixo rio Maicurú, de Monte Alegre etc., extasiando-se especialmente ante esses bandos enormes de pássaros vistosos e exquisitos, grandes e pequenos, cobrindo as campinas verdejantes ou as margens dos rios e dos pântanos (Snethlage, 1909e, p. 226).

Embora trate-se aqui de campos, e não da floresta tropical presente na grande maioria dos relatos sobre os trópicos, a vibração da autora não é menor. A avifauna é “riquíssima” e os naturalistas, entre os quais encontram-se, ombro a ombro seus colegas do Museu Goeldi e viajantes famosos como Wallace, usam palavras

⁵⁰ Para Neide Gondim a Amazônia foi *inventada*. Ela examina esse processo através de textos de Montaigne, Buffon, Montesquieu, Hobbes, Locke, Jules Verne etc. no seu belo livro *A invenção da Amazônia*, de 2007. Agradeço a Nelson Sanjad a indicação desta fonte.

“entusiásticas” para descrever “as maravilhas da natureza”, “extasiando-se” diante da variedade do mundo natural. Snethlage compartilha plenamente dos sentimentos dos seus colegas naturalistas e certamente esse foi um dos motivos que a levaram a tomar a “decisão de viajar”, a percepção da Amazônia como um tesouro para os estudiosos do mundo natural. Com diz em outro momento, literalmente, “lhe dava muita satisfação ter-lhe sido permitido participar da exploração dessa mina de ouro ornitológica” (Snethlage, 1906d, p. 408). A tropicalidade, que é como David Arnold denomina a representação construída ou discursiva dos trópicos (apud Stepan, 2001, p. 13), não era somente uma criação das mentes dos viajantes europeus, um mito ao qual não correspondia nenhuma realidade. Os trópicos eram parte integrante da civilização e da cultura materiais da Europa, sendo, portanto, tanto uma construção imaginária quanto uma descrição empírica do mundo natural (Stepan, 2001). Portanto, embora se esteja aqui falando de um imaginário, não se pode considerá-lo como desconectado da realidade e sem atuação sobre ela. Imaginário e realidade se alimentam reciprocamente. O imaginário sobre os trópicos pode ter informado a percepção de Snethlage sobre a região e ter influenciado a sua decisão de viajar. Esta decisão, além de envolver diversas instâncias sociais e profissionais, teve efeitos profundos e duradouros sobre sua vida e sua trajetória profissional.

3.3 A natureza e o homem no leste do Pará

Nos trabalhos publicados por Snethlage a geografia ocupa um lugar de destaque. Embora apenas dois dos artigos que escreveu possam ser considerados como trabalhos de geografia num sentido estrito, tendo sido divulgados em revistas de sociedades geográficas, em Nova York e em Berlim⁵¹, a atenção da cientista estava permanentemente voltada para os aspectos geográficos das regiões que percorreu. A geografia também teve um papel preponderante na travessia que a cientista fez, entre os rios Xingu e Tapajós, em 1909. A partir dessa viagem, foi possível corrigir o mapa da região, em relação ao traçado dos rios Iriri, Curuá e Jamanxim, o resultado tendo sido publicado em um atlas alemão. Permitindo a articulação entre o trabalho de campo feito por Snethlage e os seus estudos ornitológicos, a geografia também

⁵¹ Nature and man in Eastern Pará, Brazil. *Geographical Review*, New York, 1917 e Die Flüsse Iriri und Curua im Gebiete des Xingu [Os rios Iriri e Curuá na região do Xingu]. *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, Berlim, 1925a.

fundamenta um dos maiores interesses da cientista, a zoogeografia⁵². Dada a importância que a geografia ocupa na produção científica da naturalista, será examinado, inicialmente, um dos seus artigos sobre o assunto, que apresenta algumas concepções de Snethlage sobre o lugar no qual passou a trabalhar. No texto podem ser percebidas algumas das idéias da cientista sobre a natureza da região e sobre os homens que a habitavam.

A localidade de Santo Antônio do Prata, na região bragantina, a leste de Belém, que a cientista visitara já em outubro de 1905, dois meses após a sua chegada ao Brasil, teve grande importância tanto para a história pessoal de Snethlage quanto para seus estudos ornitológicos. Sobre ela Snethlage publicou, em 1917, na *Geographical Review*, órgão oficial da American Geographical Society, de Nova York, o artigo “Nature and man in eastern Pará, Brazil”, que será analisado aqui⁵³. Nele é possível identificar claramente a forma na qual o “imaginário sobre os trópicos” aparece no discurso de Snethlage, tanto a partir das imagens e descrições textuais que utiliza quanto em relação aos assuntos tratados, a história natural e a etnografia que, como vimos, são consideradas por Stepan como constitutivas desse imaginário.

Uma missão religiosa havia sido fundada no final do século XIX, na confluência dos rios Maracanã e do Prata (que, segundo Snethlage, “não se encontra em nenhum mapa”), por “devotados e industriais” monges franciscanos e por freiras da Ordem de Sta. Clara, visando a conversão de índios de um ramo dos Tembé, que sempre haviam tido boas relações com os brancos, como ocorria ainda então com seus parentes “semi-bárbaros” dos rios Capim e Guamá (Snethlage, 1917, p. 44)⁵⁴. Segundo Snethlage, quase todos os Tembé “mais importantes” enviavam seus filhos para serem educados no Prata (Snethlage, 1917, p. 46). Posteriormente a missão tornou-se também uma colônia formada por considerável número de cearenses, que

⁵² O reconhecimento internacional dos trabalhos geográficos de Snehtlage fica evidente pela sua participação na Society of Woman Geographers. Esta sociedade havia sido fundada em 1925, nos Estados Unidos, para reunir mulheres interessadas em atividades de exploração, geografia, antropologia e disciplinas afins, uma vez que estas eram, em geral, excluídas das sociedades então existentes, que priorizavam os participantes do sexo masculino. De acordo com o sítio da International Society of Woman Geographers, Snethlage foi considerada associada entre 1926 e 1931. Ver “fontes eletrônicas”.

⁵³ Na paráfrase dos artigos de Snethlage, optamos por preservar ao máximo seu estilo de escrita, por vezes bastante peculiar. Isto acabou sobrecarregando o texto com citações, pelo que pedimos desculpas ao leitor.

⁵⁴ Entre 1870 e 1910 o governo apoiou e promoveu iniciativas que tinham como objetivo a educação de índios e desvalidos, muitas vezes em associação com as ordens religiosas. A historiadora Irma Rizzini (2006) desenvolveu um estudo sobre alguns desses casos em *A união da educação com a religião nos institutos indígenas do Pará (1883-1913)*.

fugiam do terrível flagelo da seca. Quando visitara a região pela primeira vez, esta havia lhe causado uma excelente impressão: “a missão e colônia de São [Santo] Antônio do Prata tinha um aspecto agradável, com sua pequena igreja em estilo italiano” (Snethlage, 1917, p. 44). Os monges haviam construído um convento e organizaram os campos para os cultivos de milho, cana-de-açúcar e feijão, produtos levados ao mercado por um pequeno trecho de estrada de ferro, também contruído por eles, mas administrado pelo governo como um braço da Estrada de Ferro de Bragança⁵⁵. Na época “plantações extensas e bem cuidadas circundavam o lugar por todos os lados e tudo parecia prometer muita prosperidade” (Snethlage, 1917, p. 45). Tratava-se de uma área que ela conhecia bastante bem, tanto em termos geográficos quanto em relação a avifauna. Depois da sua visita inicial, Snethlage havia retornado à região nos anos de 1908 e 1910 (Cunha, 1989), voltando ainda diversas vezes entre 1915 e 1921⁵⁶. Durante a Primeira Guerra Mundial, quando esteve afastada das suas atividades no Museu Goeldi, foi a Santo Antônio do Prata que Snethlage se recolheu. Sua estadia na missão lhe deu oportunidade de estudar mais detalhadamente os hábitos das aves que ali viviam, pois o ritmo mais acelerado das excursões de coleta foi substituído pela permanência, durante um tempo mais longo, em um mesmo lugar. Em “Nature and man” a autora escreve para seu público, possivelmente geógrafos e naturalistas norte-americanos, sobre o leste da Amazônia, um lugar sobre o qual “os mapas silenciam” (Snethlage, 1917, p. 42)⁵⁷. Diz ter recebido muitas vezes, no Museu Goeldi, reclamações de correspondentes estrangeiros, dos naturalistas com os quais se fazia intercâmbio de espécimes botânicos e zoológicos, de que os nomes dos lugares, nas etiquetas das peças, não podiam ser encontrados em nenhum mapa. A viagem do ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt (1858-1919), em 1914, também havia colaborado para colocar em evidência o fato de que grande parte do território

⁵⁵ A região de Bragança, no leste do Pará, era considerada muito fértil. Desde 1848 o Governo Imperial passou a instalar ali colônias agrícolas. Em 1879 decidiu-se contruir uma ferrovia para escoar a produção da região. Os trabalhos da Estrada de Ferro de Bragança começaram em 1883 e a inauguração foi em 1908 (Gerodetti e Cornejo, 2005).

⁵⁶ Cf. ofícios de Emília Snethlage e de Rodolpho Siqueira Rodrigues ao Secretário Geral do Estado. AMPEG/FES (1914-1921), cx.1, pasta 92 e Snethlage, 1917, p. 49.

⁵⁷ O título deste artigo remete a uma obra do diplomata e filólogo norte-americano George Perkins Marsh (1801-1882) publicada em 1864, *Man and Nature*. Nela o autor se ocupa das transformações ocorridas na natureza sob ação do homem. O livro, muito rico em termos metodológicos, foi bastante difundido na sua época, tendo sido reeditado em 1874. Nas últimas décadas foi resgatado pelo movimento ambientalista (Arnold, 2000). Embora não seja possível comprovar a intencionalidade de Snethlage ao nomear seu artigo, é possível que *Man and nature* tenha andado nas mãos da autora de “Nature and man”. Colabora para essa suposição o fato da cientista estar publicando seu artigo numa revista de geografia norte-americana, âmbito no qual a influência de Marsh foi marcante.

sul-americano ainda era desconhecida, em especial vastas áreas da bacia amazônica⁵⁸. Ao contrário do que se poderia esperar, as regiões menos conhecidas localizavam-se, não no alto Amazonas, mas sim no curso médio e baixo do grande rio. As grandes expedições exploradoras que percorreram a Amazônia, diz Snehtlage, como as de Henri Coudreau (1859-1899), que percorreu o rio Trombetas em 1899, Jules Crevaux (1847-1882), que explorou os rios Jari e Parú entre 1877-79, Karl von den Steinen, que explorou o Xingu em 1884 e Paul Ehrenreich (1855-1914), que visitou os rios Araguaia e Tocantins em 1888, utilizaram os rios como vias preferenciais de acesso à região. Já o espaço entre os rios, nota, permanece *terra incognita*. A expedição do antropólogo norte-americano William Farabee (1865-1925), que percorreu o interior da Guiana Britânica, a ilha de Marajó e a região entre o Xingu e o Tapajós entre 1913 e 1916 poderia ser comparada, em importância, com as expedições do final do século XIX, sendo que ele tinha o mérito de haver percorrido o espaço entre os rios. É curioso que Snehtlage não se refira à travessia que fez em 1909, percorrendo, exatamente, a *terra incognita* entre o Xingu e o Tapajós, que será discutida adiante. Prosseguindo, Snehtlage explica que o gradiente, a inclinação do terreno percorrido pelos rios, é muito pequeno no alto Amazonas, que ocupa uma vasta planície, sendo os rios aí, em sua maior parte, navegáveis até perto das suas cabeceiras, o que permitiu a existência de rotas de comércio que estabelecem a ligação da região amazônica com o Pacífico. Já na parte leste da bacia amazônica, a proximidade com o planalto das Guianas ao norte, e Brasileiro, ao sul, faz com que apenas as regiões mais extremas dos rios sejam navegáveis, pois os cursos altos são constantemente interrompidos por corredeiras e cachoeiras. Assim, embora pareça paradoxal, a região mais afastada da costa, o alto Amazonas, é melhor conhecida do que o leste. Um bom exemplo de como o interior do norte do Brasil era desconhecido seria a região de Bragança, a leste de Belém, unida à capital através da Estrada de Ferro de Bragança. Apesar de estar localizada perto de Belém, cidade de 100.000 habitantes e importante porto, no qual se concentra todo o comércio e navegação da gigantesca bacia do Amazonas, a região de Bragança não estava adequadamente representada nem sequer no mapa oficial do estado, reeditado em 1908. A costa, mais facilmente acessível, era a região mais conhecida e melhor reproduzida mas, em direção ao sul, poucas

⁵⁸ Roosevelt, juntamente com Rondon, percorreu o rio da Dúvida, posteriormente denominado de rio Roosevelt, entre 1913-14. Passando por Belém, conheceu Emília Snehtlage, a quem se refere com admiração, e o Museu Goeldi (Roosevelt, 1914, p. 324-325). Agradeço ao Dr. Marinus Hoogmoed a indicação desta fonte.

povoações tinham seu nome no mapa e, na representação da ferrovia, não constavam sequer os nomes de todas as estações. Mesmo o rio mais importante da região, o Guamá, que atravessa uma das regiões mais populosas do estado, de importante produção agrícola, tinha apenas alguns de seus afluentes mais importantes representados, e nenhum dos seus tributários. Para Snethlage a região bragantina era de interesse para a ciência por oferecer uma composição de quase todos os aspectos, tanto etnográficos quanto geográficos, da Amazônia. Era habitada tanto por mestiços quanto por representantes “de sangue puro” (*full-blooded*) das três principais raças que “formam o brasileiro moderno”, e em lugares mais distantes os “representantes do componente indígena” ainda viviam de acordo com seus antigos costumes (Snethlage, 1917, p. 42). Em seguida, o artigo de Snethlage passa a descrever as características da vegetação. A maior parte da região amazônica está coberta de “florestas virgens majestosas e intermináveis”, e na parte leste existem vastos *campos*⁵⁹, onde é praticada a agricultura; os *campos* são interrompidos por *tesos*, trechos de terreno com cobertura florestal, e por matas de galeria ao longo das margens dos rios. Os *igapós* são as florestas inundadas que ocorrem ao longo da costa e dos rios e *terra firme* são as regiões nunca alagadas, que muitas vezes formam elevações e morros. Por fim existe a *capoeira*, composta pela vegetação baixa, extremamente emaranhada, que invade as antigas *roças*, as plantações que, tendo sido cultivadas “à maneira brasileira”, apenas por alguns anos ou enquanto o solo mantém a sua fertilidade natural, são abandonadas e retomadas pela vegetação em curto espaço de tempo. O solo empobrecido produz essa vegetação característica que, com seu aspecto mirrado, apresenta o maior contraste possível com o crescimento “gigantesco e majestoso” da *mata virgem de terra firme* ou com a “exuberância tropical” do *igapó* (Snethlage, 1917, p. 42). Os terrenos nas margens da ferrovia, que haviam sido os primeiros a serem cultivados, há dez anos atrás, agora estavam abandonados e recobertos de matagal, dando origem a uma paisagem alterada pela mão do homem. Mas há a “floresta virgem típica”, que Snethlage “gostaria de apresentar ao leitor” (Snethlage, 1917, p. 44). Para tanto é necessário abandonar o trajeto da estrada de ferro e dirigir-se em direção ao sul, onde se dividem as águas que formam os rios costeiros e os afluentes do Guamá, passando antes ainda por uma região de fronteira da civilização, no limiar da floresta, a colônia e missão religiosa de São [Santo] Antônio do Prata.

⁵⁹ O artigo foi publicado em inglês, a tradução é nossa. As palavras em itálico aparecem em português no texto original.

Até aqui a região descrita por Snethlage apresenta várias características associadas aos trópicos. Trata-se de um lugar fora dos mapas, desconhecido, que só pode ser alcançado com esforço, percorrendo-se rios cheios de corredeiras e quedas d'água. Mesmo lugares próximos a um centro importante, como a cidade de Belém, permanecem desconhecidos, entregues ao domínio da natureza. As tentativas de se inverter esta ordem e estabelecer um domínio da civilização sobre a natureza, com o cultivo da terra e a construção de uma estrada de ferro, parecem ter falhado. Suas estações não aparecem no mapa oficial, os terrenos cultivados foram abandonados e novamente tomados pela vegetação. Existe ainda uma última estação da civilização, Santo Antônio do Prata. Uma região de fronteira, onde se encontram o mundo civilizado dos religiosos, os emigrantes expulsos de suas regiões de origem pela inclemência da natureza e os índios, estes, entre a civilização e a barbárie, seres humanos, mas (ainda) pertencentes ao mundo natural. Tentava-se implementar o avanço da civilização também em uma outra frente, as atividades de educação dos indígenas, desempenhadas pelos monges (em sua maior parte italianos) e freiras (todas de origem brasileira). Snethlage, educada dentro do protestantismo, se admirava com a maneira pela qual a “regularidade monótona, combinada com a aparência exterior suntuosa” das práticas religiosas católicas encontrava ressonância no temperamento dos indígenas:

As crianças parecem apreciar especialmente as repetidas caminhadas à igreja para as orações e para o glorioso espetáculo da missa. O altar, coberto com tecidos primorosamente bordados, enfeitado com flores artificiais, com imagens e cálices reluzentes, sempre consegue impressioná-los (Snethlage, 1917, p. 46).

A educação das crianças abrangia, além das atividades religiosas, a vida prática. Após o trabalho escolar regular, que tomava toda a manhã, as garotas aprendiam a fazer trabalhos de casa e de agulha, além de cuidarem do galinheiro e das hortas, nas quais se plantava milho, feijão, cana-de-açúcar e batatas. Os garotos, por sua vez, preparavam a terra para a plantação, faziam a colheita e ajudavam a preparar os produtos para o consumo e o mercado. O trabalho dos religiosos tinha trazido vantagens para a região, mas a missão sofria, nos últimos anos, com a crise da borracha, “como todos os empreendimentos na Amazônia” (Snethlage, 1917, p. 44). Passados dez anos da sua visita inicial, Snethlage constata:

Agora as graciosas construções novas do monastério e da igreja se erguem do meio da capoeira, as antigas plantações foram abandonadas, o que dá ao lugar uma primeira impressão um tanto quanto desolada, bem de acordo com a depressão geral ocasionada pela crise (Snethlage, 1917, p. 45).

A crise, no entanto, faz com que surjam outras alternativas de produção. É retomado no Prata o cultivo do arroz que, como outras práticas agrícolas, havia sido negligenciado na Amazônia por um longo período, substituído pela rentável exploração da borracha. A chegada de máquinas modernas, para a produção desses grãos, acabou trazendo um “impulso de progresso para a região”. Também o gado, afirma Snethlage, se desenvolvia muito bem, e ela esperava que “os poucos meios necessários” à sobrevivência da missão, o financiamento governamental, continuassem a ser mantidos (Snethlage, 1917, p. 47).

Quando Snethlage visitou Santo Antônio do Prata pela primeira vez, em 1905, a missão era rodeada pela floresta virgem. Uma década depois, esta só podia ser alcançada com vinte minutos de caminhada em direção noroeste, onde o igapó do Rio do Prata e os morros tornavam impossível a agricultura. Para Stepan, a expectativa do visitante das regiões tropicais é “voltar no tempo” e entrar em contato com a natureza em estado “puro”, intocada pelas transformações humanas. Espera-se chegar, de alguma forma, mais perto da natureza (Stepan, 2001, p.11). O relato através do qual Snethlage conduz o seu leitor pela floresta virgem segue o estilo dos viajantes românticos, mas ela, à maneira de Humboldt, não deixa de levar consigo o equipamento necessário para encontrar o caminho de volta da natureza:

Caminhando por todo o dia sob a abóboda da folhagem, de forma segura, graças à ajuda de uma bússola, ficamos sempre novamente maravilhados com a enorme extensão da floresta amazônica. Semanas e meses podem ser gastos na mesma e interminável floresta, nas margens do Tocantins e na região entre o Xingu e o Madeira, da qual as ondas verdes se estendem para oeste, cobrindo as primeiras montanhas da cordilheira dos Andes, para serem interrompidas apenas pelos cortantes ventos do *páramo* (Snethlage, 1917, p. 45).

Têm-se a impressão que, com mais alguns dias de viagem, ela estaria com o grande naturalista alemão, atravessando os *páramos*, subindo o Chimborazo... A natureza amazônica apresenta-se, para a naturalista, como um espetáculo de encanto sempre renovado:

Talvez as mais belas paisagens da Amazônia estejam reservadas ao viajante de canoa nos cursos superiores dos estreitos rios costeiros afluentes do Guamá. Cada volta do rio (e as voltas são inumeráveis) apresenta uma nova visão de beleza, sempre igual, mas ao mesmo tempo, sempre diferente. Todas as plantas vistosas que, para o habitante dos climas temperados, parecem ser a encarnação da beleza e exuberância tropical, encontram-se juntas aqui. Elas recebem luz suficiente para forçá-las a dispor suas folhagens do modo que lhes seja mais propício, o que, ao mesmo tempo, significa uma aparência exterior da maior perfeição possível, como quase sempre [ocorre] na natureza. As palmeiras elevam suas copas frondosas em caules esguios ou se recurvam sobre as águas marrom-douradas, suas coroas emplumadas formando o motivo central de uma cena encantadora, que se destaca do emaranhado da massa vegetal do fundo (Snethalge, 1917, p. 46)

Para Humboldt “as mais nobres plantas tropicais”, e indissociavelmente ligadas à obra de Martius, que a elas dedicou o seu *Historia Naturalis Palmarum* (1823-53), as palmeiras são, sem dúvida, um dos símbolos das regiões tropicais. Antes de assumirem o seu lugar alto e gracioso na representação dos trópicos, no entanto, as palmeiras despertavam na imaginação européia cenas bíblicas, desertos do Oriente Médio, evocações dos lugares onde primeiro se desenvolveu a civilização, perto da idéia, portanto, de natureza selvagem. Para Stepan (2001), a sua mera presença era responsável por muito do impacto estético que as paisagens tropicais exerciam na imaginação dos homens. É significativo que Snethlage, na descrição do que considera “as mais belas paisagens da Amazônia” coloque em destaque, como “motivo central de uma cena encantadora” justamente as palmeiras. Outro motivo clássico das representações dos trópicos são os animais, dos quais se esperava que apresentassem uma aparência curiosa ou que fossem especialmente belos, como convém a habitantes das regiões edênicas, como as aves-do-paraíso (!) coletadas por Wallace no arquipélago malaio (Stepan, 2001). Para Snethlage, a vida animal da região não era muito abundante e perceptível apenas ao olhar treinado do especialista. Existiam muitas aves, das quais enumera algumas espécies, além de macacos e preguiças. As antas, os porcos-do-mato e os grandes felinos haviam desaparecido há muito tempo ou se tornado extremamente raros e esquivos. Os fatos parecem opor-se, nesse caso, às representações pictóricas das regiões tropicais, nas quais, entre a vegetação exuberante, aparecem animais de colorido vibrante e formas bizarras. Também Wallace havia percebido, com algum desalento, que as representações sobre os trópicos nem sempre correspondiam à realidade. Ao relatar seus primeiros contatos com a natureza tropical da floresta amazônica que percorreu por quatro anos, a partir de 1848, em viagem iniciada em Belém do Pará, chega a reclamar da monotonia da

paisagem: “o tempo não era tão quente, as pessoas não eram tão diferentes, a vegetação não era tão impressionante (...)”(Wallace apud Stepan, 2001, p. 61). Nada era exatamente como o mundo que criara na sua imaginação, nas longas e tediosas horas da travessia de navio desde a Inglaterra, evocando os relatos dos viajantes, repletos de maravilhas e novidades. Esses viajantes, conclui ele, provavelmente representam em uma única imagem todas as curiosidades que conseguem observar em semanas ou mesmo meses de viagem. Essa crença na intensidade especial da vida nas regiões tropicais quando comparadas com as regiões temperadas, essa busca de experiências intensas – Stepan chega a dizer que se espera, no contato direto com o mundo natural, alcançar “algum tipo de transcendência” (2001, p. 11) –, era comum a uma visão romântica da natureza, para a qual contribuiu a obra de Humboldt que, como fica evidente, serviu de inspiração também a Snethlage. A visão que o naturalista alemão tinha da natureza era a de um sistema vivo e harmonioso, “um grande todo animado pela respiração da vida” (Humboldt apud Arnold, 2000, p. 57). Mas não era apenas a natureza intocada que despertava a atenção de Snethlage. Também a terra transformada pela ação do homem conserva, para a cientista, algo da sua beleza:

A floresta virgem, que há alguns anos cercava o lugar, retrocedeu (...). Como cenário, a terra cultivada e mesmo a *capoeira* têm sua beleza, especialmente quando são, como em geral, intercaladas por vestígios da floresta e pequenos e adoráveis vales, cheios de palmeiras e atravessados por arroios cristalinos. As pitorescas *barracas* dos colonos ou dos índios Tembê ficam escondidas sob bananeiras de folhas largas e as belas flores vermelho-escuras dos hibiscos, que os *caboclos* gostam de plantar nos seus pequenos jardins, formam um contraste vívido com o mar verde característico da floresta virgem (...) (Snethlage, 1917, p. 45).

O conhecimento dos diversos grupos humanos que habitavam as regiões tropicais constituía-se num dos objetivos científicos mais importantes da época, sendo que as descrições e representações obtidas a partir do contato com esses grupos contribuíram para reforçar a própria imagem dos trópicos. Em termos culturais, Snethlage era herdeira de uma tradição etnográfica alemã, de forte presença no Brasil⁶⁰. Sua atenção aos detalhes etnográficos, notável no artigo que publicou sobre a

⁶⁰ O etnógrafo alemão Curt Nimuendajú (1883-1945) também estudou os Tembê de Santo Antônio do Prata entre 1915-16, publicando “Sagen der Tembê-indianer” [Mitos dos índios Tembê] (Pará und Maranhão). *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, v. 47, p. 218-310, 1915. (Publicado também na Revista de Sociologia, São Paulo, n. 213, p. 174-82 e 271-82, 1951).

travessia que fez em 1909, entre os rios Xingu e Tapajós, pode ser percebida claramente também aqui, ao descrever os Tembés. O material coletado entre este grupo será publicado em um artigo póstumo, de 1931/32, “Worte und texte der Tembés-indianer” [Palavras e textos dos índios Tembés]. Esta é uma das indicações da grande importância que Snethlage dava aos estudos etnográficos que, ao lado dos seus trabalhos sobre ornitologia, compõem parte relevante de sua obra. Falando sobre os Tembés, Snethlage diz que, embora ainda existissem Tembés “puros”, os que se encontravam nas proximidades da missão religiosa seriam “semi-civilizados”. Recordar-se então da visita que fez a uma aldeia, em 1905, quando foi formalmente convidada a conhecer a *maloca* do *tuxaua* (chefe), que podia ser alcançada apenas após várias horas de caminhada, através de pântanos e florestas, com a ajuda de um guia. Estes índios semi-civilizados, nota, ainda escondem o acesso às suas habitações dos olhares e visitas indesejados, como é costume em toda Amazônia, por um caminho tortuoso, cheio de voltas inesperadas e cortado por trechos de floresta. O *tuxaua*, Capitão Joaquim Braz, a havia recebido cordialmente. Na aldeia teve oportunidade de conhecer o processo de fabricação da *farinha d’água*, o principal alimento do paraense, seja ele indígena ou “brasileiro”, que descreve em detalhes (Snethlage, 1917, p. 47). O processo de produção da farinha, que exige a permanência, por longas horas, ao lado do fogo, não era um trabalho fácil de ser feito no calor dos trópicos, diz Snethlage. Não era de admirar, continuava, que nesta e em outras ocasiões, os indígenas tratassem de se livrar de todas as peças de roupa que pudessem dispensar. Além da mandioca, que constituía a principal fonte de alimento dos indígenas, recentemente, por influência e exemplo dos religiosos, haviam sido introduzidos outros cereais e vegetais na sua dieta, como o arroz e o *feijão*. Além disso eles plantavam *inhame*, *batata-doce*, *macaxeira* e outras raízes indígenas, bem como milho e cana-de-açúcar da qual, após um processamento primitivo, é feita a *garapa*. Snethlage refere-se também ao *caxiri*, a aguardente de mandioca, que considera “pouco apetitosa”. Estes Tembés, no entanto, parecem ser uma “raça sóbria”, tendo se afastado do costume de beber *caxiri* e consumindo principalmente o vinho de açai, que não contém álcool (Snethlage, 1917, p. 48). Nos terrenos ao redor das suas habitações nunca faltam bananas, palmeiras (*pupunha*, *miriti* e *açai*) e *mamão* que, na sua concepção, “enfeitam a paisagem tropical e as malocas dos índios”. Descreve em

seguida os hábitos das índias, “boas donas-de-casa”, que lavam nos rios as roupas da família. A caça fornece também parte da alimentação dos indígenas e, embora a anta tenha se tornado rara, são caçados *veados*, *cutias*, *pacas*, *tatús* e mesmo preguiça. A pesca, diz Snethlage, é abundante na maioria dos pequenos rios e *igarapés*, onde é feita com um método denominado de *cacuri*. Para o transporte são utilizadas canoas pequenas, mais elaboradas e elegantes do que as *ubás*, utilizadas nos rios mais a oeste e que formam um contraste com as canoas pesadas e pouco graciosas dos colonos. Os Tembê mantêm animais domésticos, como uma raça de cachorros de pêlo pelo curto, “extremamente barulhentos”, porcos e aves, especialmente patos e perús, criados “desde tempos imemoriais”, isto é, de acordo com a cientista, “desde antes do tempo adquirir significado para esses filhos da floresta” (Snethlage, 1917, p. 49). Em relação à sua indumentária, Snethlage registra que a *tanga* e os “belos enfeites” de penas estão desaparecendo e que muitas vezes andam nus, embora geralmente portem um *mosquetão*, no lugar dos arcos utilizados anteriormente. Parece que “a Idade da Pedra foi sucedida pela Idade do Ferro”, e os índios usam, como ferramentas, o *terçado* e o *machado*. Snethlage diz desconhecer a importância da cerâmica entre esses indígenas, seus utensílios, como *cuias*, cestas e esteiras, além de redes, seriam feitos principalmente a partir de vegetais. Para finalizar a descrição dos Tembê, Snethlage refere-se à sua linguagem, um dialeto do tupi-guarani, que seria falado pela maioria dos adultos e por alguns integrantes das gerações mais novas. O cuidado com que observa e descreve os hábitos dos Tembê é intencional pois, embora a atenção dos etnógrafos na época estivesse dirigida para as tribos em risco de extinção, a autora lamenta que estas tribos semi-civilizadas não sejam estudadas com mais cuidado.

Ao tratar dos índios Snethlage se posiciona de forma extremamente receptiva em relação aos seus usos e costumes, qualificando-os, de maneira geral, de forma positiva e justificando-os, atribuindo, por exemplo, o costume de andarem nus à severidade do calor tropical. Ao finalizar seu artigo, descrevendo um *boi-bumbá*, no entanto, a naturalista demonstra menos receptividade aos costumes “do povo” do que aos costumes indígenas. A “curiosa mistura de três raças” teria deixado, na formação étnica brasileira, traços profundos, não apenas na aparência das pessoas, mas também nos seus costumes, diversões e folclore. Apenas o naturalista que viveu alguns anos no país, diz Snethlage, que entrou em contato com todas as classes e raças e conhece as condições de vida no Brasil, é que pode avaliar devidamente os inúmeros e importantes problemas culturais e raciais que aí existem. O *boi-bumbá* que passa a

descrever seria um exemplo do sincretismo cultural que ocorre no Brasil. Tendo passado parte do mês de junho de 1915 no Prata, relata Snethlage, todos os domingos e feriados à noite era possível ouvir um “peculiar ruído musical”, que “dificilmente poderia ser classificado como música no nosso sentido da palavra”. Tambores e instrumentos de sopro, interrompidos por um “canto monótono”, acompanhavam uma procissão de homens e meninos fantasiados, alguns pintados de preto ou vermelho, que executavam “uma espécie de pantomima” ao redor de um boi, que inevitavelmente terminava com uma simulação da morte deste (Snethlage, 1917, p. 49). Este seria o espetáculo “favorito das classes mais pobres” mesmo na capital, mas a dança seria rejeitada como chocante pelas “pessoas bem-educadas” e, completa a observadora, “realmente possui algo de degenerado”. No campo, no entanto, a manifestação manteria o caráter de um “legítimo festival popular”. O interesse pelo folguedo seria justificado por serem nele evidentes elementos das três raças que formavam o Brasil. Seria possível distinguir, na manifestação popular, “vestígios de superstições de negros e índios”, sendo que “o todo havia sido modificado (...) pela mais elevada das três raças”. Ou, ao menos, era a conclusão a que chegava Snethlage, pois a pantomima era apresentada em datas cristãs, como o dia de São João na Amazônia e o dia de Reis no sul do Brasil” (Snethlage, 1917, p. 50).

A descrição minuciosa e precisa que Snethlage faz da região de Santo Antônio do Prata nos mostra que, embora seu objetivo principal, nas suas excursões e viagens, fosse a coleta de material ornitológico, ela não deixava de observar atentamente outros aspectos das regiões que percorria. Mas é principalmente como ornitóloga que ela inscreve seu nome no mapa das ciências no Brasil e são as características de seu trabalho de campo nesta disciplina que examinaremos a seguir.

3.4 O trabalho de campo de Emília Snethlage

Os relatos dos naturalistas viajantes já foram exaustivamente analisados, mas as viagens e excursões científicas em si configuram práticas culturais que apenas recentemente têm sido consideradas enquanto objeto de estudo da história social da ciência (Lopes, 2001). Ao serem tomadas como objeto de estudo, essas práticas apresentam ao historiador um desafio, a dificuldade de obter fontes documentais específicas. Pela própria natureza do trabalho de campo existem poucas fontes oficiais sobre o assunto; por outro lado, as fontes que se apresentam são extremamente

heterogêneas, e nem sempre estão localizadas em arquivos ou bibliotecas, obrigando o historiador a fazer, também ele, seu “trabalho de campo”. É como se a ausência de limites claramente estabelecidos para o campo – um território cuja demarcação geográfica, social e cultural não é definida por paredes e muros, como no caso dos gabinetes e laboratórios –, diluísse também a documentação. Durante a pesquisa sobre o trabalho de campo feito por Emília Snethlage, a documentação obtida se dividiu entre dois limites extremos. Um, árido, apresentava apenas informações pontuais sobre o assunto estudado, e outro, extremamente rarefeito, era de difícil apreensão. De um lado os relatórios, os livros-tombo das coleções e as próprias coleções, os ofícios solicitando a liberação dos funcionários das suas atividades cotidianas no museu, para a realização de excursões científicas, ou requerendo passes para eles no transporte público, a estrada de ferro. Num meio termo estaria a correspondência privada, na qual é possível encontrar, muitas vezes, relatos sobre condições nas quais eram feitas as viagens. Mas nem sempre esta correspondência é preservada, nem sempre chega ao pesquisador, nem sempre está em bom estado, como ocorre infelizmente no caso da correspondência escrita por Snethlage⁶¹. No outro extremo do espectro de fontes documentais sobre o trabalho de campo estão as histórias sobre a naturalista, contadas até hoje entre os funcionários do Museu Goeldi, ou entre os zoólogos, especialmente os ornitólogos⁶². Entre os ofícios e a anedotas⁶³, perde-se o essencial para o historiador da ciência nesse caso, a possibilidade de examinar as características das práticas desenvolvidas no trabalho de campo. Os limites entre a vida privada e a trajetória profissional tornam-se menos distintos no trabalho de campo, e as fontes documentais reproduzem esta configuração social. Pretende-se aqui percorrer alguns trechos desse território difuso, até onde for possível caminhar com segurança, com o auxílio das fontes documentais.

Emília Snethlage chegou ao Museu Goeldi em 1905, contratada como auxiliar científico (assistente) de zoologia. As funções de auxiliar científico incluíam “coleccionar, conservar e determinar objetos zoológico; vigiar sobre o jardim zoológico; e servir de intermediário entre o diretor e o pessoal da primeira seção (...)”

⁶¹ A grande maioria das cartas de Emília Snethlage que se encontram no AMPEG, estão escritas em alemão, com caneta-tinteiro, nos dois lados de folhas de papel de seda, e representam, cada uma delas, um desafio paleográfico.

⁶² Ver, por exemplo, Corrêa (1995), que entrevistou, em julho de 1988, em Petrópolis, Dona Maria Luísa Hussak van Velthen, que conhecera Snethlage.

⁶³ Segundo o Dicionário Houaiss a palavra “anedota” é derivada do grego *anékdotos*, que significa “não publicado, inédito”.

(Sanjad, 2005, p. 190). Como vimos, Goeldi tinha especial predileção pelas áreas de botânica e zoologia, acumulando o cargo de diretor do museu com o de chefe desta seção. Além disso a área contava com três vagas de preparadores e duas de ajudante de preparador, mais do que as outras seções. Os funcionários do museu estavam divididos entre pessoal científico, técnico (os “preparadores”, que eram os taxidermistas e herboristas, o inspetor do horto botânico e o desenhista-litógrafo⁶⁴) e administrativo. O pessoal científico e técnico era proveniente da Europa Central, enquanto que as outras funções eram preenchidas por brasileiros. Esta situação era responsável por uma grande desigualdade de condições entre os funcionários do museu. Sendo proibido a estrangeiros ocupar cargos públicos, os contratos destes eram feitos por decreto e negociados diretamente junto ao governo estadual, o que lhes permitia algumas vantagens em termos de remuneração e condições de trabalho (Sanjad, 2005). Já os funcionários brasileiros, empregados em funções subalternas, além de salários mais baixos, tinham ainda a desvantagem, em relação aos funcionários de outras instituições governamentais, de estarem sujeitos à rígida disciplina imposta por Goeldi, sendo obrigados a residir no museu, exigindo-se deles também serviços noturnos de guarda, e trabalho aos domingos e feriados (Sanjad, 2005). Entre estes funcionários existiu uma grande mobilidade de cargos. Alguns foram contratados como serventes ou vigias, passando depois a outras funções, enquanto que alguns ajudantes de preparador passaram a ocupar o cargo de preparadores⁶⁵. Depois de 1906 cessam quase completamente as contratações no museu e muitos funcionários subalternos, que permaneceram anos na instituição, acabaram exercendo funções superiores àquelas para as quais tinham sido contratados. Durante o período de instabilidade que a instituição atravessou, foram estes funcionários os responsáveis pela guarda do patrimônio do museu, das instalações e das coleções científicas (Sanjad, 2005). Na sua chegada, Snethlage encontrou, como preparadores, o suíço Joseph Schönmann (1872-1914), que trabalhou no museu até 1906 e o austríaco Adolpho Ducke (1876-1959), este como preparador de

⁶⁴ Cargo ocupado, entre 1897 e 1911 por Ernst Lohse (1873-1930), responsável pelas belas estampas dos trabalhos do *Album de aves amazônicas* de Goeldi (Sanjad, 2005).

⁶⁵ Um exemplo extremo é o de Rodolpho de Siqueira Rodrigues (1884-1957). Voluntário na oficina taxidérmica em 1897, passou a ajudante de preparador de zoologia em 1898 e a preparador da seção botânica em 1902, ocupando ainda outras funções (Sanjad, 2005). Foi diretor interino do museu em diversas ocasiões, inclusive durante o impedimento de Snethlage na época da guerra. Cf. ofício de Rodolpho de Siqueira Rodrigues ao Secretário Geral do Estado, em 31/07/1919. AMPEG/FES (1914-1921), cx. 1, pasta 92.

entomologia, que permaneceria na instituição até 1918. Já os ajudantes de preparador da seção de zoologia eram João Baptista de Sá (?-1909), Antônio José da Costa (?-?) e Oscar Rodrigues Martins (?-?) (Sanjad, 2005, p. 202). Este último, a quem Snethlage se afeiçoou e a quem se referia como “o meu preparador”, a acompanharia em muitas excursões científicas. Tendo entrado para o museu como voluntário, foi contratado em 1907 como ajudante de preparador e passou depois a desempenhar a função de preparador, aparentemente sem nunca ter sido oficialmente elevado ao cargo.

No período em que trabalhou para o Museu Goeldi, nas excursões científicas para coleta de espécimes, Snethlage costumava viajar acompanhada apenas de um preparador, ou melhor, de um ajudante de preparador alçado às funções de preparador, que poderia ser João Baptista de Sá, Oscar Martins ou então Francisco de Queiroz Lima (sobre o qual não se dispõe de maiores dados). Essa forma de viajar fazia com que se desenvolvesse uma ligação bastante próxima entre a cientista e seus acompanhantes, alguns dos quais tratava como filhos (Sick, 1997). Snethlage reconheceu a importância dessas relações batizando, em homenagem aos “seus” preparadores, novas espécies de aves. Em homenagem a Oscar Martins, denominou a *Grallaria martinsi* e a *Synallaxis martinsi*, pois ele as havia coletado (Snethlage, 1925b e 1925c). A Francisco Lima, a quem as coleções do museu “devem muitas preciosidades”, dedicou o *Picumnus limae*, (Snethlage, 1925c, p. 410). Quando passou a trabalhar para o Museu Nacional do Rio de Janeiro a cientista parece ter prescindido até mesmo da companhia dos preparadores, contratando, quando necessário, algum guia da localidade a ser percorrida. A viagem em dupla diferia das excursões científicas empreendidas pelos outros cientistas do museu, ao menos durante o período de Goeldi, quando havia mais recursos à disposição da instituição. O zoólogo suíço Gottfried Haggmann, que havia ocupado o cargo de assistente de zoologia antes de Snethlage, publicou um artigo, em 1901, no qual descrevia a procedência dos animais mantidos no zoológico, os quais eram, por exemplo, capturados em excursões científicas planejadas especialmente para isto. Estas eram verdadeiras expedições científicas, com grande aparato logístico, organizadas pelo próprio pessoal do museu e tinham objetivos bastante específicos. Buscava-se complementar o acervo através da captura de determinados animais, de interesse científico ou que estivessem em falta no jardim zoológico. Para Haggmann, a primeira questão a ser levada em conta para a organização de uma viagem para “renovação do acervo faunístico”, era a escolha de uma localidade apropriada (1901, p. 19). As

fazendas eram opções convenientes, por oferecerem infra-estrutura, alojamento para o pessoal durante a estadia e a ajuda dos fazendeiros, que em geral cediam seus auxiliares para ajudar nos trabalhos de captura, alimentação e transporte dos animais, e emprestavam material para as caçadas, como cavalos e canoas. Outro fator a ser levado em consideração eram os meios de transporte que as localidades ofereciam, pois era necessário deslocar um grande número de animais vivos, alguns de porte considerável, por grandes distâncias, o mais rapidamente possível. A região escolhida deveria estar localizada longe da civilização, para que pudessem ser capturadas espécies diferentes das normalmente conhecidas. Era desejável a presença de nativos, de preferência caçadores, que conhecessem bem a região e os animais que ali podiam ser encontrados. Além disso a localidade, para ser escolhida, precisava apresentar variações geográficas, como “floresta alternada com campos, rios com mangues nas margens e lagos interiores”, que permitissem a existência de uma fauna diversificada (Hagmann, 1901, p. 19). Era necessário pensar ainda na estação apropriada para se empreender a excursão, levando em consideração, por exemplo, o período de nidificação das aves ou a estação das chuvas, que impossibilitava o sucesso de qualquer empreitada. O melhor local, segundo Hagmann (1901), era a ilha de Marajó, pois reunia todas estas condições. O transporte dos animais apreendidos para Belém, por exemplo, podia ser feito nos barcos a vela que faziam o transporte de gado. Do cabo Maguari, a ponta extrema do noroeste de Marajó, até Belém, o percurso levava um dia ou um dia e meio, o que era bastante apropriado para o transporte de animais vivos. As excursões necessitavam de grande quantidade de equipamento. Hagmann (1901) cita as ferramentas dos preparadores, equipamento para caçadas e ferramentas de marcenaria pois, além das gaiolas que já eram levadas montadas, muitas vezes era necessário construir outras, de acordo com necessidades específicas. Levava-se ainda alimentos para os animais capturados, alguns sacos de milho e arroz, sendo que os carnívoros eram alimentados com peixes dos rios da região visitada, no caso de Marajó, especialmente piranhas, que ali existiam “em número espantoso” (Hagmann, 1901, p. 30). As caçadas nos campos eram feitas a cavalo e para incursões ao longo dos rios utilizavam-se canoas. As caçadas ocorriam durante as primeiras horas da manhã, tanto por causa dos hábitos dos animais quanto em razão do forte calor que se instalava durante o dia. Após o almoço, no auge do calor, eram feitos os trabalhos de preparação dos animais coletados. Ao final da tarde era o momento de caçar novamente, mas desta vez a caça estava destinada à alimentação do grupo. A maior

parte do trabalho era feita pelo próprio pessoal do museu, segundo Hagmann, por “absoluta falta de seriedade do pessoal nativo”, o que fazia com que o número de animais capturados e transportados a cada viagem fosse reduzido (1901, p. 30). Além disso, nota Hagmann, esses animais eram coletados com a finalidade exclusiva de complementarem o acervo do zoológico e não para serem vendidos. Essa forma de enriquecimento do acervo faunístico, com a participação dos seus funcionários e diretamente da natureza, sem depender dos comerciantes de animais, era um privilégio que o jardim zoológico do Museu Goeldi compartilhava com poucas instituições do mundo. Isso permitia, também, a especialização do acervo, que acolhia “exclusivamente espécies sul-americanas, em especial as brasileiras e, principalmente, espécies amazônicas” (Hagmann, 1901, p. 19).

Comparada ao aparato necessário para prover de animais o jardim zoológico, a coleta de espécimes feita por Snethlage tinha características bem mais simples e apresentava semelhanças com as excursões feitas por coletores profissionais, como Wallace e Bates. A área a ser percorrida era escolhida cuidadosamente, de acordo com uma série de critérios, de ordem prática ou científica. Segundo seu sobrinho, Snethlage,

Quando queria conhecer a avifauna de uma região, escolhia um lugar que oferecesse a possibilidade de alcançar rapidamente a área onde pretendia caçar. Eram em geral fazendas, sítios isolados, cabanas cobertas de palha. Bastava-lhe um lugar onde pudesse estender sua rede. Se não havia mesa, usava as caixas de transporte. Levava consigo o que iria precisar. Não era muita coisa (Snethlage, H., 1930, p. 128).

Além da facilidade de acesso, o local era escolhido por oferecer a possibilidade de coletar determinadas espécies de aves, que serviriam para esclarecer questões de interesse morfológico, biológico e zoogeográfico. Na carta que Snethlage enviou ao seu irmão, durante sua última viagem (reproduzida integralmente no anexo), ela descreve o local onde ficou hospedada, comentando que, imediatamente após o terreno onde localizava-se a casa da família que a acolheu

(...) ergue-se a floresta, que posso alcançar em menos de um quarto de hora. Está repleta das aves que procuro e que, em sua maior parte, diferem fortemente das [que se encontram] na margem direita do rio, estas, por sua vez, sendo idênticas às da margem esquerda do Tapajós (apud Snethlage, H., 1930, p. 132).

A escolha da região de coleta era orientada também por projetos científicos de alcance mais amplo. Coletores como Wallace e Bates percorriam a natureza com um olho nos animais e outro no mercado no qual os espécimes seriam vendidos, proporcionando-lhes meios de sobrevivência. Este mercado era formado por museus e compradores particulares, e muitas vezes a aparência exótica de um exemplar, talvez uma ave de formas curiosas e cores encantadoras, o transformava em um troféu particularmente cobiçado. Certamente os museus também se interessavam em possuir uma peça que atraísse a atenção do público ou que fosse especialmente rara, mas, de maneira geral, as prioridades estabelecidas a partir de critérios científicos eram outras. Instada por Emilio Goeldi, o objetivo de Sneath, quando chegou a Belém do Pará, passou a ser a preparação do “Catálogo das aves amazônicas” que publicaria em 1914. Para isso, começou a percorrer a região do baixo Amazonas, que seria conhecida posteriormente como “a área da Sneath”. Tendo chegado em agosto de 1905, já em outubro faz sua primeira excursão para Santo Antônio do Prata, onde permanece por três semanas e, em dezembro conhece o Marajó, onde faz quatro semanas de coletas. No início do ano seguinte visita, por duas semanas, a região de Monte Alegre, na margem esquerda do Amazonas. Essas localidades apresentam características geográficas, botânicas e faunísticas bastante diversas. Santo Antônio do Prata, como já vimos, estava localizada em meio à floresta de terra firme. A ilha de Marajó apresentava, ao menos na região percorrida pela cientista, uma área de campos, e em Monte Alegre, situada próxima ao rio Maicurú, no lado esquerdo do Amazonas, a floresta margeava o rio. Essas três localidades permitiram à cientista conhecer, por experiência própria, as diversas formações geográficas do baixo Amazonas e sua respectiva ornithofauna. Durante os anos que permaneceria no norte do Brasil iria realizar coletas principalmente no baixo Amazonas, mas também no Ceará e no rio Negro. No baixo Amazonas percorreu, em diversas ocasiões, os afluentes ao sul (Tapajós, Xingu e Tocantins) e muitos de seus tributários (Jamanxim, Curuá, Iriri); também explorou os afluentes ao norte do rio-mar (Jari, Maicurú, Jamundá). Além disso fez excursões nos arredores de Belém, na ilha de Marajó e voltou seguidamente ao leste do Pará, onde explorou a região do médio Guamá e os arredores de Santo Antônio do Prata, no rio Maracanã (ver mapa, Fig.3). Ao observarmos o mapa das regiões de coleta de Sneath no período em que trabalhou no Museu Goeldi fica claro o critério que norteava a escolha das localidades pesquisadas: a cobertura mais completa possível da região do baixo Amazonas.

Quando deixou Belém, em 1922, ela estava ampliando a área geográfica das suas pesquisas. Um primeiro movimento neste sentido foi a viagem ao Ceará, em 1910, onde estudara a avifauna do sertão, estabelecendo comparações com as aves encontradas na hiléia. Alguns anos depois, em 1916, estivera no rio Negro, que lhe pareceu “um importante limite faunístico” (Snethlage, 1925b, p. 271). As pesquisas na região amazônica haviam despertado, na cientista, um profundo interesse por questões de zoogeografia, o estudo da distribuição geográfica das espécies animais. Nesse sentido a mudança para o Rio de Janeiro, em 1922, apesar das dificuldades e desvantagens que envolveu, também teve aspectos positivos para o trabalho de Snethlage. Sua primeira grande viagem como naturalista do Museu Nacional foi ao Maranhão, e deixa clara a continuidade do seu projeto de pesquisas. Tendo percebido que os rios desempenham um papel na distribuição das espécies, ela imaginava que também a costa tivesse importância para a questão. Em 1923 visitou, durante cinco meses, acompanhada de seu sobrinho, Heinrich Snethlage, vários pontos do litoral Maranhão. Além disso ela pretendia, ao estudar a avifauna deste estado, compreender melhor os limites faunísticos entre a hiléia e o sertão. Como naturalista viajante do Rio de Janeiro passou a percorrer todo o Brasil. Quando trabalhava no Museu Goeldi, seus deslocamentos para efetuar coletas tinham, em geral, a duração de algumas semanas, já no Museu Nacional passou a fazer viagens de alguns meses de duração, cobrindo diversas regiões geográficas. Continuava acompanhando, de preferência, o curso dos rios, o que facilitava seu deslocamento ao mesmo tempo que permitia comparações zoogeográficas. Os rios passaram a ser vistos, por Snethlage, como vias preferenciais da distribuição da avifauna e também como limites físicos, em determinados casos, para esta distribuição. Foi, portanto, acompanhando o curso dos grandes rios que visitou o Espírito Santo em 1925 (rio Doce) e Minas Gerais e Bahia em 1926 (rio São Francisco). Em 1927 a viagem começou no estado de São Paulo e percorreu parte de Goiás e de Mato Grosso (rio Araguaia, ilha do Bananal). Em 1928 viajou pelo sul do Brasil, do Paraná ao Rio Grande do Sul (rio Uruguai e Paraná). Essas viagens eram guiadas pela idéia de escrever uma obra de grande amplitude sobre a avifauna brasileira e foram complementadas por uma viagem de pesquisa à Europa, entre 1924 e 1925, durante a qual percorreu diversos museus de história natural, fazendo “estudos comparativos para um tão almejado ‘Catálogo das aves brasileiras’, com o inteiro apoio da diretoria do Museu Nacional”, como diz Cunha (1989, p. 95). Mas parecia que, no entendimento de Snethlage, seus estudos da

avifauna amazônica haviam ficado incompletos. Ao seu irmão comunicou os planos que tinha, de conhecer pessoalmente outras partes da Amazônia. Pretendia percorrer o rio Negro e subir o rio Branco, e estudar a ornis das fronteiras brasileiras com a Colômbia e a Venezuela (Lutz, 1957)⁶⁶. Também não tivera, ainda, oportunidade de estudar as aves de um dos grandes afluentes ao sul do Amazonas, o Madeira. Foi durante esta viagem que faleceu, em 1929. Seus biógrafos concordam que a causa da morte deve ter sido um ataque cardíaco. Um “telegrama lacônico de Porto Velho”, diz Lutz, “informava à diretoria desta casa (o Museu Nacional) que a grande zoóloga falecera, quase que repentinamente (sic), sendo encontrada morta, no leito, de madrugada, pela camareira do hotel” (Lutz, 1957, p. 42; ver também Cunha, 1989, p. 96 e Snethlage, H., 1930, p. 123).

Quando faleceu, Snethlage viajava sozinha, como passara a fazer ao transferir-se para o Museu Nacional. Esta parecia ser uma escolha da própria cientista. Miranda-Ribeiro refere-se ao caso de um sertanista polonês, “de nome mais sutil do que uma valsa de Paderewsky”, que pediu certa vez à Snethlage permissão para acompanhá-la em uma excursão a Goiás, ao que ela teria respondido: “À vontade, livres ambos nós do modo o mais completo (sic), pois eu, em viagem só espero por mim; é por isso que não ando acompanhada de parentes” (1936, p. 80). Esse modo de viajar apresentava vantagens e desvantagens. Por um lado, era mais prático, exigia menos equipamento e tinha, por isso, um custo menor do que as grandes excursões de coleta como as citadas por Hagmann. As excursões também podiam ser preparadas em muito menos tempo. O aspecto negativo é que certamente era uma forma mais perigosa de viajar, pois havia menos pessoas por perto às quais se poderia recorrer em caso de algum acidente. E acidentes e imprevistos aconteciam. Foi o caso em 1914, durante uma viagem pelo rio Iriri. Andando de canoa, Snethlage, distraidamente, brincava com a mão na água, quando foi mordida no dedo por uma piranha (*Roseveltiella piraha*, explica, consciencioso, seu sobrinho, ao relatar o fato. Ver Snethlage, H., 1930, p. 126). Ela ainda tentou salvar a falange mas, alguns dias depois o ferimento gangrenou, e foi necessário amputá-la. Não havendo, entre seus acompanhantes, quem se dispusesse a tal tarefa, Snethlage mesmo resolveu o assunto. Ao relatar o episódio, Snethlage detém-se longamente sobre os hábitos das diversas espécies de piranha e sobre sua distribuição nos diferentes trechos do rio, mas nada fala sobre o desfecho

⁶⁶ Lutz refere-se às fronteiras do Brasil com a Colômbia e com o Equador, mas trata-se, evidentemente, de um *lapsus calami*.

(Snethlage, 1925a, p. 348). A história, no entanto, é retomada por muitos que escrevem sobre ela, tornando-se paradigmática da coragem e sangue frio demonstrados pela cientista (cf. Snethlage, H., 1930, p. 126; Haffer, 1997, p. 328-329 e Corrêa, 2003, p. 223, nota 23). Nessa ocasião ela não viajava sozinha e, embora nenhum de seus acompanhantes tenha podido ajudá-la diretamente, certamente a teriam amparado se fosse necessário trazê-la de volta rapidamente.

As coletas feitas por Snethlage diferiam das descritas por Hagmann também em relação à quantidade e ao tipo de material coletado. Hagmann refere-se a coletas de mamíferos, o que incluía desde pequenos roedores e uma sempre grande quantidade de macacos, até onças ou répteis – dos quais o jacaré-açu, por exemplo, podia alcançar três metros de comprimento. Snethlage estava em busca de aves, cujos exemplares ocupam, em geral, muito menos espaço. Além disso tratava-se muitas vezes, no caso citado por Hagmann, de exemplares vivos, enquanto que Snethlage voltava de suas expedições com peles já preparadas. Ela era exímia preparadora⁶⁷ e, como nas expedições descritas pelo seu antecessor, era na parte da tarde, ao retornar das atividades de observação e coleta, que se dedicava à preparação das peles. Primeiramente fazia anotações sobre os indivíduos coletados no caderno de campo, depois vinha a preparação dos animais abatidos. Levava consigo todo o material necessário para isto: instrumentos, algodão, arsênico em pó, naftalina e etiquetas. Raramente uma ave levava mais do que meia hora para ser preparada, um colibri ficava pronto em 15 minutos. Depois disso eram escritas e afixadas as etiquetas, nas quais constavam os dados de coleta: o nome da instituição e do coletor, o número do espécime naquela coleção, a localidade e a data da coleta, o sexo e idade do exemplar (determinados durante a dissecação), a cor da íris, dos pés e do bico, o conteúdo do estômago e outras observações que julgasse pertinentes (ver Fig.5.1)⁶⁸. Todos esses dados eram de grande importância para o processo de classificação e se perdiam facilmente. Alguns deles, como a cor da íris ou o conteúdo do estômago, não podiam ser identificados no exemplar taxidermizado e outros, como a designação exata da

⁶⁷ Heinrich Snethlage estimou em 10.000 o número de peles de aves e mamíferos preparados pela naturalista, que estariam em coleções de museus brasileiros, europeus e norte-americanos. Uma relação recente, na qual são contabilizadas apenas as peles seguramente preparadas por Snethlage e cuja localização foi confirmada, apresenta 7.636 peles de aves (Fátima Lima, comunicação pessoal). Como muitas peles foram inutilizadas pelo tempo, outras não foram localizadas e não estão sendo levadas em consideração as peles de mamíferos, a estimativa de H. Snethlage (1930, p. 126) apresenta-se como razoável. Agradeço a Fátima Lima, assistente de ornitologia no Museu Goeldi, as informações acima.

⁶⁸ Segundo Stresemann, as etiquetas passaram a ser utilizadas em 1817, por L.C.Brehm e Johann Natterer (1975, p. 209).

localidade de coleta, podiam ser esquecidos ou confundidos com facilidade. Por isso era muito importante atrelar, o mais rápido possível, uma etiqueta a cada exemplar. Apenas esta poderia fornecer posteriormente informações fidedignas sobre o animal coletado, acessíveis a qualquer um que o manuseasse. O exemplar preparado, juntamente com sua etiqueta, passava a ser considerado um espécime⁶⁹.

Nas expedições de coleta descritas por Haggmann, os proprietários de terras forneciam apoio ao pessoal do museu, cedendo alojamentos, colocando seus empregados à disposição do grupo etc. Estes mesmos fazendeiros, que tinham, em geral, fortes ligações com a política do estado, também foram essenciais no desenvolvimento do trabalho de campo feito por Snethlage, como demonstrado pelos inúmeros agradecimentos a eles que deixou registrados em seus artigos. Snethlage hospedava-se nas fazendas, mas também, eventualmente, em residências isoladas, que lhe ofereciam melhores probabilidades de fazer coletas em certas áreas. Durante a viagem ao rio Madeira, por exemplo, ficou hospedada em uma fazenda, na casa da família de um vaqueiro. Ela descreve alguns pormenores do seu alojamento:

Aqui estou muito bem instalada, apesar das inevitáveis dificuldades. A *fazenda* – habitada apenas pelo vaqueiro e sua família, que moram atrás, e agora por mim, que ocupo o aposento da frente, a grande *sala*, o chão com assoalho de madeira, as paredes caiadas de branco, uma mesa grande, uma cadeira, uma corda para pendurar roupas etc., quatro ganchos para as redes, um no meio de cada parede – está localizada no meio de um gramado comprido, não muito largo, que corre ao longo da margem [do rio] e é cercado por um pequeno bosque de árvores frutíferas, terminando em plantações ou *roças* recém-abertas. Imediatamente depois destas ergue-se a floresta, que posso alcançar em menos de um quarto de hora (apud Snethlage, H., 1930, p. 131-132).

Este tipo de alojamento tinha a vantagem de incluir a alimentação, e a naturalista podia dedicar-se integralmente às suas coletas:

Senhor Roberto e Dona Sincoró, esta uma meio-índia boliviana e boa cozinheira, me tratam muito bem. Temos carne e peixe frescos, que Roberto traz todos os dias da cidade. Frutas em grande quantidade, *mangas*, laranjas, melões e *melancias*, e mais *garapa* (caldo de cana) e, se eu quisesse, leite (apud Snethlage, H., 1930, p. 132).

Nas excursões de exploração e coleta que exigiam um deslocamento contínuo, por exemplo, ao longo dos rios, ou atravessando uma região, como durante a travessia

⁶⁹ Para Larsen, “é a combinação do objeto físico com os dados sobre sua vida, hábitos e localização – a sua *natureza* – que dá valor científico a um espécime” (1997, p. 362).

que fez entre o Xingu e o Tapajós em 1909, a alimentação podia transformar-se em um problema, como descobrem, mais cedo ou mais tarde, os que viajam pelas regiões tropicais. A grande diversidade das espécies animais e vegetais nem sempre é sinônimo de alimentação abundante. As espécies vegetais desconhecidas não podem ser consumidas indistintamente, podendo ser indigestas ou mesmo venenosas. Os animais de maior porte são raros e nem sempre a pesca é farta, dependendo do tipo de rio. De tempos em tempos, no entanto, é possível abater um veado, uma queixada ou uma anta. Snethlage era conhecida por sua precisão ao atirar, mas nas coletas tinha consigo, em geral, apenas a pequena espingarda de caçar pássaros, uma Sauer alemã que, apesar de despertar inveja em índios e barqueiros, não era apropriada para caças de maior porte. Eventualmente eram abatidos macacos e, entre agosto e setembro havia um grande número de tracajás nas praias dos rios, das quais se consumiam a carne e os ovos. Em viagem não podia nunca faltar a farinha e carne seca, e o cardápio era enriquecido eventualmente com palmito de açai, frutas, castanhas e mel. Sentimentos de compaixão em relação aos animais, que poderíamos imaginar ausentes na rotina de uma caçadora exímia como Snethlage, aparecem reiteradamente nos seus relatos. Seu sobrinho enfatiza que ela abatia as aves apenas se isto fosse absolutamente necessário para os interesses científicos, e após demorada e cuidadosa observação, que poderia levar vários dias (Snethlage, H., 1930, p. 129). Os índios apreciavam sobremaneira o consumo de carne de macaco, em especial dos coatás, os macacos-aranha. Snethlage, que participava integralmente da maneira de viver dos indígenas, viajando com eles “na nossa querida pequena ubá”, não podia se furtar a participar dos banquetes e por diversas vezes fora levada a consumir os coatás moqueados (Snethlage, 1925a, p. 339). A carne, como a da maioria dos macacos, era tenra e de sabor agradável. Bem menos agradável, dizia, era a aparência do assado, mas a isso ela se acostumara desde a época da travessia, no Jamanxim. Já o consumo dos tracajás, principalmente a forma como eram preparados, sempre a perturbava. Consumia-se, não apenas os indivíduos adultos, mas também os ovos, tanto os que haviam sido postos recentemente quanto os que continham embriões bem desenvolvidos e, segundo a viajante, eram muito saborosos. Mas a maneira de preparo das tartaruguinhas recém-nascidas deixava Snethlage horrorizada: “as pequenas criaturas eram colocadas, vivas, esperneando, na água fria sobre o fogo ou então assadas devagar, diretamente sobre este” (1925a, p. 346). Os índios, considerava ela, apesar de demonstrarem muitas vezes um amor comovente pelos animais, davam a

impressão de não conhecer o que entendemos por compaixão, “parecia nunca lhes ocorrer que um animal também sente dor, como um ser humano”. Eram apenas os índios que procediam dessa forma cruel com os tracajás, acrescenta Snethlage, “para preservar a honra” dos seus barqueiros (1925a, p. 346). Certa noite, durante uma viagem pelo Iriri, uma anta visitou o acampamento, “de maneira bem educada e assobiando baixo, sob a luz da lua”, quando, “infelizmente”, o espírito de caçador apossou-se de um dos integrantes do grupo. Mas a história tem um final feliz, para quem torcia pela caça: “para minha alegria a imponente visita conseguiu escapar ilesa” (Snethlage, 1925a, p. 341). Para Allen (1995) e Thomas (1988) no final do século XIX uma nova sensibilidade em relação ao mundo natural podia ser percebida, principalmente nas classes médias. Esse movimento deu origem a associações que promoviam a proteção dos animais e de seus habitats e estava fortemente associado aos movimentos pelos direitos femininos, como se as feministas, ao lutarem pela defesa dos direitos das mulheres, acabassem estendendo essa idéia ao mundo natural. Fica evidente que, para Snethlage, a finalidade científica justificava o abate de aves, mas não havia justificativa para a crueldade gratuita em relação aos animais. Estes pareciam ser âmbitos separados, que raramente se confundiam. Em certo momento, no entanto, é possível perceber uma certa mistura, entre os sentimentos da mulher e o distanciamento da cientista. Relatando a descoberta de um casal de aves de uma espécie que estava procurando há tempos, ela justifica o fato de não ter podido obter os exemplares, pois, quando preparava-se para atirar, “percebeu que as aves estavam alimentando seus filhotes” (Snethlage, 1935a). A exímia atiradora e grande coletora de aves, portanto, fazia seu trabalho com extrema sensibilidade e consciência.

Para chegar até as localidades onde desejava realizar coletas, o pessoal do Museu Goeldi dispunha de passes na estrada de ferro, que eram fornecidos pelo governo e incluíam o transporte de bagagens⁷⁰. Os lugares mais distantes eram alcançados com barcos a vapor, como o “Sapucaia”, que levou Snethlage ao rio Madeira, e depois com o auxílio de canoas, as igarités dos seringueiros ou as pequenas ubás dos índios, que também eram usadas durante os percursos de exploração, como na viagem pelos rios Iriri e Curuá em 1909 e 1914. As coletas propriamente ditas eram feitas a pé, e foi também a pé que Snethlage atravessou o interflúvio Xingu-Tapajós em 1909, como veremos adiante. Por esse motivo

⁷⁰ Cf. ofício de Emília Snethlage ao Secretário Geral do Estado, em 12/05/1917. AMPEG/FES (1914-1921), cx.1, pasta 92 e outros.

Snethlage levava consigo apenas o equipamento indispensável. Além do material para a preparação das aves coletadas, já citado, levava alguns cadernos para anotações de campo, a literatura essencial, medicamentos e antissépticos, alguns números do *Manchester Guardian Weekly*⁷¹, cartas para jogar paciência, papel de cigarros e a Bíblia. Quando visitava uma região na qual estava previsto contato com indígenas, Snethlage levava algum material para eles. Quando retornou à região dos rios Iriri e Curuá em 1914 levava camisas, pentes, miçangas, chapéus de feltro e tecidos, além de uma grande encomenda, enviada pela Inspetoria de Proteção dos Índios do Pará, da qual constavam ferramentas, panelas e canecos, pregos, arame, anzóis, tesouras, calças e isqueiros⁷².

O “campo” no qual Snethlage realizava seu trabalho, era freqüentado por uma grande variedade de pessoas: índios, seringueiros, fazendeiros e suas mulheres, outros naturalistas, preparadores, viajantes eventuais e profissionais, caçadores, barqueiros, vaqueiros e sertanistas poloneses. Diferente do trabalho de gabinete, o trabalho de campo ocorre num espaço público, de acesso livre, onde as estratégias de sociabilidade são outras. Examinando a relação entre a distribuição e ocupação do espaço e a autoridade intelectual, no gabinete e no campo, Dorinda Outram (1997) sugere que neste último não existe uma distribuição espacial pré-determinada, a partir da qual é possível distinguir, a priori, as posições sociais de seus ocupantes. O reconhecimento e a valorização do trabalho de campo ocorrem, portanto, de forma diferente do que no trabalho de gabinete. A seguir examinaremos algumas características desses processos de legitimação. Para isso começaremos com o dia-a-dia de Snethlage durante as excursões de coleta que, ao contrário do que se possa talvez imaginar era, em geral, bastante tranqüilo e regular. Como relata seu sobrinho:

Ela levantava ao amanhecer, tomava banho, quando isso era possível, em um rio ou riacho próximos, tomava seu café da manhã e se dirigia então, com sua Teschin⁷³ na mão e uma pequena mochila nas costas, para a floresta ou para o campo. Ela amava ficar ali sozinha, pois só assim podia fazer suas observações sem ser perturbada. (...) Acompanhava durante dias as espécies interessantes antes de abatê-las. Podia passar muitas horas sentada num toco de árvore ou agachada no chão. Com a fumaça do cigarro procurava manter afastados do rosto os incômodos mosquitos, pois o mais leve movimento das mãos poderia espantar o objeto da sua atenção. Estava atenta a todos os

⁷¹ Tratava-se do jornal inglês que, a partir de 1959 passou a ser conhecido apenas como *The Guardian*.

⁷² Cf. ofício de Emília Snethlage ao Sr. Leandro Pereira da Cunha, Chefe da Inspetoria de Proteção dos Índios do Pará, em 15/05/1914. AMPEG/FES (1914-1921), cx.1, pasta 92 e recibo de mercadorias da empresa Bartels & Co. para Dra. Snethlage, rio Xingu, 29/04/1914. AMPEG/FES (1914-1921).

⁷³ Espingarda de fabricação tcheca.

sons. Com sua longa experiência podia discernir, de ouvido, o que lhe prometia determinada coleta. (...) eram duas ou três horas [da tarde] quando retornava da sua excursão. Um novo banho e higiene corporal a libertavam dos incômodos parasitas que existem em grande número nas matas brasileiras (...). O solitário almoço ou jantar não tomava muito tempo, assim como o cafésinho (sic), que infelizmente não se conseguia sempre. (...) A noite era passada anotando informações, lendo jornal, conversando com os moradores e jogando paciência (Snethlage, H., 1930, p. 128-129).

Como Wallace diante da monotonia da paisagem tropical, podemos ficar um pouco decepcionados diante da simplicidade do dia-a-dia de Snethlage. Onde ficaram as travessias intrépidas, a carne de macaco, as piranhas, o dedo cortado, os índios? Em outras palavras, sentimos falta do heroísmo que é, em geral, associado ao trabalho de campo e que, para Naomi Oreskes, tornou-se uma ideologia empregada para valorizar o conhecimento científico ali produzido – em geral, por homens. O heroísmo, na ciência, pode servir para aproximar o trabalho científico da sociedade, fazendo com que o cientista receba a admiração e o apoio do público, e pode funcionar como um ideal internalizado, que faz com que o empreendimento científico pareça importante, excitante e valioso para o próprio cientista (Oreskes, 1996, p. 103). É nesse duplo registro que se pode ler o relato da travessia Xingu-Tapajós de Emília Snethlage em 1909.

3.5 A travessia Xingu-Tapajós

A idéia de fazer a travessia a pé, entre os rios Tapajós e Xingu, ocorreu a Snethlage em 1906, quando visitou, na região do baixo Tapajós, a ilha de Goiana, tendo sido muito bem recebida pelos fazendeiros das localidades onde esteve (Snethlage, 1912b, p. 49). O rio Xingu havia sido explorado por Karl von den Steinen em 1884 e 1887-88 e por Coudreau em 1896. Este último também explorara o Tapajós, em 1895-96. Os relatos sobre essas viagens deixavam a impressão de que existia uma comunicação hidrográfica, ao menos no inverno, entre esses dois rios, que poderia facilitar a exploração econômica e o povoamento da região. A travessia pareceu a Snethlage uma idéia interessante, podendo trazer ótimos resultados científicos a partir de poucos investimentos. De volta ao Museu Goeldi, expôs seus planos ao diretor, o botânico Jacques Huber, que imediatamente apoiou a idéia (Snethlage, 1912b, p. 51). Em 1908 ela tentou a travessia do Tapajós ao Xingu, como tinha planejado inicialmente. Para isso obteve, em Santarém, o apoio da casa

comercial Souza e Braga e do coronel Raymundo Brazil, proprietário de seringais no médio Tapajós, os primeiros de uma longa série de fazendeiros e proprietários sem os quais a travessia não teria sido possível. Primeiramente Snethlage seguiu até a colônia de Santa Helena, no baixo Jamanxim, prosseguindo depois até Tucunaré, a última área habitada daquela região, onde chegou em 22 de dezembro. Ela não tinha levado em conta, entretanto, a temporada das chuvas, que já tinha começado. A cheia do rio impediu a continuidade da viagem, mas a tentativa não foi de todo infrutífera. O proprietário de Tucunaré e dos seringais do médio Jamanxim, sr. Manoel Xisto Corrêa, havia levantado um mapa da região, que ofereceu à Snethlage. Assim, esta pôde inteirar-se de importantes detalhes sobre a geografia do local, ficando claro, inclusive, que a ligação hidrográfica aventada de início provavelmente não existia. Em 1909 a cientista resolve tentar novamente a travessia, desta vez partindo do Xingu, onde seria possível encontrar guias entre os índios Curuahé, que habitavam a região. Esta seria, segundo Snethlage, a única maneira de efetuar a travessia “com os recursos limitados dos quais o museu dispõe” (Snethlage, 1912b, p. 51). Novamente ela pôde contar com o apoio de personagens influentes, como o senador J. Porphirio Miranda Júnior, intendente de Souzel e proprietário de territórios no Xingu e dos seringais explorados nos rios Iri e Curuá. A viagem começou em junho, em Vitória, de onde partia uma estrada que cortava, por terra, a “grande volta do Xingu”, economizando muitos dias de viagem. A estrada levava até Forte Ambé em um ou dois dias, enquanto que pelo rio, de canoa, se levaria um mês. Em Vitória a naturalista esperou, durante mais de duas semanas, a chegada de um “futuro companheiro de viagem”, retido em Belém por motivo de doença⁷⁴, aproveitando para fazer um levantamento da fauna “interessantíssima e até então perfeitamente desconhecida” da região, onde encontrou formas silvestres e campestres, espécies amazônicas e outras do Mato Grosso e do sul do Brasil (Snethlage, 1912b, p. 51). Em Vitória e Forte Ambé ela é recebida novamente com muita amabilidade, e aumenta sua lista de agradecimentos. O coronel Ernesto Accioly de Souza⁷⁵, que encontrou em Forte Ambé, seria fundamental na realização da travessia. Ele lhe ofereceu transporte em suas canoas durante seis semanas, forneceu muitas informações sobre os rios Iri e Curuá, que havia explorado, e “usando de sua influência com os índios Curuahés e Chipayas”, conseguiu para Snethlage os guias que a acompanharia no trajeto entre os

⁷⁴ Este acompanhante não é mais citado e não foi possível descobrir de quem se trata.

⁷⁵ Huber refere-se à ele como Coronel Ernesto Accioly *da Silva* (apud Cunha, 1989, p. 88).

rios (Snethlage, 1912b, p. 53). Em 1º. de julho a expedição partiu de Forte Ambé, em uma igarité “grande e confortável”, até a Cachoeira Grande do Iriri. No ano anterior, ela não pudera prosseguir na sua exploração por causa da enchente, agora era a seca que dificultava o avanço. O rio Xingu, naquele trecho, tinha “mais pedras do que água” e os tripulantes eram obrigados, muitas vezes, a suspender e carregar a canoa (Snethlage, 1912b, p. 53). A partir da cachoeira prosseguiram em ubás até Santa Júlia, “a mais velha e mais importante colônia do Iriri”, onde chegaram no dia seis de julho. Ali havia uma sucursal da casa Porphirio Miranda Júnior e um estaleiro, também pertencente a esta empresa. A povoação lhe pareceu bem cuidada, dando uma impressão de prosperidade e progresso. Os preparativos, em Santa Júlia, estenderam-se até o dia 18 de julho, quando a viagem prosseguiu para a Boca do Curuá, onde chegaram a quatro de agosto. Havia ali mais uma filial da casa de comércio de Porphirio Miranda, e novamente Snethlage descreve a região com um olhar otimista. Perto dos povoados se encontravam “roças extensas (...) verdadeiros paraísos de frutas tropicais, cereais etc., que chegarão em breve a tornar este rio independente da importação destes gêneros alimentícios (...)” (Snethlage, 1912b, p. 57). Ao passar dias e dias navegando pelos rios, Snethlage tinha a sensação de que percorriam um campo inundado, pois a fauna dos rios e de suas ilhas apresentava semelhanças com a dos campos amazônicos. Para a cientista, os rios formavam uma extensa rede, circundando as florestas, e servindo de via para a distribuição das espécies. Esta percepção, desenvolvida durante seus primeiros anos na Amazônia, seria retomada por Snethlage em diversos artigos. Foi na Boca do Curuá que Snethlage encontrou, pela primeira vez, “índios selvagens”, os Chipaya e os Curuahé, que tinham descido o rio para trocarem as ubás, “que fazem à perfeição”, por contas (“pérolas”), machados, facas etc. (Snethlage, 1912b, p. 58). Os índios se reuniam, em geral, em um ponto que ficava a oito dias de viagem Curuá acima, na maloca de Manuelzinho, um Chipaya que falava português e que intermediava o comércio com o pessoal do coronel Ernesto Accioly. Viajantes que haviam percorrido a região anteriormente, como o príncipe Adalberto da Prússia (1811-1873) e Coudreau, haviam deixado relatos sobre esses índios, feitos a partir de informações indiretas e nem sempre muito exatas. Os Chipaya, segundo Snethlage, eram mais numerosos e belicosos do que os Curuahé. Os primeiros viviam no alto Iriri e no alto Curuá, afastados “da parte civilizada” desses rios mas, sendo “pilotos perfeitos”, eram sempre empregados como tripulantes nas canoas. Sua língua seria semelhante à dos Juruna. Já os Curuahé seriam “mansos e

medrosos”, teriam uma língua completamente diferente da dos Chipaya, mais próxima da dos mundurucus, e viviam em uma “espécie de patriarcado”, sob a liderança de Manoelzinho (Snethlage, 1912b, p. 59). Os Curuahé, vivendo no interflúvio entre o Xingu e o Tapajós, seriam os guias de Snethlage na travessia. Ao saber da intenção de Snethlage de cruzar o território entre os rios, Manoelzinho tentou dissuadi-la, “sustentando que a viagem seria penosa demais e muito mais longa do que pensava” (Snethlage, 1912b, p. 64). Para defender seu ponto de vista, o Chipaya desenhou na areia um esboço da região, com a localização dos rios Curuá, Jamanxim, Aruri, Tocantins (afluente do Jamanxim) e Tapajós que, de acordo com Snethlage, mostrou-se “muito mais exato do que qualquer dos que se acham nos nossos mapas” (1912b, p. 65).

No dia nove de agosto a viagem prosseguiu pelo rio Curuá, com a grande igarité rodeada pelas ubás dos índios. Quando acampavam para passar as noites, Snethlage dedicava-se à recolher palavras para o vocabulário comparativo dos Chipaya e Curuahé que publicará mais tarde, acompanhando relato da travessia (cf. Snethlage, 1912c)⁷⁶. No dia 15 de agosto o grupo chegou à maloca de Manoelzinho, e o coronel Accioly subiu o rio até o igarapé dos Curuahé, para conseguir os guias para a viagem de Snethlage. Esta, com malária, não pôde segui-lo⁷⁷. Após alguns dias, a febre passou, e Snethlage voltou a usufruir da viagem: “gostei muito da vida solitária, estudando pela manhã as florestas tão belas e interessantes, e a sua fauna, e observando à tarde os índios, enquanto trabalhava na conservação da minha caça” (Snethlage, 1912b, p. 69). No dia 28 de agosto a cientista deixou o Curuá em busca do Jamanxim, acompanhada por quatro guias arregimentados por Manoelzinho e mais três voluntários. Eram quatro homens e três mulheres, dos quais apenas um, João, sabia algumas palavras em português. Além de guias, os índios deviam servir de carregadores, serviço que logo deixaram para as mulheres, encarregando-se, eles, de transportarem coisas mais leves, como a mochila de Snethlage, seu rifle e seu saco de roupas. Ela levava o diário, a espingarda e a tábua com o mapa, enquanto que as mulheres carregavam as provisões, as bagagens dos homens e as suas, as panelas, redes, instrumentos etc. Nos dois primeiros dias seguiram uma espécie de picada e, a

⁷⁶ Para uma análise do trabalho de Snethlage como etnógrafa, durante esta viagem, ver o já citado livro de Corrêa (2003), *Antropólogas e Antropologia*.

⁷⁷ De acordo com seu sobrinho, esta foi a primeira vez que Snethlage teve malária (mas não a última). Apesar das recomendações, não costumava tomar a quinina profilática ou qualquer outro medicamento (Snethlage, H., 1930, p. 125).

partir do terceiro dia passaram a viajar sem vestígio visível de caminho, “dirigindo-se os índios aparentemente pelo sol” (Snethlage, 1912b, p. 74). No dia 30 de agosto começaram as dificuldades, ao encontrarem uma serra:

Ao meio-dia, depois de uma subida penosa e abrupta, estávamos num pequeno planalto, cercado de todos os lados por montes e colinas. O chão em muitos lugares deixava ver a pedra nua, um granito liso, às vezes tão inclinado que eu, atrapalhada pelas solas escorregadias dos meus sapatos, tinha de me servir das mãos para não cair. Os índios do seu lado tinham os pés quase queimados pelo calor extraordinário acumulado nestas pedras (Snethlage, 1912b, p. 74)

Mas a caminhada, depreende-se do relato, não era desagradável. Snethlage aproveita para observar atentamente a flora e a fauna da região, identificando “algumas espécies raras e quase desconhecidas até agora aos zoólogos”, embora não faça coletas, pois não deseja afastar-se de seus companheiros (Snethlage, 1912b, p. 75). Logo a naturalista começa a perceber que havia feito algumas estimativas equivocadas, em relação ao tempo necessário para o percurso e em relação aos seus guias. Estes não pareciam conhecer a região, discordando muitas vezes entre si sobre o rumo a tomar. Também a comida começou a ser um problema. Contando com a destreza dos seus acompanhantes, Snethlage levava apenas sua pequena espingarda de caçar pássaros. O coronel Accioly presenteara os índios com um rifle, mas estes não sabiam manejá-lo. Um dos índios, Topá, havia levado “suas armas nacionais”, um arco e flechas, mas durante toda caminhada na mata mataram apenas um mutum e um jacamim, e já no terceiro dia as flechas para caça terrestre acabaram. Assim, “nos dias terceiro e quarto o nosso regime foi tirado da classe dos répteis” (Snethlage, 1912b, p. 77). Um dos índios encontrou alguns jabutis e outro matou com o terçado um jacarezinho. A partir daí se alimentaram de peixes, que pescavam com timbó nos igarapés. Mas o resultado das pescarias, como diz Snethlage, “só servia de tempero à farinha”. E a farinha, passou a ser o principal alimento, que os índios “ingeriam quantidades enormes em forma de xibé ou mingau” (Snethlage, 1912b, p. 78). Havia também o problema da falta de água, que determinava a escolha do local do acampamento, em geral ao lado de um igarapé. Além das dificuldades constantes, havia as inesperadas:

Uma noite fui acordada pelos modos excitados dos índios. Os homens estavam todos ajoelhados, num círculo, tendo aceso fogos de folhas secas ao redor do acampamento,

escutando e espiando na escuridão atenciosamente e falando entre eles em voz baixa, mas agitada. Quando me aproximei deles, João quis explicar-me alguma coisa, mostrando-me com o dedo um certo ponto fora da mata, onde, a dizer verdade, não vi nem ouvi nada. Finalmente, lembrando-me de uma palavra (...), perguntei, *minem* (onça pintada)? Segundo me explicaram depois, foi com efeito uma destas feras que se tinha aproximado de nós. A pedido dos índios, dei alguns tiros na direção que eles me indicaram, e pouco depois tudo ficou sossegado, a onça tendo-se retirado amedrontada pelas chamas e pelos estampidos (p. 76-77).

A duração da travessia, sobre a qual a naturalista tinha recebido diversas informações diferentes, estava ultrapassando o tempo planejado. No ano anterior, os moradores do rio Jamanxim tinham lhe falado em mais ou menos cinco dias de travessia de um rio ao outro. Manoelzinho começou falando em dez dias, mas depois, diz Snethlage, “apaixonando-se pela idéia da travessia tão desejada por mim”, começou a diminuir a estimativa, até chegar a declarar que os Curuahé a levariam ao Jamanxim no máximo em três dias (1912b, p. 79). Posteriormente, Snethlage considerou possível efetuar a travessia em três dias, mas “não para uma expedição como a minha, (...) composta pela maior parte de pessoas sem idéia nenhuma de espaço e de tempo, com as quais o chefe não podia nem mesmo entender-se sobre a direção a seguir e o modo de proceder” (1912b, p. 79). A caminhada parecia não ter fim mas, a princípio Snethlage não se preocupou muito com isso, encantada pelas circunstâncias inusitadas nas quais se achava:

(...) até gostei da idéia de achar-me durante mais tempo numa situação tão interessante no meio desta gente selvagem, mas essencialmente boa e simpática. Só no último dia, quando percebi que pelo descuido dos índios a nossa provisão de farinha diminuía rapidamente, comecei a inquietar-me, tanto mais que ao mesmo tempo já me tinha aparecido outro acesso de sezões (Snethlage, 1912b, p. 79).

Novamente os índios começaram a divergir sobre o caminho a tomar, concordando todos, por fim, em seguir o curso de um igarapé maior, que corria na direção noroeste. Caminhavam por dentro do igarapé, que formava uma série de poços, nos quais a água chegava muitas vezes até o peito. Passaram forma os dias três e quatro de setembro. O dia cinco, lembra Snethlage, era um domingo:

Os índios tinham abandonado o igarapé e avançavam numa mata pouco espessa, limpa e baixa. Andavam depressa e sem descansar, enquanto eu, com um acesso de sezões no corpo, seguia com dificuldade, absorta em reflexões um tanto melancólicas sobre esta travessia interminável. Subitamente vi os índios pararem, fazendo-me sinais para vir

depressa. Acorrendo achei-me numa rocha elevada e vi aos meus pés um rio de mais de 200 metros de largura que parecia enorme e resplendente de luz depois da penumbra das matas ininterruptas em que tínhamos passado os nove últimos dias: era o Jamanxim. Não senti nada mais de febre, alegre como os índios, desci com eles para a praia alva (Snethlage, 1912b, p. 80).

Talvez imaginemos, como Snethlage e os índios, que a aventura estava prestes a terminar, depois deste clímax, com uma clássica descrição de promontório, digna dos relatos dos viajantes do século XIX⁷⁸. Ela e os índios estimavam que, em mais três dias de jornada, no máximo, poderiam alcançar as primeiras barracas de seringueiros acima das grandes cachoeiras que sabiam existir no Jamanxim. Este otimismo, que logo se revelará infundado, fez com que acabassem naquela noite com o resto da farinha. Para navegar no Jamanxim os índios fizeram duas canoas de casca de árvore, em formato de uma caixa chata, retangular, que, se não eram muito velozes, tinham a vantagem de levarem pouco tempo para serem construídas. Na tarde do dia seguinte, sete de setembro, as canoas ficaram prontas e a jornada prosseguiu, rio abaixo. A fome já apertava: “Farinha não havia mais, peixes não se encontravam no rio neste lugar, nem caça no mato, de maneira que passamos o dia seis sem comida nenhuma” (Snethlage, 1912b, p. 81). No dia seguinte encontraram alguns ovos de tracajá e comeram algumas raízes. Quando acamparam, João conseguiu matar três peixes (curimatás) e, “se isto não chegou a fartar oito pessoas, ao menos nos deu ocasião de acostumar-nos ao modo de vida que tínhamos a seguir durante mais de duas semanas” (Snethlage, 1912b, p. 81). Podendo contar apenas com o arco e flecha de João para obter carne, continuaram alimentando-se principalmente de raízes. A largura do rio, de aproximadamente 200 metros, indicava que eles se encontravam longe das suas cabeceiras, e sabiam estar indo em direção a um trecho repleto de cachoeiras perigosas, muito difíceis de serem atravessadas. Acampavam em ilhas, pois os índios temiam ataques noturnos de outras tribos. Apesar do frio, que era muito maior ao longo do rio do que dentro das matas, dormiam no chão, nas praias e, quando chovia, a bagagem era enterrada na areia e eles se abrigavam segurando faixas de casca de árvore. Snethlage recorda-se, “com o maior horror”, de uma noite que foram obrigados a passar “num pedral desnudo”, na qual nem ela nem os índios conseguiram dormir. Snethlage podia ouvi-los, virando-se, gemendo, durante esta

⁷⁸ Mary Louise Pratt chama estas descrições de “cena do monarca-de-tudo-o-que-vejo” e as associa às descrições dos momentos de “descobertas” geográficas feitas pelos europeus no século XIX, dentro do empreendimento colonial de conquista do mundo (1999, p. 341).

noite terrível, mas “com grande satisfação minha evitaram desde então com muito cuidado escolher um pedral para acampamento” (Snethlage, 1912b, p. 83-84). Prosseguiram descendo o Jamanxim durante quatro dias, sem que aparecesse nenhum sinal das barracas dos seringueiros que esperavam encontrar. Os índios ficavam a cada dia mais cansados, conversavam muito entre eles e parecia a Snethlage que estavam pensando em voltar ao outro rio. Finalmente, no dia 17, encontraram algumas seringueiras que estavam sendo sangradas e, logo depois, um acampamento recente, no qual havia armações para rede, latas de conserva e um resto de farinha “fresca e boa”. No dia seguinte encontraram o marco do limite dos seringais de Manoel Xisto Corrêa. Esses achados infundiram novo ânimo no grupo, mas, mais uma vez, “os dias passaram e o rio continuou deserto” (Snethlage, 1912b, p. 86). Eles se aproximavam das grandes cachoeiras e Snethlage sabia que, para prosseguir, seria necessário induzir os índios a fazer novas canoas, mas duvidava da sua capacidade de convencê-los. A idéia de voltar, depois de ter chegado tão perto da sua meta, parecia-lhe inadmissível. No dia 22 passaram uma parte muito larga do rio, na qual desembocava um afluente à esquerda, e depois por duas cachoeiras mais fortes; parecia evidente que estavam cada vez mais perto do salto grande. O grande momento, tão esperado, de reencontro com a civilização quase passa despercebido. Uma pequena brecha na mata abrigava o procurado barracão dos seringueiros. Quando estes retornaram – “apesar do meu exterior pouco civilizado” –, receberam-na, e aos índios, como se fossem velhos amigos, pois já tinham ouvido falar dela no baixo Jamanxim. Percebendo que suas visitas estavam esfomeadas, os seringueiros prepararam um caititu, “e o resto do dia foi uma festa grande”. Havia farinha para todos e mesmo a chuva noturna foi um prazer, pois podiam abrigar-se decentemente sob o teto da barraca (Snethlage, 1912b, p. 88).

Na manhã do dia seguinte, 23 de setembro, Snethlage despede-se de seus amigos índios, “meus bons e fiéis companheiros de viagem durante quatro semanas”. Compra para eles toda a farinha e provisões de que os seringueiros podiam dispor e separa-se deles com “pesar sincero e muita gratidão”. No seu relato, discorre longamente sobre a amizade e fidelidade demonstrada pelos índios. Estes tinham-na acompanhado praticamente como voluntários, sem pagamento, “afora algumas pérolas pouco ao seu gosto”, embora ela tenha prometido lhes enviar algumas mercadorias depois (Snethlage, 1912b, p. 88). A duração da viagem tinha sido muito mal calculada. Em vez de uma semana, passaram 26 dias caminhando, em meio a

grandes dificuldades, numa região inóspita. Os índios poderiam tê-la abandonado, dizendo simplesmente que morrera no meio do caminho, o que era bastante plausível, pois todos sabiam que, ao partir, ela estava com malária. Eles, no entanto, tinham se mantido fiéis à promessa inicial e a acompanharam até a primeira barraca dos seringueiros. Durante a travessia, diz ela,

Aprendi a estimar e amar os índios Curuahé como gente essencialmente boa, dum caráter infantil e amável, dóceis e não destituídos de inteligência, bem dignos de uma outra sorte que da de tantas outras tribos selvagens que foram malvadamente aniquiladas por uma civilização nem sempre superior sob o ponto de vista moral aos seus costumes primitivos (Snethlage, 1912b, p. 88-89).

Começou então a viagem de volta, ainda no dia 23 de setembro. Ela estava ainda a mais de um dia de viagem acima das cachoeiras grandes. Primeiramente desceu até a barraca do mais antigo dos seringueiros do Jamanxim, onde ficou uma semana. Na companhia do seringueiro, desceu até Tucunaré, atravessando as perigosas cachoeiras. Na tarde de quatro de outubro entraram na parte “mansa” do rio, que se estende até Santa Helena. Chegaram a Tucunaré, à casa do sr. Xisto Corrêa, dois dias depois, ao anoitecer. De lá, pegando uma carona de canoa com o sr. Bentes de Paranatinga, seu conhecido do ano anterior, Snethlage desceu até Santa Helena, onde chegou no dia oito de outubro. Três dias depois a viagem prosseguiu em direção a São Joaquim (na boca do Jamanxim) e depois a São Luiz, ponto terminal da navegação a vapor do Tapajós, onde chegou, finalmente, no dia 16 de outubro, quatro meses e meio depois de partir de Vitória, no Xingu (Snethlage, 1912b, p. 91).

Os resultados científicos da travessia foram, além dos espécimes botânicos e zoológicos coletados, um conhecimento mais exato sobre a geografia da região. As coletas haviam sido feitas principalmente entre Vitória e Forte Ambé. Durante o percurso nos rios, principalmente na primeira parte da viagem, antes da travessia terrestre, Snethlage anotara informações sobre o curso, profundidade, largura e velocidade dos rios, além do nome das localidades pelas quais passavam. Estes dados permitiram a elaboração de um mapa corrigido da região, publicado em 1912, no prestigioso *Stielers Handatlas* (Mayr, M., 1912, p. 209-213). Ficou constatada ainda, com razoável certeza, a inexistência da ligação entre as bacias hidrográficas do Xingu e do Tapajós. Os levantamentos etnográficos de Snethlage durante a travessia deram origem a um vocabulário comparativo dos Chipaya e dos Curuahé, publicado juntamente com o relato da travessia em 1912.

Analisando os relatos de trabalho de campo de Snethlage, podemos perceber que, embora a coleta de espécimes fosse, para ela, uma atividade solitária, as excursões científicas, as viagens, eram um empreendimento coletivo, como pode ser constatado pelas inúmeras citações da naturalista às pessoas que a acompanhavam nessas jornadas. Snethlage relacionava-se, durante suas viagens, com dois grupos socialmente distintos. Um deles era formado pelos políticos e proprietários de terra (que por vezes são a mesma pessoa). O outro, pelas pessoas com as quais convivia no seu dia-a-dia, os índios, seringueiros, barqueiros, empregados dos grandes proprietários etc. Se levarmos em consideração as palavras de Roquette-Pinto, para quem “Snethlage tinha uma modéstia meiga, tão atraente que ninguém a encontrava sem que a estivesse logo” (1940, p. 89), a naturalista era recebida igualmente bem nos dois grupos. Snethlage, por sua vez, tratava a todos com o mesmo respeito e mostrava-se igualmente grata a fazendeiros e índios, como podemos ler no relato da travessia. As contribuições dessas pessoas ao empreendimento científico tinham características diferentes, mas eram reconhecidas por Snethlage como igualmente importantes. Os políticos e fazendeiros davam-lhe auxílio material, sob a forma de transporte, alojamento etc. e também investiam de respeitabilidade a figura da cientista, fornecendo-lhe cartas de apresentação e recomendando-a aos seus superiores e subalternos. Como a ciência estava associada a conotações positivas, de progresso e cosmopolitismo, a participação destes personagens, que ocupavam posições de poder, no empreendimento científico, trazia ganhos também para eles. Igualmente dignas de menção e apreço, para Snethlage, eram as relações que estabelecia com seus companheiros de jornada. Nos seus relatos, as referências a estas pessoas são permeadas de afeto. São os “meus barqueiros”, “meus preparadores”, e os índios, “meus bons e fiéis companheiros de viagem”. Era com eles que compartilhava as alegrias e vicissitudes cotidianas. Como podemos depreender, por exemplo, da leitura do romance de Raimundo de Moraes, no qual Snethlage aparece como personagem, o fato dela ser estrangeira, cientista, e de estar ligada às instituições como o Museu Goeldi ou, posteriormente, o Museu Nacional, além da gentileza pessoal que sempre demonstrava, contribuíam para sua aceitação nestes grupos sociais (ver cap. 2, nota 30).

O mais surpreendente no seu relato da travessia, é que ele guarda certa semelhança com a descrição das suas atividades cotidianas, que vimos acima. É uma sucessão de dias intermináveis, dedicados a atividades que poucas recompensas

pareciam oferecer. Para Naomi Oreskes o trabalho científico é, muitas vezes, um trabalho repetitivo e pouco glamoroso. É necessário ao cientista, para manter-se motivado, perceber suas atividades como parte de um projeto maior, transcendente, como uma contribuição importante para a ciência. Nesses casos, o heroísmo funciona muitas vezes como um forte fator de motivação pessoal (1996, p. 103). O entusiasmo de Snethlage – perceptível no relato da travessia –, pelo projeto científico que concebe em 1906, tenta concretizar em 1908 e que efetivamente executa, em 1909, em meio à imensas dificuldades, dá bem a medida da sua motivação pessoal, do seu envolvimento emocional com o empreendimento. Para a autora citada, o trabalho científico é caracterizado e valorizado a partir de duas imagens que se contradizem e se excluem mutuamente, a objetividade e o heroísmo. Em nenhuma delas haveria espaço para o reconhecimento da importância da atuação feminina nas ciências. A objetividade seria representada pela figura do cientista de laboratório que, portando um indefectível jaleco branco, poderia ser encontrado no seu gabinete de trabalho altas horas da noite, completamente absorto em experiências e deduções. As mulheres, nesse momento, deveriam estar em casa, cuidando dos filhos. Já o heroísmo estaria associado à ciência de maneira menos direta. A figura do herói, na cultura ocidental, teria sido vinculada ao trabalho científico a partir das viagens de conquista e de exploração, das quais o trabalho de campo seria uma espécie de atualização. O herói, para Oreskes, é representado por um homem de grande resistência ou força física que se mostra disposto a sacrificar sua saúde e sua segurança emocional e financeira, arriscando tudo em busca de um ideal. As mulheres, novamente, devem ficar em casa cuidando dos filhos. O heroísmo, portanto, contribui para a legitimação do trabalho científico, em especial o trabalho de campo, mas em geral, não é um recurso que está à disposição das mulheres. Snethlage tinha consciência desta situação. Certa vez comentou com seu amigo, o zoólogo Alípio de Miranda-Ribeiro: “A maior satisfação que eu tive (...) foi receber uma carta endereçada “Ao Sr. Dr. Emílio Snethlage”, isso convenceu-me de que havia feito trabalho de um homem” (Miranda-Ribeiro, 1936, p. 79). Foi associando sua imagem de cientista à retórica do heroísmo que Snethlage obteve reconhecimento, tanto diante do público leigo quanto diante de seus pares. A admiração pela cientista, proveniente de feitos ousados, como a travessia Xingu-Tapajós, estendeu-se através do tempo e do espaço. Como diz Corrêa, “ainda hoje, consultando-se o mapa da região, parece temerária sua aventura” (2003, p. 95). Referências à travessia e a outros episódios “heróicos” da vida de

Snethlage podem ser encontradas em artigos de autores renomados⁷⁹. A retórica do heroísmo, no caso da naturalista, tornou-se mais efetiva por tratar-se de uma mulher. O ornitólogo alemão, que trabalhou no Brasil, Helmut Sick (1910-1991)⁸⁰, dedicou à Snethlage sua principal obra, o livro *Ornitologia Brasileira*. Um dos grandes méritos da cientista, reconhece ele, teria sido sua dedicação à “pesquisa de campo de aves no Brasil” (Sick, 1997, dedicatória e p. 57). O empenho com que Snethlage dedicou-se ao trabalho de campo contribuiu para construir sua legitimidade enquanto cientista.

⁷⁹ As viagens de exploração de Emília Snethlage são citadas, juntamente com as de Karl von den Steinen e Farabee, por Roosevelt (1914, p. 166, 337). O episódio da piranha é lembrado na correspondência entre os ornitólogos alemães Charles Hellmayr e Stresemann (Haffer, 1997, p. 328-329) e por Helmut Sick (1997, p. 56). Roquette-Pinto também se refere às suas viagens, em especial à travessia Xingu-Tapajós (1940, p. 88-89).

⁸⁰ Helmut Sick (1910-1991) é reconhecido como um dos mais importantes ornitólogos a atuar no Brasil. Nascido em Leipzig e tendo estudado em Königsberg, Munique, Leipzig e Berlim, veio ao Brasil em 1939, em uma expedição do Museu de Berlim, para o qual trabalhava. Esta expedição, chefiada por Adolf Schneider, tinha por objetivo coletar material ornitológico brasileiro e estudar algumas espécies raras. Sick permaneceu no Brasil e foi contratado, em 1946, como naturalista da Fundação Brasil Central. Em 1960 passou a trabalhar como pesquisador do Museu Nacional. Até se aposentar, em 1981, atuou como professor titular da Universidade do Brasil, depois UFRJ. Sua obra *Ornitologia brasileira* teve sucessivas reedições e foi traduzida para o inglês, sendo considerada pelos especialistas como uma das mais importantes sobre o assunto (Pacheco e Bauer, 1995).

4 O TRABALHO DE GABINETE

Ao pensarmos no gabinete de um naturalista, podemos imaginar um lugar fechado, um tanto quanto empoeirado, cheio de livros e de animais empalhados, ocupado por alguma criatura vetusta. Esta imagem, que formamos a partir das ilustrações e descrições dos gabinetes de curiosidades dos séculos XVII e XVIII, precisa ser revista, se quisermos compreender o que era o trabalho de gabinete para naturalistas como Emília Snethlage, no final do século XIX e início do XX. Na ciência feita neste período, coexistiam o trabalho de campo e o de gabinete. A tradição dos naturalistas-viajantes, muitos inspirados por Humboldt, somava-se ao trabalho de gabinete como havia sido proposto por Cuvier. O gabinete aqui é compreendido num sentido mais extenso, como um *locus* de produção e organização do conhecimento a partir do material coletado nas viagens. Trabalho de gabinete era o que tinha lugar, portanto, não apenas no ambiente imaginado acima, mas em salas que abrigavam coleções e bibliotecas, em herbários, jardins botânicos e zoológicos etc. (Kury, 2001, p. 865). O conhecimento produzido nestes lugares tinha características diferentes do que era produzido pelo naturalista em campo e conferia, aos profissionais que nele atuavam, um tipo diferente de legitimidade científica. Apesar disto, campo e gabinete não podem ser concebidos como instâncias separadas, pois estão envolvidos num mesmo processo, o longo caminho que os objetos de história natural percorrem, da sua coleta ao uso científico. No capítulo sobre o trabalho de campo foi possível acompanhar o processo através do qual cada exemplar coletado se transformava num espécime, passando de um objeto natural a um objeto de *origem* natural, preparado de forma apropriada para atender diversas necessidades científicas (Larsen, 1997). No gabinete esses espécimes eram examinados e identificados, de acordo com procedimentos padronizados, que consistiam, basicamente, de duas etapas, uma de descrição (taxonomia) e outra de classificação (sistemática). Esses procedimentos faziam parte das práticas científicas partilhadas por grupos de cientistas e podiam, portanto, variar, de acordo com a orientação teórica do cientista, com os objetivos da pesquisa ou com o material de conservação disponível. Por exemplo, não era possível conservar as partes moles dos animais, para estudos anatômicos, se não estivessem disponíveis jarros para conservação e líquidos conservantes, enquanto que estudos osteológicos implicavam na conservação de

material ósseo etc. Os espécimes assim preparados adquiriam grande mobilidade. Podiam ser transportados, vendidos, comprados, emprestados, trocados, cedidos, catalogados, expostos e examinados com relativa facilidade (Larsen, 1997, p. 358). Estes processos científicos têm lugar em espaços específicos e constituem o que está sendo denominado trabalho de gabinete. O conhecimento científico produzido pelo trabalho de gabinete, difundido através de publicações, irá fornecer dados para o trabalho de campo, realimentando o processo de produção de conhecimento. Entre os espaços considerados como pertencentes aos gabinetes, são citados também jardins botânicos e zoológicos. Estes parecem não se adequar à descrição do trabalho de gabinete que acaba de ser apresentada. Nestes lugares desenvolvem-se, no entanto, atividades de pesquisa, experimentos de reprodução animal e vegetal, observações sobre os hábitos e comportamentos das espécies animais, ou seja, atividades controladas. Em contraposição ao trabalho de campo, onde as condições de ocorrência das espécies animais e vegetais apresentam poucas possibilidades de controle e muitas variáveis indesejadas, os jardins botânicos e zoológicos podem ser considerados como gabinetes, num sentido amplo. O trabalho de gabinete e o trabalho de campo estão, portanto, profundamente vinculados.

No período analisado, entre o final do século XIX e o começo do XX, os museus de história natural eram os lugares, por excelência, onde ocorria a produção de conhecimento científico sobre a história natural (Lopes, 1997, p. 16). Parte essencial desse processo de produção de conhecimento eram as publicações. O historiador da ciência Lewis Pyenson atribui às publicações científicas a função de “moeda da economia da produção científica”, ou seja, através das publicações o cientista constrói, delimita e expande seus “territórios” dentro de determinada disciplina e obtém o reconhecimento entre seus pares e, eventualmente, diante de um público mais amplo (Pyenson, 1985, p. 392). Isto era especialmente verdadeiro para o caso da Alemanha no final do século XIX. O sistema educacional alemão, em especial as universidades, enfatizava a importância das publicações, ao contrário do que acontecia, por exemplo, com as universidades francesas, nas quais tinham maior peso a docência e os cargos estatais. Na Alemanha as publicações científicas eram vistas como uma via privilegiada para a construção de uma carreira nas ciências. Os grandes cientistas e professores costumavam fundar seus próprios jornais especializados, nos quais eram publicados artigos de colegas, alunos e colaboradores. Isto devia-se, segundo Pyenson, à situação política da Alemanha, que era diferente da França.

Dividida, até 1870, em pequenos estados, ducados, grão-ducados e cidades-estado, era muito difícil para um professor alemão, digamos, de Munique, ter sua competência reconhecida, por exemplo, em Berlim. No caso da França, a centralidade administrativa facilitava este processo. Para os alemães, durante o século XIX, e até o final da Primeira Guerra, as publicações eram a maneira de difundir publicamente o conhecimento produzido nas universidades e museus, de forma independente das políticas locais. A literatura científica produzida era abundante, entre livros, revistas, jornais e a publicação de teses doutorais (Allen, 1995 e Pyenson, 1985). Estes dados corroboram a afirmação de Lopes sobre a importância de se investigar a trajetória de construção do conhecimento científico, no caso, na história natural, pois o caminho do campo ao artigo científico nem sempre é o mesmo e, ao pesquisar esses processos, pode-se obter informações importantes sobre a produção do conhecimento dentro de determinados contextos sociais e científicos (Lopes, 2001). O objetivo deste capítulo será examinar, dentro da produção de Emília Snethlage, o seu trabalho de gabinete. De início será focalizado rapidamente seu trabalho como inspetora do jardim zoológico do Museu Goeldi, pois as atividades que desenvolveu aí podem servir de articulação entre seu trabalho de campo, examinado no capítulo anterior, e suas publicações, analisadas no restante deste capítulo⁸¹.

4.1 O Jardim Zoológico do Museu Goeldi

Ao ser contratada para trabalhar em Belém, em 1905, as funções de Snethlage incluíam o cargo de inspetora do jardim zoológico que formava, juntamente com o jardim botânico e as coleções, o complexo institucional do Museu Emílio Goeldi. Seu predecessor no museu havia sido o zoólogo suíço Gottfried Hagmann, que havia publicado o artigo de 1901, citado no capítulo anterior, sobre a procedência dos animais do jardim zoológico⁸². Este artigo oferece também a possibilidade de se conhecer diversos aspectos envolvidos na administração do zoológico. Segundo Hagmann, o museu era administrado “com meios modestos”, o que não permitia manter um diretor específico para o zoológico. A direção deste, com todo o trabalho de “assistência especializada e controle” que isto envolvia, estava a cargo do assistente da seção de zoologia, auxiliado pelo primeiro preparador desta seção, que

⁸¹ Para a relação completa das obras publicadas por Emília Snethlage, ver “fontes documentais”.

⁸² Hagmann, *Der Zoologische Garten des Museu Goeldi in Pará (Brasilien)*, 1901.

era o encarregado também de administrar as despesas diárias (Hagmann, 1901, p. 33).

O jardim zoológico, diz Hagmann,

(...) não serve apenas para instrução do nosso público, mas deve oferecer também ao pessoal do museu a oportunidade de observar e conhecer melhor os animais, dando-lhes subsídios que os auxiliem na resolução de questões de natureza biológica ou de sistemática. Aos preparadores o jardim zoológico oferece um instrutivo local de observação (Hagmann, 1901, p. 6).

As obrigações diretas ou indiretas de Snethlage com relação ao zoológico incluíam, entre outras coisas, gerir novas aquisições, através de compras de animais dos comerciantes locais ou do mercado, ou então através da organização de expedições para coleta de espécimes, supervisionar a manutenção das gaiolas e viveiros, orientar os cuidados com a saúde e administrar o fornecimento diário de alimentos dos animais. No seu artigo, Hagmann relaciona aproximadamente 235 espécies que passaram, vivas, pelo zoológico, entre julho de 1895 e julho de 1901. No relatório do museu de 1909, o diretor, Jacques Huber, informa que naquele ano o número de indivíduos do jardim zoológico oscilava entre 660, em janeiro, e 738 em março (Relatório, 1910, p. 9). Esses dados podem servir para dimensionar o trabalho de Snethlage como encarregada do zoológico nos seus primeiros anos no museu. Tratava-se de administrar, com poucos auxiliares, as necessidades diárias, sazonais ou circunstanciais de aproximadamente setecentos animais⁸³. O jardim zoológico tinha um papel importante dentro do complexo científico do Museu Goeldi. Ele era a forma mais direta de contato com o público e de divulgação das atividades do museu e parecia ter grande sucesso nesses campos. Hagmann comenta que, em 1901, o número de visitantes chegava, a cada domingo, a 2.000 pessoas (1901, p. 6). Em 1905, ano da

⁸³ Na “Lista dos animais do jardim zoológico” apresentada por Huber no relatório de 1909, o primeiro lugar é ocupado por uma espécie exótica, ao menos em termos de Amazônia. Trata-se de um, ou melhor, de uma *Anthropopithecus troglodytes* L. (atualmente *Pan troglodytes*), uma chimpanzé. A chimpanzé aparece em diversas fotos de Snethlage (Fig.4 e 4.1), circulando livremente, do lado de fora das jaulas, e parecia gozar de especial estima entre o pessoal do museu. Assim construiu-se, em 1909, “em frente ao viveiro da lontra, uma casa espaçosa e bem arejada” para ela, que se destacava “pela sua estética simples e agradável à vista” (Relatório, 1910, p. 8). Snethlage criava ainda outros animais, alguns bem curiosos, como uma tartaruga de duas cabeças e seus cães de duas patas. Esses exemplares, dignos de um gabinete de curiosidades tinham, no lugar das patas dianteiras, apenas calosidades, e se movimentavam aos saltos, como cangurus. Snethlage fez, com eles, alguns experimentos de reprodução. Conseguiu obter crias de uma fêmea e, em cada ninhada, havia um filhote com as mesmas características da mãe. Heinrich Snethlage, que nos relata esses detalhes, descreve, com certo desalento, o final dos experimentos: “levados para a Alemanha, seus descendentes deram à luz apenas a filhotes normais” (1930, p. 127).

chegada de Snethlage, o zoológico abria para a visitação pública dois dias por semana e Sanjad apresenta dados para o ano que resultam numa média de 7.800 visitantes por mês (2005, p. 176).

As atividades de Snethlage no Museu Goeldi eram muitas e variadas. Incluíam a coleta e identificação de espécimes, suas atribuições no jardim zoológico, serviços administrativos eventuais, e as publicações. Na ausência do diretor, muitas vezes era encarregada da direção interina do museu e, após 1914, passou a dirigir a instituição de forma permanente, tendo seu tempo tomado por infinitos problemas administrativos. Durante o período em que trabalhou no Museu Nacional do Rio de Janeiro sua função de naturalista viajante a manteve mais distante da instituição, tanto fisicamente, quanto em questões gerenciais ou administrativas, e ela pôde dedicar-se integralmente à pesquisa ornitológica, fazendo trabalhos de coleta e identificação de espécimes e publicando os resultados de suas pesquisas.

Ao assumir a direção do Museu Paraense em 1894, Emílio Goeldi passou a editar o *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, convidando cientistas de renome para publicarem seus artigos no periódico e divulgando a produção dos pesquisadores da instituição. Ao fazê-lo, estava seguindo uma prática comum nos museus de história natural da época e sendo fiel à tradição das ciências alemãs, que atribuíam grande valor as publicações científicas. Quando chegou ao Brasil, Snethlage já havia publicado a sua tese de doutorado, fato ressaltado por Goeldi no relatório de 1905 (Cunha, 1989). Nos anos seguintes publicaria uma média de dois artigos por ano. Esta produção forma o legado científico da naturalista e é responsável pelo reconhecimento que a mesma recebeu ao longo do tempo e que persiste ainda hoje, principalmente por parte dos especialistas em ornitologia⁸⁴. Tanto quanto para os cientistas, para o historiador da ciência as publicações são um indicador de extrema importância para determinar a repercussão do trabalho de um pesquisador e a posição que este ocupa na comunidade científica. A análise da produção bibliográfica de um cientista pode fornecer, portanto, informações sobre as circunstâncias sociais e institucionais em que foi elaborada.

4.2 A produção científica de Emília Snethlage

⁸⁴ Não é incomum encontrar referências aos artigos publicados por Emília Snethlage em obras de ornitologia contemporâneas. No livro sobre especiação de aves no neotrópico, do geofísico e ornitólogo alemão Jürgen Haffer (1974), Snethlage aparece como um dos autores com maior número de obras citadas, ao lado de Erwin Stresemann. Cf. também Alves et al., 2000, p. 341 e Silva et al., 2005, p. 694.

Vertebrados cobertos de penas. De acordo com Emília Snethlage, a classe das aves, que compreende duas vezes mais espécies do que as quatro outras classes de vertebrados juntas, é fácil de caracterizar, e “vertebrados cobertos de penas” é o suficiente para distinguir as aves de todos os outros animais (Snethlage, 1914, p. 16). Mais complicado e muito mais trabalhoso, no entanto, é identificar os espécimes e ordená-los dentro de uma família, de um gênero e de uma espécie e subespécie, ou seja, atribuir-lhes um lugar dentro da classificação sistemática. Trabalhando com mais de 10.500 peles de aves da região amazônica das coleções do Museu Goeldi e com as informações fornecidas por uma vasta rede de cientistas, coletores, coleções e literatura, Snethlage ordenou sistematicamente todas as informações sobre o assunto às quais teve acesso até 1913 e, inventariando 1.117 espécies de aves amazônicas publicou, em 1914, o “Catalogo das aves amazonicas, contendo todas as espécies descriptas e mencionadas até 1913”.

Para o historiador da ciência, o estudo das publicações permite avaliar, entre outras coisas, o estado-da-arte de uma determinada disciplina e o amadurecimento de uma instituição e de um cientista ao longo do tempo. No mundo dos museus e das sociedades científicas, as publicações, que transitavam entre as mais diversas instituições principalmente na base da permuta, eram um dos mais importantes instrumentos de circulação do conhecimento. A partir dos contatos sociais e profissionais dos diretores, curadores e do pessoal científico dos museus, consolidados através das publicações, se efetuavam intercâmbios de peças, se aumentavam as coleções, eram feitas as determinações de espécimes (Lopes, 1997). O reconhecimento de que gozava determinada instituição, tanto dentro do país quanto no exterior, era obtido, entre outras formas, através de periódicos como os *Arquivos do Museu Nacional*, publicados a partir de 1876⁸⁵, ou como o *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia*⁸⁶ que, como visto, foi publicado por Goeldi a partir de 1894. Este último era dividido entre uma parte administrativa, com relatórios das atividades do museu, e outra científica. Também Hermann von Ihering

⁸⁵ Renomeado primeiramente, por João Batista de Lacerda, em 1895-96, *Revista do Museu Nacional* e, em 1923, *Boletim do Museu Nacional*.

⁸⁶ Posteriormente *Boletim do Museu Goeldi* e, a partir de 1931, *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*.

(1850-1930)⁸⁷, diretor do Museu Paulista, organizou uma publicação, a *Revista do Museu Paulista*, que foi lançada em 1895-96 com uma edição de mil exemplares, dos quais 300 se destinavam a permutas com outros periódicos científicos (Lopes, 1995, p. 282). É no *Boletim do Museu Goeldi* e no *Boletim do Museu Nacional* que Snethlage publicará todos seus trabalhos no Brasil, em uma divisão numericamente equilibrada, oito obras no Museu Goeldi e nove no Museu Nacional. Mas a maior parte da produção científica de Emília Snethlage, 29 artigos de um total de 46, foi publicada em periódicos científicos internacionais, principalmente alemães. Seus contatos com cientistas europeus foram intermediados por Goeldi, que havia estabelecido relações com profissionais de diversos museus estrangeiros. As ligações de Snethlage com o mundo da ornitologia alemã se estabeleceram principalmente por intermédio de Anton Reichenow, sob cujas ordens Snethlage trabalhou logo após se formar, em 1905. O ornitólogo participava ativamente das redes que interligavam os profissionais da ornitologia alemã, pois trabalhou no Museu de História Natural de Berlim entre 1874 e 1921, tendo assumido a divisão de ornitologia em 1888. Eleito secretário-geral da Deutsche Ornithologische Gesellschaft (DOG) [Sociedade Alemã de Ornitologia] em 1893, foi redator-chefe do *Journal für Ornithologie*, órgão oficial da DOG, entre 1893 e 1921, além de editar o *Ornithologische Monatsberichte* (Nomura, 2006). Nestas duas publicações, que estavam entre os mais importantes órgãos de divulgação da ornitologia em língua alemã e eram internacionalmente reconhecidas, virão à luz 21 dos artigos publicados por Snethlage⁸⁸. Embora a maior parte das suas pesquisas tenha sido publicada em periódicos científicos internacionais, muitos artigos foram publicados também em português, ao mesmo tempo, ou com

⁸⁷ O alemão Hermann von Ihering, formado em medicina pelas universidades de Berlim e Göttingen, doutorou-se em 1876, a partir dos seus estudos sobre zoologia e paleozoologia dos moluscos. Era professor de zoologia em Leipzig quando decidiu vir para o Brasil, em 1880. Trabalhou como naturalista-viajante do Museu Nacional, morando no Rio Grande do Sul até 1891. Em 1894 organizou o Museu Paulista, que dirigiu até 1915. Os seus trabalhos abrangem uma vasta gama de assuntos dentro do campo da história natural, indo da botânica à antropologia e etnografia, passando pela entomologia, ornitologia e mamalogia; sua especialidade e preferência, no entanto, era a malacologia. Em 1907 publicou, na Alemanha, uma obra que lhe daria prestígio internacional, *Archelensis e Archinotis*, na qual elaborou a teoria de “pontes continentais”, estudo que contribuiu para a concepção da deriva continental, do meteorologista alemão Alfred Wegener (1880-1930) (Lopes, 1997, p. 268).

⁸⁸ A dar crédito às palavras de Heinrich Snethlage, retomadas mais tarde por Bertha Lutz, as contribuições de Snethlage para o *Journal für Ornithologie* tiveram início muito antes. Segundo eles, pouco depois dos 11 anos, a menina começou “as suas observações sobre pássaros, enviadas por ela a Blasius, que as publicava na revista técnica *Journal für Ornithologie*” (Snethlage, H., 1930, p. 123 e Lutz, 1957, p. 39). O fato parece indicar a existência de algum vínculo social ou familiar com pessoas ligadas ao campo da história natural na Alemanha no período, mas não foi possível confirmar esta hipótese e nem localizar estas possíveis contribuições iniciais de Snethlage ao mundo das publicações científicas.

pequena defasagem em relação à publicação internacional. Esta simultaneidade indica que existia um movimento intencional orientando essa dupla difusão. Não se tratava de publicações feitas ao sabor de oportunidades editoriais, mas sim de um padrão de divulgação. Essa dupla inserção, nacional e internacional, da produção científica da cientista, pode ser interpretada como um esforço, por parte de Snethlage, de difundir as informações que produzia, em redes científicas nacionais e internacionais. Essas redes podiam se interpenetrar em alguns momentos, mas é certo que não se sobrepunham. Alguns dos cientistas de origem centro-européia que atuavam no Brasil ou na América Latina no campo da história natural naquele período, como por exemplo, von Ihering, Hermann Burmeister⁸⁹ ou Adolpho Lutz, podiam ter acesso às publicações brasileiras e alemãs mas, para a maioria dos leitores brasileiros, certamente a produção científica em língua alemã era de acesso difícil, senão impossível. Com essa forma de divulgação Snethlage conseguia atingir um número muito maior de leitores, além de participar da produção científica do país onde fazia suas pesquisas. A relação das obras publicadas pela cientista (que inclui textos póstumos, alguns dos quais recuperados e publicados provavelmente por seu sobrinho) forma um mapa surpreendentemente claro do seu itinerário profissional, que permite acompanhar os interesses científicos que despertaram sua atenção ao longo do tempo, os espaços geográficos e institucionais nos quais se movimentou e também as redes científicas nacionais e internacionais nas quais esteve inserida.

A produção científica de Snethlage teve início na Alemanha, com a publicação, em 1905, de sua tese de doutorado, defendida em 1904, sob a orientação do zoólogo August Weismann. Como era usual na Alemanha então, a tese foi publicada como separata de uma revista de zoologia, a *Zoologischen Jahrbüchern*, editada por J.W. Spengel em Gießen. O trabalho de Snethlage, “Über die Frage vom Muskelansatz und der Herkunft der Muskulatur bei den Arthropoden” [Sobre a inserção e origem da musculatura nos artrópodes], era um estudo composto de duas partes. A primeira parte era uma pesquisa sobre morfologia comparada a nível celular e a segunda, interligada a esta, uma pesquisa ontogenética. Este trabalho evidencia a participação de Snethlage nos estudos biológicos, especificamente de morfologia, que estavam sendo feitos então nas universidades alemãs (as pranchas ilustradas por Snethlage, que acompanham o trabalho, estão reproduzidas nas Fig.2.1 e 2.2). Neste

⁸⁹ O paleontólogo e zoólogo (entomologista), o alemão Hermann Burmeister (1807-1892) dirigiu o Museu de História Natural de Buenos Aires por 30 anos, entre 1862 e 1892 (Lopes, 1997, p. 97).

período inicial da sua produção científica, Snethlage teria escrito ainda, segundo Bertha Lutz, um artigo sobre um fóssil, “Jouffia”, “discutindo suas afinidades e a idade do calcário em que fora encontrado” (1957, p. 40). O interesse de Snethlage pela paleontologia é mencionado também por seu sobrinho. Uma das grandes influências na formação de Snethlage teria sido, ao lado de Weismann, o geólogo e paleontólogo alemão Gustav Steinmann (1856-1929), que havia feito viagens de pesquisa à América do Sul (Snethlage, H., 1930, p. 124). Este interesse pela paleontologia parece indicar que Snethlage participava do debate da época sobre o evolucionismo, no qual a paleontologia ocupava uma posição importante, juntamente com os estudos dos sistematas.

Com a vinda para o Brasil, Snethlage daria início a um período de intensa produção intelectual, que podemos dividir em duas fases principais, uma no Museu Goeldi e outra no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Durante a primeira fase, entre 1905 e 1914, a cientista estava se familiarizando com as características da geografia e da avifauna amazônicas. Os anos entre 1914 e 1921 foram, como já visto (cap. 2.2) um período extremamente difícil, e sua produção, neste intervalo, se resume a dois artigos. A segunda fase tem início com a transferência da cientista para o Rio de Janeiro, em 1922. A partir deste ano sua produção será retomada plenamente, mantendo coerência e apresentando continuidade com o trabalho feito em Belém do Pará.

Na trajetória profissional de Snethlage o ano de 1914 tem uma importância singular. Foi o ano no qual assumiu a direção do Museu Goeldi, após o falecimento do então diretor, o botânico Jacques Huber. E foi o ano em que foi publicado “Catalogo das aves amazonicas”, obra a partir da qual Emília Snethlage inscreveu seu nome, em definitivo, na ornitologia brasileira. Além de ser o trabalho mais conhecido de Snethlage entre os especialistas, a obra se localiza – sob diversos aspectos – numa posição importante da trajetória da cientista. O “Catálogo” funciona como foco de diversas instâncias da sua trajetória profissional; é um ponto central, tanto cronologicamente, quanto em termos institucionais e científicos. Ao ser elaborado, exigiu a convergência dos esforços produtivos iniciais de Snethlage no Brasil e a partir dele é possível compreender alguns desdobramentos posteriores da sua produção.

Quando chegou a Belém e foi incumbida, por Emílio Goeldi, a dar continuidade aos trabalhos para a elaboração de um catálogo sobre as aves da

Amazônia, Snethlage assumiu essa tarefa, “com satisfação”, pois tanto sua preparação, seus trabalhos anteriores (*Vorarbeit*) quanto sua inclinação (*Neigung*) apontavam para o domínio da ornitologia (Snethlage, 1906d, p. 407). Segundo Sanjad, os trabalhos para a elaboração do “Catalogo” haviam sido iniciados por Gottfried Hagmann – que antecederia Snethlage na função de assistente de zoologia –, sob a orientação de Emílio Goeldi. Com a intenção de preparar a obra, Hagmann dedicou-se a um levantamento das informações existentes sobre aves da Amazônia, primeiramente nos 27 volumes do *Catalogue of the Birds in the British Museum (1874-1898)* de Sharpe e depois nas obras de Spix, Wied-Neuwied, Burmeister e Pelzeln. Estes estudos deram origem a dois artigos, publicados no *Boletim do Museu*. O primeiro foi publicado em 1902, juntamente com Goeldi e o segundo em 1904, assinado apenas por Hagmann. O trabalho era acompanhado de perto por Goeldi, que tinha especial predileção pela ornitologia, já tendo publicado, em 1894, *As aves do Brasil* e, a partir de 1900, em fascículos, o “suplemento ilustrativo” do seu livro, que denominou *Álbum de aves amazônicas* (Sanjad, 2005, p. 238)⁹⁰.

Ao longo do século XIX os catálogos constituíram-se, na visão de Margaret Lopes, nos objetos mais importantes produzidos a partir das coleções. Reunindo, de forma prática, as informações de grandes coleções, permitiam a circulação desse conhecimento, libertando-o das restrições espaciais às quais estava sujeito até então. Dessa forma ampliavam o alcance das coleções e uniam museus do mundo inteiro (Lopes, 2001, p. 885). O “catálogo das aves” representou a síntese dos trabalhos de Snethlage no seu período inicial em Belém, entre 1905 e 1913. Durante estes anos, ela fez viagens e excursões, durante as quais fez coletas e observações biológicas, que compreendiam a observação do comportamento, dos hábitos de nidificação e acasalamento das aves etc. Fez estudos taxonômico-sistemáticos, a partir das coleções do Museu Goeldi e em grandes museus europeus, e publicou, sem levarmos em consideração o catálogo, 19 artigos, quase metade de sua produção total. Estes artigos apresentavam diagnoses, ou seja, descrições de espécies novas, como por exemplo, o pica-pau-anão, tipo de ave pela qual, ao longo da sua produção, ela demonstrará especial predileção. O *Picumnus amazonicus* foi descrito, em alemão, no primeiro artigo que Snethlage publicou a partir do seu trabalho no Brasil, em 1906.

⁹⁰ Sobre os trabalhos ornitológicos de Goeldi ver Sanjad, 2005, p. 236-248.

A cientista dedicou-se também à identificação e classificação de espécimes coletados pelo pessoal do museu antes da sua chegada. Escrevendo em fevereiro de 1907, Emília Snethlage se apresenta aos leitores do Boletim do Museu Goeldi com o artigo “Sobre uma colleção de aves do rio Purús”. Este artigo, publicado em 1909 no Brasil, havia sido publicado na Alemanha em 1908. Tratava-se do estudo de uma coleção de 565 peles de 193 espécies, que fora enviada à Alemanha, ao conde Berlepsch (1850-1915), para ser determinada. As aves tinham sido coletadas pelo pessoal do museu em expedições entre junho e setembro de 1903 e fevereiro e maio de 1904, algumas ainda em fevereiro de 1906⁹¹. Quando escreve este artigo, Snethlage não conhece ainda nada da região, e por isso guia-se pelas informações de Jacques Huber, então chefe da seção botânica do museu, que tomou parte numa das expedições. “A região”, diz Snethlage, “é coberta de matas enormes só interrompidas por algumas roças perto das habitações humanas” (Snethlage, 1909a, p. 43). Mais tarde, quando a naturalista adquire maior experiência, as “matas enormes” passam a ser percebidas em detalhe, com suas variações e características. Deixam de ser uma superfície homogênea e se desdobram em diversos planos, marcados por diferenças no relevo e na vegetação, permitindo análises acuradas sobre a ocorrência e os hábitos de determinadas espécies. Inicialmente Berlepsch determinara a maior parte das aves colecionadas e depois, acrescenta Snethlage, foi “tarefa fácil identificar o resto”. O “exímio especialista” também havia posto à disposição do museu as suas notas, que Snethlage apresentava nessa publicação (Snethlage, 1909a, p. 43). Demonstrando ser um perfeito cavalheiro, não apenas o portador de um título de nobreza, o conde descreve uma nova subespécie de dendrocolaptídeo, o *Xiphocolaptes promeropirhynchus*, e cede à Snethlage a prerrogativa da escolha do nome. Ela devolve-lhe a gentileza, nomeando a subespécie de *Xiphocolaptes promeropirhynchus berlepschi*, “em honra do ilustre ornitologista” (Snethlage, 1909a, p. 54). O trabalho

⁹¹ Com alguma discrepância em relação aos dados apresentados por Snethlage, Sanjad afirma que duas grandes expedições foram enviadas pelo museu à região dos rios Acre e Purús, entre maio e outubro de 1903 e entre março e maio de 1904 (Sanjad, 2005, p. 312). Nesta época a área estava envolvida na negociação de limites entre o Brasil, a Bolívia e o Perú, que resultou no Tratado de Petrópolis, no qual houve permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia, sendo que as novas fronteiras foram reconhecidas também pelo governo do Perú. O interesse pela região pode ter sido motivado, portanto, pela possibilidade de atuação do pessoal do museu de forma semelhante ao que ocorreu por ocasião do Contestado do Amapá quando, colocando-se com determinação ao lado do governo brasileiro, Goeldi não poupou esforços científicos e nem sacrifícios pessoais e profissionais para que a situação chegasse a um desenlace favorável ao Brasil. Para a análise do envolvimento pessoal de Goeldi e da participação institucional do Museu Paraense na questão do Contestado do Amapá ver Sanjad, 2005, p. 290 a 326.

de Berlepsch foi feito em conjunto com Charles Hellmayr (1878-1944), que ele cita diversas vezes nas descrições. As comparações são em geral estabelecidas a partir de aves de outros países amazônicos, como o Perú, a Guiana, a Guiana Inglesa, Equador, e Bolívia, Colômbia, das coleções do British Museum. Comentários de Snethlage complementam as informações de Berlepsch. Ela cita a existência, nas coleções do museu, de espécimes semelhantes aos descritos, que tinham sido coletados em outras localidades, em especial no baixo Amazonas, na cidade e nas cercanias de Belém e nas ilhas de Marajó e Mexiana. Dessa forma demonstrava que já conhecia bastante bem as coleções do Museu Goeldi. Esse artigo registra pela primeira vez a ocorrência, no Brasil, de 21 espécies. O artigo em alemão, que apresentava o mesmo teor do artigo em português, termina aqui. Ao artigo em português Snethlage acrescenta um estudo comparativo entre o material coletado pelo pessoal do Museu Goeldi nos rios Purús e Acre e o material coletado pelo Sr. Garbe, naturalista viajante do Museu Paulista que, entre novembro de 1901 e novembro de 1902 percorreria a região do rio Juruá, o afluente seguinte do rio Solimões em direção a oeste⁹². Os resultados ornitológicos da excursão haviam sido publicados por Ihering na Revista do Museu Paulista, em 1904. Como ambas coleções provêm de regiões próximas, parece a Snethlage interessante estabelecer uma comparação entre elas, pois “sua superfície e vegetação parecem possuir um caráter muito semelhante, se for permitido julgar por descrições” (Snethlage, 1909a, p. 71) Na verdade, ao estabelecer uma comparação com o material coletado pelo Museu Paulista, Snethlage tocava em um ponto delicado das relações entre esses dois museus, uma disputa por prioridade que envolvia diretamente os seus diretores, Goeldi e Ihering⁹³. Snethlage apresenta as espécies contestadas na sua lista como tendo sido descritas por Goeldi, sem maiores comentários, apenas indicando, com um asterisco, o artigo seguinte do Boletim, no qual Goeldi faz sua defesa. Voltando à comparação entre o material coletado por cada um dos museus, que apresenta quase o mesmo número de espécies⁹⁴, Snethlage estabelece que apenas 84 espécies eram comuns às duas coleções, e fornece esta lista. Em seguida destaca 52 espécies que eram encontradas apenas na coleção feita no rio Juruá, pelo Museu Paulista, portanto, mas que se encontravam representados nas

⁹² Sanjad, citando Ihering, fala dos Srs. Ernst e Walther Garbe (2005, p. 265).

⁹³ Na verdade, estavam em discussão duas espécies, sobre as quais Goeldi reclamava prioridade, a *Galbalcyrrhynchus purusianus* e a *Pipra coelesti-pileata*. A primeira era disputada com Ihering e a segunda com Hellmayr. Para uma análise detalhada dessas questões, ver Sanjad, 2005, p. 264-267.

⁹⁴ O material coletado pelo Museu Goeldi compunha-se de 193 e o do Museu Paulista de 189 espécies.

coleções do Museu Goeldi, em exemplares coletados no baixo Amazonas, concluindo ser razoável supor que “estas espécies se acham também nos lugares apropriados do rio Purús” (Snethlage, 1909a, p. 75). Acrescentando que 108 das espécies colecionadas no rio Purús não são encontradas na coleção do rio Juruá, Snethlage estabelece, embora sem dizê-lo diretamente, a maior representatividade das coleções do Museu Goeldi sobre as do Museu Paulista. Embora as coleções do Juruá e dos rios Purús e Acre estejam incompletas, Snethlage conclui que, de modo geral, podia-se considerar bem conhecida a avifauna das regiões médias e superiores desses rios. O artigo era acompanhado por uma mapa da região, no qual eram apresentadas com destaque as áreas de coleta dos dois museus.

Neste artigo pode-se perceber a importância das viagens que Snethlage fez, de tempos em tempos, à Europa, onde visitava grandes museus e coleções particulares, como as do conde Berlepsch, para efetuar estudos e comparações⁹⁵. O material disponível para isso, no Museu Goeldi, ainda era limitado, embora Snethlage se incumbisse de enriquecê-lo a cada excursão que fazia⁹⁶. Ao organizar o museu, Goeldi tinha tido o cuidado de colocar à disposição dos cientistas um suprimento sempre atualizado de literatura técnica, como livros, publicações de outras instituições científicas obtidas através de permuta, assinaturas de periódicos especializados, que se mostrou extremamente importante para o trabalho dos seus cientistas.

Além de artigos nos quais publicava a descrição de novas espécies e de estudos feitos a partir do material já existente no museu, Snethlage estava particularmente atenta às questões de zoogeografia e, em 1909 apresenta o primeiro artigo de síntese, em português, sobre esses estudos. Trata-se de “Sobre a distribuição da avifauna campestre na Amazônia”. Os estudos de zoogeografia demandam um conhecimento profundo tanto da fauna quanto das características geográficas de uma região. São, por isso, estudos que demandam um conhecimento prévio e, na medida do possível, pessoal, dos lugares analisados. Para apresentar este estudo de zoogeografia, Snethlage já vinha se preparando desde quando chegou ao Brasil e os

⁹⁵ Snethlage viajou à Europa em 1907, 1913, e 1924-25. Heinrich Snethlage cita ainda uma viagem em 1910, sobre a qual não temos maiores informações (1930, p. 124).

⁹⁶ O Museu Goeldi dispõe atualmente de 3.027 peles de aves coletadas por Emília Snethlage. A estas somam-se as que estão no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1.207), em São Paulo (13) e em diversos museus no exterior (3.317). Estes números nos permitem dimensionar a produtividade de Snethlage como coletora. Agradeço a Fátima Lima, assistente do Departamento de Ornitologia do Museu Goeldi estas informações.

conhecimentos que adquirira desde então formaram a base deste trabalho. Comparando os campos amazônicos com as matas virgens de terra firme, Sneathlidge constata a existência de uma avifauna de composição diferente nas duas regiões, principalmente entre aves menores. Quase todas as aves que ocorriam nos campos pertenciam a espécies de distribuição vasta e podiam ser encontradas em todas as partes da Amazônia, tanto no Brasil quanto nos países vizinhos como a Guiana, Venezuela, Colômbia, Perú, Bolívia e até na Argentina. O fato intrigava a cientista. Os campos destas regiões eram separados por vastas áreas de floresta, que eram, em geral, muito mais extensas do que os próprios campos. Em suas excursões científicas, ela tinha observado que, apesar da floresta ser “tão vasta e contínua”, as espécies que ocorriam aí ficavam muitas vezes limitadas a áreas reduzidas de ocorrência e estas regiões ficavam nas margens opostas do rio Amazonas ou de seus tributários (Sneathlidge, 1909e, p. 227). Como as regiões isoladas costumam apresentar espécies que não ocorrem em outros lugares, Sneathlidge se indagava qual seria o mecanismo que permitiria tão curiosa distribuição das aves campestres. Durante os anos anteriores ela tinha explorado diversos campos na região norte oriental e depois a zona campestre ao sul do Amazonas. Em suas excursões, tinha percorrido os campos de Marajó em dezembro de 1905, os de Monte Alegre em fevereiro de 1906, os de Bragança-Quatipurú (leste do Pará) em junho de 1908, de Ererê e do baixo rio Maicurú em julho e agosto de 1908, além de campinas nas margens do Tocantins (Arumateua) e do Xingu (Vitória) (Sneathlidge, 1909e, p. 228). Era, portanto, baseada no seu conhecimento pessoal que elaborava suas hipóteses. Em todos esses lugares, havia encontrado uma avifauna bastante semelhante, da qual apresenta uma lista de 49 espécies, que ocorriam da Costa Rica a Argentina. Em seguida enumera espécies de gêneros silváticos, de distribuição restrita, “representados nas margens opostas do Amazonas ao menos por duas, geralmente por mais espécies diferentes” (Sneathlidge, 1909e, p. 230). Muitas das aves que habitam os campos amazônicos podiam ser encontradas por todo o Brasil. Observando o habitat e a vida de aves bastante comuns, ela teve “uma primeira noção [de] onde se deve procurar a chave do problema oferecido pela vasta distribuição das espécies campestres em distritos afastados uns dos outros e a primeira vista bem isolados” (Sneathlidge, 1909e, p. 231). Referia-se às aves fotófilas:

Achei que eles preferem lugares abertos e cheios de luz, as roças, clareiras, jardins, estradas, *os barrancos e praias dos rios e as ilhas cobertas de vegetação esparsa que enchem o curso do Amazonas e dos seus tributários*, mas nunca encontrei-os no interior das matas virgens. Sendo as roças, clareiras e estradas formadas recentemente e sob a influência do homem, e tendo por isso para nosso fim um interesse secundário, vamos ocupar-nos aqui só dos cursos dos rios e da sua importância para a distribuição dos pássaros campestres (Snethlage, 1909e, p. 231) (destaque do original).

Nas viagens seguintes verificou que, ao longo dos rios mais importantes, eram encontradas as mesmas aves características dos campos, mesmo se estes rios atravessassem uma área exclusivamente de floresta. Ao constatar uma grande identidade entre populações de aves de campos bastante afastados entre si e que não contavam, aparentemente, com nenhum tipo de comunicação física, suas conclusões estavam amparadas em uma pesquisa divulgada por Jacques Huber em 1900, no Congresso Internacional de Botânica de Paris, “*Sur les campos de l’Amazone inférieur et son origine*”, na qual este propõe que os campos eram originários de antigos leitos de lagos e rios. A Snethlage parece então razoável supor que as aves se deslocassem ao longo dos cursos dos rios, vindo assim a ocupar regiões com as mesmas características fitogeográficas, mas afastadas entre si. E conclui:

A imigração dos pássaros campestres nas regiões silváticas segue o curso dos rios e dali estende-se para os campos, que sempre estão ou estiveram em comunicação com um ou outro fio d’água. Explica-se assim a vasta distribuição da maioria destas espécies. Para muitos pássaros os vales dos rios equivalem a campos, de maneira que o terreno ocupado por eles apresenta-se na forma de uma rede gigantesca, cuja trama delgada, formada pelos rios e estradas, alarga-se aqui e acolá nas áreas mais ou menos extensas dos campos, roças e clareiras (Snethlage, 1909e, p. 233)

Com esta idéia a guiar-lhe as investigações, passa a acompanhar com especial atenção a avifauna encontrada no “talvegue” dos rios e a comparar as aves encontradas nos diversos campos, nas mais diferentes localizações geográficas. A travessia entre os rios Xingu e Tapajós em 1909, pode ter sido motivada em parte pelo desejo de investigar essas questões sobre a distribuição da avifauna:

Especialmente instrutiva tornou-se a este respeito uma excursão ao rio Xingu e ao seu afluente Iriri-Curuá. Nos pequenos campos naturais que acompanham a margem esquerda do igarapé de Vitória encontrei uma avifauna singularmente concordante com a dos campos do norte (Snethlage, 1909e, p. 232).

As conclusões a que chegou a respeito da distribuição da avifauna campestre permitiram também a Sneathlage retornar ao problema da grande variabilidade apresentada pelas aves que habitam o interior das matas e que, ao contrário das aves fotófilas, preferem a sombra. Seriam os mesmos rios “largos e luminosos” que servem de via de comunicação às aves do campo, o motivo da separação das espécies silvestres, restringindo-as a áreas limitadas (Sneathlage, 1909e, p. 235).

Depois que passara a conhecer bastante bem a região amazônica o interesse de Sneathlage se dirige para uma região mais extensa e, em 1910, percorre o Ceará, com o objetivo de reconhecer a avifauna do sertão. Nos anos posteriores continua percorrendo os rios amazônicos, como os rios Tocantins e Tapajós em 1911, o rio Jari, ao norte do Amazonas, em 1912. Em 1913 vai novamente à Alemanha e, tendo obtido um financiamento (*Stipendium*) da Berliner Gesellschaft für Erdkunde (Sociedade de Geografia de Berlim), volta aos rios Iriri e Curuá, que percorrera durante a travessia, em 1914 (Sneathlage, H., 1930, p. 124). Em 1916 percorreu o rio Negro. Em 1917 recolhe-se a Santo Antônio do Prata, na região bragantina, ao leste de Belém e aproveita esta parada nas suas andanças, forçada pela situação política mundial, para dedicar-se à estudos sobre oologia e biologia das aves, em especial seus hábitos de acasalamento e nidificação. Estes estudos pedem um outro tipo de abordagem do trabalho de campo, com retornos sucessivos para observações nos mesmo lugares, durante um tempo mais prolongado do que as suas excursões, sempre mais ou menos rápidas e dirigidas para regiões diversas, o permitiam. No período entre 1914 e 1921 a produção científica de Sneathlage reduz-se a dois artigos. No entanto, nesse meio tempo, haviam sido feitos estudos e viagens de coleta, por Sneathlage e pelos preparadores, que haviam ficado no museu, quando todos os estrangeiros se afastaram. Não havia recursos para publicações e Sneathlage tenta obter meios para uma viagem, com o intuito de identificar, nos museus europeus, o material acumulado durante esses anos. O problema era dos mais prementes para Sneathlage, que o aborda em ofício ao Secretário Geral do Estado. A citação é extensa, mas vale reproduzi-la aqui, pela importância das questões apresentadas :

Acham-se atualmente amontoadas no museu as grandes e importantes coleções feitas pela seção zoológica do mesmo, durante os últimos seis anos, que por falta de material para comparação e em parte de literatura não podem ser devidamente estudadas e classificadas dentro do nosso instituto. Estas coleções incluem além de muitas raridades ainda não representadas aqui, um número considerável de espécies novas, que para descrevê-las com a precisão científica necessária, têm de ser comparadas com os tipos

das espécies relacionadas espalhadas nas coleções de diversos museus europeus (...). O assunto é de grande urgência, pois atualmente encontram-se em nossa região diversos colecionadores de museus americanos. Seria lastimável se o nosso instituto perdesse a prioridade das suas descobertas científicas e com isso a posse dos tipos das espécies novas em questão⁹⁷.

O apelo de Snethlage não foi atendido. A viagem solicitada só se realizaria quatro anos depois, quando ela já era naturalista viajante do Museu Nacional. Ao transferir-se para o Rio de Janeiro em 1922, Snethlage ainda não havia dado por concluídas suas observações relativas à região norte do país e, após alguns estudos nos arredores da capital, na sua primeira viagem (1923) a serviço da instituição a qual passara a pertencer, dirige-se ao Maranhão. O ano seguinte, 1924, ela finalmente consegue ir à Europa, para estudar e classificar os exemplares coletados nos últimos tempos em Belém, que ainda não haviam sido trabalhados. Snethlage levava emprestadas para o Rio de Janeiro, com a concordância do novo diretor do Museu Goeldi, Ó de Almeida, certo número de peles das coleções da Amazônia e é este material que ela estuda e classifica na Europa em 1924 e 1925. De volta ao Brasil, continua sua pesquisa centrada nos grandes cursos d'água brasileiros, de tão grande importância no seu pensamento ornitológico e zoogeográfico. Em 1925 viaja pelo rio Doce e, em 1926, pelo rio São Francisco. Em 1927 percorre o rio Araguaia, permanecendo cerca de seis semanas na ilha do Bananal. Entre 1928 e o começo de 1929 percorre os estados do sul do Brasil e vai ao Caparaó. No final de 1929, atendendo, ainda uma vez, ao chamado da Amazônia, ou melhor, ao chamado de um dever que lhe parecia incompleto, dirigiu-se, em 1929 ao rio Madeira, “o único tributário sul do Amazonas que lhe faltava visitar” (Lutz, 1957, p. 42). Foi sua última viagem.

Em 1957, como parte das comemorações dos 139 anos de fundação do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Bertha Lutz fez um discurso em homenagem a Emília Snehtlage, no qual, depois de apresentar alguns dados biográficos sobre sua colega de instituição, faz um resumo dos trabalhos de zoogeografia de Snethlage, que considera os pontos altos da sua trajetória científica:

A parte mais preciosa de sua obra fica sendo o sistema original e baseado em conhecimentos geográficos profundos e exatos que elaborou sobre a avifauna do Brasil. Divide o país em duas regiões, norte e sul, separadas em diagonal NE-SO pelo divisor de águas do Tocantins-Araguaia e São Francisco, Parnaíba e Paraná. A região norte compreende a hiléia e a chapada, cujos campos se insinuam em direção da primeira

⁹⁷ Cf. ofício de Emília Snethlage ao Secretário Geral do Estado, de 20 de maio de 1920. AMPEG, FES (1914-1921), caixa 1, pasta 95.

pelas margens dos rios e clareiras, envolvendo a selva em rede campestre de malhas amplas. O rio Negro serve de transição entre as Guianas, a Colômbia e o Equador. Na região sul a floresta ocupa as serras costeiras e se estende ao longo dos vales, dos rios, como o médio Paraná e o alto Uruguai, sendo ela a rede e constituindo os campos as ilhas. Os campos são ora de gramíneas, ora altos; os últimos, muito heterogêneos, abrangem o campo aberto, a caatinga, os capões, o cerrado e o cerradão. O denominador comum é a iluminação ampla. A Dra. Sneathlage inclui os pinhais entre os campos altos. A zona de transição NE é quase desértica, de aves claras e desbotadas. A outra, a SO, é rica em água e abrange a parte oriental da Bolívia e do Paraguai. As aves dos campos altos não encontram obstáculos nas serras, mas apresentam máximos e mínimos. Nas florestas serranas, menos densas que a equatorial, o ótimo decresce em altitude a medida que a latitude aumenta. Exemplifica com os tangarás e os tiranídeos, mormente com os tiranos brancos dos grupos *dominicana* e *irupero*. Biologicamente, as aves insetívoras são de distribuição restrita, maxime as do solo e das camadas baixas da floresta. As omnívoras ostentam distribuição ampla. A Dra. Sneathlage limita as suas considerações à ornithologia, mas muitas delas serão aplicáveis a outros grupos e aos países cisandinos limítrofes (Lutz, 1957, p. 43).

Emília Sneathlage faleceu em 1929. Em 1930 é publicado, no Boletim do Museu Nacional, um artigo dela denominado "Fam. Pterotochidae". Trata-se de um "extracto especial do catálogo de aves colligidas ou estudadas de 1917 a 1929" e compõe-se de uma simples relação de quatro espécies da família Pterotochidae, contendo o número de exemplares coletados, sexo, localidade, data de coleta e o número que receberam no catálogo do Museu Nacional, sem maiores explicações. O artigo seguinte foi escrito por Miranda-Ribeiro. Nele, o zoólogo discorda de uma classificação atribuída por Hellmayr ao mesmo *Scytalopus speluncae* (Fig.5) do artigo anterior, de Sneathlage. Para defender seu ponto de vista, Miranda-Ribeiro serve-se das informações da cientista sobre a ave que esta coletou em sua viagem ao Caparaó, em 1929, poucos meses antes de morrer. O artigo do zoólogo é acompanhado de uma fotografia do exemplar e, para reforçar ainda mais seu argumento, de uma reprodução da própria etiqueta do espécime, preenchida por Sneathlage (Fig.5.1), e termina com uma bravata:

Chamando atenção para a fotografia junta do exemplar da serra de Caparaó, onde se vêem nitidamente as penas ou tufo eretos dos loros⁹⁸ de que faz questão Hellmayr para o seu *Sc. fuscus*, resta-me cruzar os braços e esperar calmamente. – *Dicant paduani*⁹⁹ (Miranda-Ribeiro, 1930, p. 15).

⁹⁸ Loro: parte da anatomia das aves, entre o olho e a base do bico (Dicionário Houaiss).

⁹⁹ "Que o digam os paduanos", ou seja, que falem os que sabem.

Se Snethlage havia tido ou não conhecimento do uso que seu colega fez das informações coletadas por ela, não podemos dizer. Mas sem dúvida Miranda-Ribeiro incluía Snethlage entre os *paduani*, entre “os que sabem”. E não hesitava em valer-se das informações coligidas, de um artigo publicado por ela, para defender, diante de outros, seu ponto de vista. Com seu trabalho de campo e suas publicações, ela tinha construído sua legitimidade como cientista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os anos, mais ou menos 600 ornitólogos, brasileiros e estrangeiros, reúnem-se no Congresso Brasileiro de Ornitologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Ornitologia. No ano de 2009 o congresso foi no Espírito Santo e, como ave-símbolo do encontro, foi escolhido o jacu-estalo, *Neomorphus geoffroyi dulcis*, descrito por Emília Snethlage a partir de um exemplar coletado no rio Doce, no Espírito Santo, em 1927. Segundo os organizadores do congresso, foi o estudo da sua biologia um dos motivos da vinda ao Brasil de Helmut Sick que, em 1941, observou a reprodução da ave na natureza. Desde então quase não há relatos sobre o jacu-estalo. Talvez por insuficiente trabalho de campo¹⁰⁰. Esta ave enigmática já havia intrigado Snethlage, que não conseguiu coletar seus ovos. Durante o período de incubação, encontrou alguns exemplares em termiteiros, o que a levou a pensar que ela punha seus ovos ali (Snethlage, H., 1930, p. 127).

Emília Snethlage, *avis rara*, vinha se mostrando uma personagem esquiwa para a historiografia da ciência. Não apenas por ser a figura singular que, sem dúvida, era, mas por ter se movimentado por caminhos que só agora começam a ser percorridos pelos historiadores. Nancy Stepan (1976) investigou a ciência feita nos institutos de pesquisa no Brasil no início do século XX. Margaret Lopes (1997) debruçou-se sobre a ciência feita no Brasil nos museus de história natural no século XIX. Nelson Sanjad (2005) analisou a história de um destes museus, o Museu Goeldi, desde sua fundação até 1907. Estes historiadores sugeriram caminhos, questões, possibilidades de leitura. O estudo da trajetória de cientistas como Emília Snethlage oferece a possibilidade de verticalizar as abordagens propostas até aqui, e também de aumentar a abrangência dessas abordagens. Nesse sentido, a singularidade de Emília Snethlage oferece ricas possibilidades para o campo historiográfico. Ela foi uma mulher que construiu uma obra científica consistente atuando dentro de instituições, os museus de história natural, que ofereciam poucas oportunidades de acesso profissional às mulheres no início do século XX. Sua formação acadêmica ocorreu num momento de profundas transformações no campo disciplinar das ciências da vida. A pesquisa de doutorado

¹⁰⁰ Ver Congresso Brasileiro de Ornitologia, em “fontes eletrônicas”.

que fez, sob a orientação de Weismann, uma das figuras mais importantes nos estudos evolucionistas do período imediatamente posterior a publicação da obra de Darwin, imprimiu à sua formação a marca da ciência produzida nos laboratórios. Em contrapartida, seu trabalho de campo estava profundamente vinculado à tradição dos naturalistas. A vinda para o Brasil era uma opção de carreira para muitos cientistas estrangeiros, particularmente os alemães, que lutavam por posições em um âmbito institucional que, se formava grande número de profissionais, oferecia poucos postos de trabalho em contrapartida. Longas trajetórias científicas, como as de Haeckel, Weismann e Reichenow, foram responsáveis, por um lado, pela linguagem comum falada por cientistas como Goeldi e Sneathlaga mas, por outro lado, limitaram a mobilidade profissional de várias gerações acadêmicas. As principais posições, nos museus e nas universidades, foram ocupadas, durante muito tempo, pelas mesmas pessoas. Uma vez no Brasil, Sneathlaga associou seu nome, de forma indelével, à pesquisa de campo em ornitologia. Para isto contribuiu seu profundo interesse pela zoogeografia. A análise dos artigos que publicou permite perceber o desenvolvimento deste interesse. No período inicial de trabalho no Brasil, entre 1905 e 1914, adquiriu profundo conhecimento da geografia e da ornithologia da região amazônica, em especial do baixo Amazonas. A observação das aves no seu ambiente natural, juntamente com os estudos taxonômico-sistemáticos que desenvolveu a partir dos exemplares que coletou, das coleções do Museu Goeldi e dos museus europeus que visitou diversas vezes, permitiram-lhe o desenvolvimento de algumas concepções sobre o padrão e a forma de distribuição da avifauna amazônica. O movimento seguinte foi tentar determinar as zonas de transição e os limites desta avifauna. Posteriormente, seus estudos passaram a abranger todo o território brasileiro. A ampliação das suas investigações ornitológicas e zoogeográficas, ou seja, o rumo que seguiu sua trajetória científica, esteve ligada também a mudanças que ocorreram no âmbito institucional, como sua transferência para o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Não é possível separar estas dimensões. A proposta historiográfica de Rojas (2000), de levar em consideração o indivíduo *no* contexto, ao mesmo tempo formando e sendo formado pelo contexto social e, por extensão, institucional, mostra-se, nesse sentido, particularmente frutífera. Com sua grande dedicação ao trabalho de campo, Sneathlaga “inscreveu seu nome no mapa” da ornitologia brasileira.

O reconhecimento da validade das atividades científicas, sua legitimação, costuma ser associada a um imaginário no qual predomina a retórica da objetividade.

Naomi Oreskes (1996) sugere que também o heroísmo participa desse processo, o que parece ser particularmente válido na trajetória científica de Emília Snethlage. A travessia que fez, percorrendo a região do interflúvio Xingu-Tapajós, em 1909, pode ser vista como uma metáfora, tanto da trajetória científica de Snethlage, quanto do próprio fazer historiográfico voltado para questões biográficas. Entre o Xingu e o Tapajós, entre a Alemanha e o Brasil, entre a ciência dos naturalistas e a de laboratório, entre o trabalho de campo e o de gabinete, entre “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, entre os fazendeiros e os índios, entre cientistas alemães e instituições científicas brasileiras. Cada um desses campos representa uma confluência de fatores sociais, culturais, econômicos, institucionais, científicos. A análise da produção científica de Snethlage, permite reconhecer a coerência e consistência do seu trabalho científico. A “trajetória” científica, no entanto, ocorre num “entre-lugar”, não é uma teleologia. É um movimento no qual interação, permanentemente, indivíduo e contexto. Os “entre-lugares” configuram territórios de exploração historiográfica, representam questões e possibilidades de pesquisa. Com a análise da trajetória científica de Emília Snethlage desenvolvida neste trabalho pretendeu-se colocar em destaque algumas destas questões.

6 OBRAS CITADAS E CONSULTADAS

6.1 Fontes documentais e periódicos

CUNHA, Oswaldo Rodrigues da. Maria Emília Snethlage (1868-1929): a primeira mulher cientista da Amazônia. *O Liberal*. Belém: p. 20, 3º. caderno, 15/11/1985.

Emilie Snethlage. *The Auk* [Journal of the American Ornithologists' Union]. Washington: Vol. 48, n. 1, p. 161-165, jan 1931. Obituaries.

GOELDI, Emílio. Carta-circular. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. Belém, vol. 1, n. 1, p. 8-10, setembro 1894.

_____. Relatório apresentado pelo Diretor do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. Belém, vol.2, n.1, p. 1-27, 1897.

HAGMANN, Gottfried. *Der Zoologische Garten des Museu Goeldi in Pará (Brasilien)*. Frankfurt am Main: Mahlau & Waldschmidt, 1901.

HUBER, Jacques. Relatório de 1909, apresentado pelo director. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, vol. 7, 1910.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Vorbemerkung. *Zeitschrift für Ethnologie*. Berlin, p. 609-611, 1910.

LUTZ, Bertha. Emilie Snethlage (1868-1929). In: *Relatório anual do Museu Nacional*, pelo diretor José C.M. Carvalho. Rio de Janeiro: Museu Nacional, p. 39-43, 1957.

MAYR, Max. Die Routenaufnahme von Dr. E. Snethlage vom Xingu zum Tapajoz. *Petermann's Geographischen Mitteilungen*, Gotha: Justus Perthes. v. 58, p. 209-213, 1912.

MENDONÇA, Carlos A. de. Uma naturalista alemã na Amazônia. *Folha do Norte*, p. 11, 1º. caderno, 14/09/69.

SNETHLAGE, Heinrich. Dr. Emilie Snethlage zum Gedächtnis. *Journal für Ornithologie*. Berlim: vol. 78, p. 123-134, 1930.

Regulamento do Museu Paraense. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. Belém, vol.1, n.1, p. 22-27, 1894.

Relatório de 1909, apresentado pelo Director. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. Belém, vol. 7, p. 3-23, [1910] 1912.

6.2 Fontes eletrônicas

Biblioteca Virtual Adolpho Lutz. Cartas de Godofredo Wilken Luce para Adolpho Lutz: 03/03/1929, 12/03/1929, 21/04/1929 e 02/12/1929.

Disponível em:

<http://www.bvsalutz.coc.fiocruz.br/html/pt/static/correspondencia.htm>

Acesso em 20 de fevereiro de 2007.

Congresso Brasileiro de Ornitologia 2009. Disponível em:

http://www.faesa.br/site/?target=congresso_ornitologia_home

Acesso em 5 de junho de 2009.

Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

Acesso em 12 de junho de 2009.

International Society of Woman Geographers. Disponível em: <http://www.iswg.org>

Acesso em 12 de junho de 2009.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Natureza e naturalistas. USP, Labi-Nime 2002.

Disponível em: <http://www.imaginario.com.br> Acesso em 28 de setembro de 2007.

LOPES, Maria Margaret. *Viajando pelo mundo dos museus: diferentes olhares no processo de institucionalização das ciências naturais nos museus brasileiros*. USP, Labi-Nime 2002. Disponível em:

http://www.imaginario.com.br/artigo/a0031_a0060/a0043.shtml

Acesso em 08 de fevereiro de 2008.

Setor de ornitologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://www.ornitologia.mn.ufrj.br/colecao.html> Acesso em 5 de junho de 2009.

SNETHLAGE, Emília. *A travessia entre o Xingu e o Tapajoz*. Manaus: Biblioteca Virtual do Amazonas, 2004. Disponível em:

www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/acervo/digitalizado/index.php?a=lista&l=t

Acesso em 14 de fevereiro de 2007.

SNETHLAGE, Rotger M. *Life, expeditions, collections and unpublished field notes of Dr. Emil Heinrich Snethlage*.

Disponível em www.snethlage.info/oldhp/referat_de.html Acesso em 19 de julho de 2007.

Universidade de Berlim. Disponível em:

<http://www.hu-berlin.de/ueberblick/geschichte/> Acesso em 20 de setembro de 2007.

Universidade de Frankfurt. Disponível em:

<http://www.bio.uni-frankfurt.de/stp/> Acesso em 25 de agosto de 2007.

Universidade de Freiburg. Disponível em:

<http://www.jubilaem.uni-freiburg.de/rueckblick/frauen> Acesso em 20 de setembro de 2007.

Universidade de Jena. Disponível em:

<http://www.uni-protokolle.de/nachrichten/id/34029/> Acesso em 20 de setembro de 2007.

6.3 Artigos de Emília Sneathlage

- 1) Über die Frage vom Muskelansatz und der Herkunft der Muskulatur bei den Arthropoden. Inaugural Dissertation. Universität Freiburg i.B., 1905. [Publicada como separata de *Zoologischen Jahrbüchern*, Abteilung für Anatomie. Jena: Gustav Fischer, vol. 21, 1905.]
- 2) Ein neuer Zwergspecht. *Ornitologische Monatsberichte*, Berlim, v.14, n.3, p. 59-60. 1906a.
- 3) Einige Bemerkungen über *Hypocnemis vidua* Hellm. und *Phlogopsis paraensis* Hellm. *Ornitologische Monatsberichte*, Berlim, v.14, p. 29-31. 1906b.
- 4) Über brasilianische Vögel. *Ornitologische Monatsberichte*, Berlim, v.14, p. 9-10. 1906c.
- 5) Über unteramazonische Vögel. *Journal für Ornithologie*, Berlim, v.54, n.3 (jul), p.407-411; v.54, n.4 (out), p. 519-526. 1906d.
- 6) Neue Vogelarten aus Südamerika. *Ornitologische Monatsberichte*, Berlim, v.15, n. 10, p.160-164, out 1907; v. 15, n. 12, p. 193-196, dez 1907a.
- 7) Über unteramazonische Vögel. (continuação). *Journal für Ornithologie*, Berlim, v.55, n.2, p. 283-299. 1907b.
- 8) Eine Vogelsammlung vom Rio Purús, Brasilien. *Journal für Ornithologie*, Berlim, v.56, p. 7-24. jan 1908a.
- 9) Ornitologisches vom Tapajoz und Tocantins. *Journal für Ornithologie*, Berlim, v.56, n.4, p. 493-539. 1908b.
- 10) Sobre uma coleção de aves do Rio Purús. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, v.5, n.1/2 (1907-1908), p. 43-78. 1909a.

- 11) Novas espécies de aves amazônicas das coleções do Museu Goeldi. *Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia*, Belém, v.5, n.2. (1907-1908), p. 437-448. mar 1909b.
- 12) Novas espécies de peixes amazônicos das colleções do Museu Goeldi. *Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia*, Belém, v.5, n.2, (1907-1908), p. 449-455. mar 1909c.
- 13) Bibliographia zoologica. *Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia*, Belém, v.5, n.2, (1907-1908), p. 463-471. mar 1909d.
- 14) Sobre a distribuição da avifauna campestre na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, v.6, p. 226-235. 1909e.
- 15) Berichtigung. *Ornitologische Monatsberichte*, Berlim, v.18, p. 192. 1910.
- 16) Zur Ethnographie der Chipaya und Curuahe. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlim, p. 612-637. 1910.
- 17) Neue Vogelarten aus Amazonien. *Ornitologische Monatsberichte*, Berlim, v.20, n.10, p. 153-155. out 1912a.
- 18) A travessia entre o Xingú e o Tapajoz. [1910]. *Boletim do Museu Goeldi*, Belém, v.7, p. 49-92. 1912b.
- 19) Vocabulário comparativo dos Indios Chipayas e Curuahé. *Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia*, Belém, v.7, p. 93-99. 1912c.
- 20) Über die Verbreitung der Vogelarten in Unteramazonien. *Journal für Ornithologie*, Berlim, v.61, n.3, p. 469-539. 1913.

- 21) Neue Vogelarten aus Amazonien. *Ornitologische Monatsberichte*, Berlin, v.22, n.3, p. 39-44. mar 1914a.
- 22) Catalogo das aves amazonicas, contendo todas as espécies descritas e mencionadas até 1913. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, v.8, p. 1-530. 1914b.
- 23) Nature and man in Eastern Pará, Brazil. *Geographical Review*, New York, v.4, p. 41-50. 1917.
- 24) Die Indianerstämme am mittleren Xingu. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, n.45, p. 395-427. 1920-1921.
- 25) Oribatídeos brasileiros (Tradução do trabalho de Max Sellnick). *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.24, p. 283-300. 1923.
- 26) Informações sobre a avifauna maranhense. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p. 219-223, mar 1924a.
- 27) Neue Vogelarten aus Nord-Ost-Brasilien. *Journal für Ornithologie*, Berlin, v.72, n.3, p. 446-450. 1924b.
- 28) Die Flüsse Iriri und Curua im Gebiete des Xingu. *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, Berlin, p. 328-354. 1925a.
- 29) Neue Vogelarten aus Nord-Brasilien. *Journal für Ornithologie*, Berlin, v.73, n.2, p. 264-274. 1925b.
- 30) Novas espécies de aves do N.E. do Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.1, n.6, p. 407-412. 1925c.
- 31) Resumo de trabalhos executados na Europa, de 1924 a 1925, em museus de História Natural, principalmente no Museum für Naturkunde de Berlin. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.2, n.6, p. 35-70. 1926.

- 32) Uma nova espécie de Dendrocolaptídeo do interior do Brasil – *Xiphocolaptes franciscanus* spec. nova. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p. 59-60. 1927a. (com uma ilustração)
- 33) Algumas observações sobre pássaros raros ou pouco conhecidos do Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p. 60-64. 1927b.
- 34) Bemerkungen über einige wenig bekannte Formicariiden aus Süd- und Mittelbrasilien. *Journal für Ornithologie*, Berlim, v.74, n.2, p. 371-374. 1927c.
- 35) Ein neue Cuculidae aus Südbrasilien. *Ornitologische Monatsberichte*, Berlim, v.35, n.3 (1927), p. 80-82. 1928a.
- 36) Ein neuer Dendrocolaptidae aus inner Brasilien. *Ornitologische Monatsberichte*, Berlim, v.35, p. 8-9. 1928b.
- 37) Neue Vogelarten und Unterarten aus Innerbrasilien. *Journal für Ornithologie*, Berlim, v.76, p. 581-587. 1928c.
- 38) Novas espécies e subespécies de aves do Brasil Central. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 1-7. 1928d. (com três ilustrações)
- 39) Beiträge zur brasilianischen Oologie. Verhandlungen VI. *Internationalen Ornithologie*. Kongreß. Kopenhagen, 1926, p. 576-640. (com Karl Schreiner). 1929.
- 40) Bemerkungen über die Verbreitung der Vögel in Brasilien. *Journal für Ornithologie*, Berlim, v.78, n.1, p. 58-65. 1930a.
- 41) Fam. Pterotochidae (Extracto especial do catálogo de aves colligidas ou estudadas de 1917 a 1929). *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 9-10. 1930b.

42) Worte und texte der Temb -indianer. *Revista del Instituto de Etnologia de la Universidad Nacional de Tucuman*, Tucuman: Universidad Nacional, n. 2, 1931/1932.

43) Chipaya- und Curuaya-W rter. Aus dem literarischen Nachla , herausgegeben von E.H. Snethlage. *Anthropos*, v. 27, p. 65-93. 1932.

44) Beitr ge zur Brutbiologie brasilianischer V gel. *Journal f r Ornithologie*, Berlim, v.83, n.1, p. 1-24. jan 1935a.

45) Beitr ge zur Fortpflanzungsbiologie brasilianischer V gel. *Journal f r Ornithologie*, Berlim, v.83, n.4, p. 532-562. out 1935b.

46) Catálogo das aves. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p. 83-92. 1936.

6.4 Obras citadas

ALVES, Maria Alice dos Santos et al. *A ornitologia no Brasil: pesquisa atual e perspectivas*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.

AINLEY, Marianne. Field work and family: north american women ornithologists, 1900-1950. In: PNINA, G. Abir-am e OUTRAM, Dorinda. *Uneasy careers and intimate lives: women in science, 1789-1979*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, p. 60-76, 1987.

ALLEN, David Elliston. *The naturalist in Britain: a social history*. Princeton: Princeton University Press, 1995 (1976).

ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la expansión de Europa*. Tradu o de Roberto Elier. México, D.F.: Fondo de Cultura Econ mica, 2000.

BENOIT, Sébastien. *Henri Anatole Coudreau (1859-1899): dernier explorateur français en Amazonie*. Paris: L'Harmattan, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 183-192.

BUßMANN, Hadumond e NEUKUM-FICHTNER, Eva. *“Ich bleibe ein Wesen eigener Art”*: Prinzessin Therese von Bayern. Munique: Ludwig Maximilians Universität, 1997.

CAMPOS, Humberto de. *Destinos...* (crônicas). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, Vera Penteadó. *Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. São Paulo: EDUSP, 1993.

_____. A doutora Emília e a tradição naturalista. *Horizontes Antropológicos*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vol.1, no.1, p. 37-46, 1995.

CUNHA, Oswaldo Rodrigues da. Maria Elizabeth Emília Snethlage. In: *Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi*, I. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 83-102, 1989.

DAUPHIN, Cécile. Mujeres solas. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org.). *Historia de las mujeres*. Tomo 8. Madri: Taurus, 1993. (10 vol.)

INSTITUTO ANTONIO HOUAISS. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

DROUIN, J.-M. e BENSUAUDE-VINCENT, B. Nature for the people. In: JARDINE, N.; SECORD, J.A. e SPARY, E.C. (eds). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 408-425, 1997 (1996).

FITTKAU, Ernst Josef. Johann Baptist Ritter von Spix: primeiro zoólogo de Munique e pesquisador no Brasil. Depoimento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.8 (supl.), p. 1109-1134, 2001.

GERODETTI, João E. e CORNEJO, Carlos. *As ferrovias do Brasil nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris, p. 239, 2005.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2007.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. A Amazônia sob olhares evolucionistas: a ciência no Museu Paraense (1894-1914). In: ALVES, José Jerônimo de A. (org). *Múltiplas faces das ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, p. 103-134, 2005.

GUERRA, Antônio Teixeira. Dicionário geológico e geomorfológico. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. (7ª. edição)

HAFFER, Jürgen (com contribuições de Ernst Mayr). Ornithologen-Briefe des 20. Jahrhunderts (Cartas de ornitólogos do século XX). *Ökologie der Vögel*, Ludwigsburg, vol. 19, 1997.

_____. *Avian speciation in Tropical South America*. Cambridge, Massachusetts: The Nuttall Ornithological Club, no. 14, 1974.

HELFERICH, Gerard. *O Cosmos de Humboldt*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

JUNGHANS, Miriam. Emília Snethlage (1868-1929): uma naturalista alemã na Amazônia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15 (supl.), p. 243-255, jun. 2008.

KEYNES, Richard. *Aventuras e descobertas de Darwin a bordo do Beagle (1832-1836)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Dois anos entre os indígenas: viagens no noroeste do Brasil (1903-1905)*. Manaus: EDUA/FSDB, 2005.

KOHLER, Robert E. Place and practice in field biology. *History of Science*, vol. 40, núm, 129, p. 189-210, 2002.

KURY, Lorelai B. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8 (supl.), p. 863-880, 2001.

_____. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na “Viagem ao Brasil” (1865-1866). *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v.21, n.41, p. 157-172, 2001.

LARSEN, Anne. Equipment for the field. In: JARDINE, N.; SECORD, J.A. e SPARY, E.C. (eds). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 362, 1997 (1996).

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 167-182, 1996.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *The museums and the construction of natural sciences in Brazil in the 19th century*. In: *Cultures and institutions of natural history*. São Francisco: California Academy of Sciences, p. 81-100, 2000.

_____. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.8 (supl.), p. 881-897, 2001.

_____. Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15 (supl.), p. 73-95, jun. 2008.

LURIE, Edward. *Louis Agassiz: a life in science*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1988.

MAYR, Ernst. *One long argument: Charles Darwin and the genesis of modern evolutionary thought*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

_____. *The growth of biological thought*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

MENDES, Josué Camargo. *Vida pré-histórica*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1977.

MIRANDA-RIBEIRO, Alípio de. Notas ornitológicas: ainda *Scytalopus speluncae*. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 11-15. 1930. (com duas ilustrações)

_____. Discurso de recepção da Dra. Emília Snethlage na Academia Brasileira de Ciências. *Boletim do Museu Nacional*, v. 12. n.1, p. 77-85, março 1936.

MORAIS, Raimundo de. *Os igaraúnas*. São Paulo: Roswitha Kempf, 1985. (1ª. edição - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938).

NOMURA, Hitoshi. Aves brasileiras descritas no século XX e XXI (até 2006). *Atualidades Ornitológicas*, n.133, set.-out. 2006

NYHART, Lynn K. Natural history and the “new” biology. In: JARDINE, N.; SECORD, J.A. e SPARY, E.C. (eds). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 426-443, 1997 (1996).

ONIKI, Yoshika e WILLIS, Edwin O’Neill. *Bibliography of brazilian birds: 1500-2000*. Rio Claro: UNESP, 2002.

ORESQUES, Naomi. Objectivity or heroism? On the invisibility of womens in science. *Osiris*, v. 11, p. 87-113, 1996.

OUTRAM, Dorinda. New spaces in natural history. In: JARDINE, N.; SECORD, J.A. e SPARY, E.C. (eds). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 249-265, 1997 (1996).

PERROT, Michelle. Salir. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org.). *Historia de las mujeres*. Vol. 8. Madri: Taurus, p. 155-189, 1993. (10 vol.)

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jésio Hernani Bonfim Gutierre. Baurú, SP: EDUSC, 1999.

PYENSON, Lewis. Functionaries and seekers in Latin America: missionary diffusion of the exact sciences, 1850-1930. *Quipu - Revista latino-americana de historia de las ciencias y la tecnologia*. Mexico: p. 387-420, set.-dez. 1985.

_____; SHEETS-PYENSON, Susan. *Servants of nature: a history of scientific institutions, enterprises and sensibilities*. New York: Norton, 1999.

RIZZINI, Irma. *A união da educação com a religião nos institutos indígenas do Pará (1883-1913)*. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia/MG: UFU, p. 5314-5325, 2006.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. Em: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O*

biográfico: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 9-48, 2000.

ROMARIZ, Dora de Amarante. *Humboldt e a fitogeografia*. São Paulo: Lemos Editorial, 1996.

ROOSEVELT, Theodore. *Through the brazilian wilderness*. London: John Murray, 1914. [Edição em português: *Nas selvas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.]

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Snethlage - alma de mulher e de sabia. In: *Ensaio brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 88-90, 1940.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, jul.-set. 2008.

SANJAD, Nelson. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2005.

_____. Emílio Goeldi (1859-1917) e a institucionalização das ciências naturais na Amazônia. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 5, n. 2, p. 455 – 477, julho – dezembro 2006.

_____. *Emílio Goeldi (1859-1917): a ventura de um naturalista entre a Europa e o Brasil* [versão para o francês Janine Houard]. Rio de Janeiro: EMC, 2009.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SCHINDLER, Helmut. Plumas como enfeites de moda. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 7 (supl.), p. 1089-1108, 2001.

SHEETS-PYENSON, Susan Ruth. *Cathedrals of science: the development of colonial natural history museums during the late nineteenth century*. Kingston: McGill/Queen's University Press, 1988.

SICK, Helmut. *Ornitologia brasileira*. Ilustrações Paul Barruel; pranchas coloridas Paul Barruel e John P. O'Neill; coordenação e atualização José Fernando Pacheco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 (1985).

SILVA, J.M.C. da; RYLANDS, Anthony B.; FONSECA, Gustavo A.B. da. The fate of the Amazonian areas of endemism. *Conservation Biology*, vol. 19, num. 3, p. 689-694, junho 2005.

SILVA, M.F.F. *O desenvolvimento comercial do Pará no período da borracha (1870-1914)*. Niterói: UFF/ICHF, 1978.

SILVA, M.F.F. *Do regional ao nacional: Pará (1850-1914)*. São Paulo: USP/FFLCH, 1996. (Tese de Doutorado)

SNETHLAGE, Emília. (Ver 6.3)

SOUZA, Lia Gomes Pinto de. Educação e profissionalização em ciências: Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro, décadas de 1920 e 30. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

_____. *Picturing tropical nature*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.

STRESEMANN, Erwin. *Ornithology from Aristotle to the present*. Tradução de Hans J. e Cathleen Epstein. Introdução e posfácio de Ernst Mayr. Cambridge, Mass. e Londres: Harvard University Press, 1975. (Edição original: *Die Entwicklung der Ornithologie von Aristoteles bis zur Gegenwart*. Berlim: F. W. Peters, 1951)

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

6.5 Obras consultadas

BALDUS, Herbert. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

CRISPINO, Luís Carlos Bassalo; BASTOS, Vera Burlamarque; TOLEDO, Peter Mann de (orgs.). *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*. Belém: Paka-Tatu, 2006.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: reunião dos ensaios amazônicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

DANTES, Maria Amélia M. Fases da implantação da ciência no Brasil. *Quipú*, vol. 5, núm. 2, p. 265-275, 1988.

DRUDE, Sebastian. A contribuição alemã à linguística e antropologia dos índios do Brasil, especialmente da Amazônia. In: ALVES, José Jerônimo de A. (org). *Múltiplas faces das ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, p. 175- 196, 2005.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FARBER, Paul Lawrence. The development of taxidermy and the history of ornithology. *Ísis*, v. 68, n. 244, p. 550-566, 1977.

_____. *Finding order in nature: the naturalist tradition from Linnaeus to E. O. Wilson*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de (curador). *Belém dos imigrantes – história e memória*. Belém: Museu de Arte de Belém, 2004 (catálogo de exposição).

FIGUEIRÔA, Silvia. Para pensar as vidas de nossos cientistas tropicais. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, vol. 1, p. 235-246, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LA CONDAMINE, Charles-Marie. *Viagem pelo Amazonas (1735-1745)*. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACHI, M. (org.) *Karl Mannheim*. São Paulo: Ática, p. 67-95, 1978. (Coleção “Grandes Cientistas Sociais”)

MELLO LEITÃO, Cândido de. *Zoo-geografia do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937a. (Brasiliana, 5ª. série, vol. 77)

_____. *A biologia no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b. (Brasiliana, 5ª. série, vol. 99)

_____. *Novos rumos da biogeografia*. Separata da Revista Brasileira de Geografia, n.3 ano VII. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1946.

PACHECO, José Fernando e BAUER, Cláudia. Adof Schneider (1881-1946). *Atualidades ornitológicas*, núm. 65, p. 10-13, junho 1995.

PINTO, Olivério M. de Oliveira. Contribuição dos sábios de língua alemã à ornitologia brasileira. *Revista Humboldt*, Hamburgo: Übersee Verlag, núm. 18, p. 76-79, 1968.

RICOTTA, Lúcia. *Natureza, ciência e estética em Alexandre von Humboldt*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

REICHENOW, Anton. *Die Vögel: Handbuch der Systematischen Ornithologie*. Stuttgart: Ferdinand Enke, 1913/1914.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, p. 1-25, 1979.

SILVA, J.M.C. da; OREN, D.C. e LIMA, M.F.C. Fernando Novaes: o fundador da moderna ornitologia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, série Ciências Naturais, v.1,n.1, p. 249-254, jan-abr 2005.

VELTHEM, Lúcia Hussak v. e SANJAD, Nelson (curadores). *Reencontros: Emílio Goeldi e o Museu Paraense*. Belém do Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006 (catálogo de exposição).

VENÂNCIO, Ana Teresa Acatauassú. A questão de gênero na história da antropologia no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, junho, ano/vol. 19, número 55, p. 165-169, 2004. (Resenha de *Antropólogas e antropologia* de Mariza Corrêa)

7 ANEXO

A última carta de Emília Snethlage¹⁰¹

(...)

Na última carta, datada de 04 de novembro de 1929, de Porto Velho, no rio Madeira, ela escreve ao irmão:

“Na segunda-feira partiu o vapor para o Madeira, o “Sapucaia”, no qual viajei uma vez, há muitos anos. E eis que, novamente, tudo era novo, mesmo para mim que conheço bem a Amazônia. A floresta era como uma parede, nos dois lados do gigantesco rio, às vezes com grama baixa e terrenos lodacentos na frente. Levamos quase uma semana para chegar a Porto Velho, pois tocávamos a sineta e acostávamos a cada instante para entregar o correio a barcos que passavam, mais velozes, por nós, ou parávamos durante horas, para carregar madeira. As localidades maiores são Borba, à margem esquerda, Calama, à direita e Humaitá, novamente à esquerda. A viagem em um desses vapores fluviais, no entanto, é agradável; tenho a cabine maior e mais ventilada só para mim, os demais passageiros são simpáticos, parte deles viaja comigo desde o Rio [de Janeiro]. O *juiz de direito*¹⁰², o funcionário público mais graduado de Santo Antônio – que fica só um pouco acima de Porto Velho, ainda na Amazônia, logo após a divisa com o Mato Grosso, onde começam as gigantescas cataratas do rio Madeira –, viaja com a sua esposa, jovem e simpática e, para atingir o seu destino teve que, como eu, optar pelo itinerário que passa pelo Rio, segue pela costa e pelo Amazonas, caminho dez vezes mais longo do que o que passa por Cuiabá e pelo Guaporé. [O caminho que fizemos] no entanto é, senão dez vezes mais, pelo menos um bocado mais rápido. Há também um dos homens do Rondon, que está

¹⁰¹ Esta é a última carta escrita por Emília Snethlage da qual se tem conhecimento. Foi escrita de Porto Velho para o seu irmão, durante sua última viagem, em 4 de novembro de 1929, exatamente 3 semanas, portanto, antes do seu falecimento. A carta encontra-se reproduzida no necrológio escrito por seu sobrinho, Heinrich Snethlage, publicado no *Journal für Ornithologie*, de Berlim. A tradução é minha

¹⁰² Todas as palavras que aparecem em português no texto original estão em itálico na tradução.

sendo esperado por este no rio Jamari, mas que mais não sabe. No dia 21, segunda-feira, depois de um pequeno *acidente* com um gigantesco tronco de árvore, quase totalmente submerso, que se enroscou em uma de nossas hélices durante a noite, exigindo horas de trabalho e ainda, no dia seguinte, o conserto da hélice quebrada, chegamos a Porto Velho, na margem direita, estação inicial da conhecida e mal-famada Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A localidade, assim como a ferrovia, é, no mais exato sentido da palavra, um aborto. [Foi] instalada à custa de enorme desperdício de dinheiro e de vidas, com casas modernas, construídas [dentro das normas] higiênicas, ou seja, com janelas e portas totalmente protegidas com redes anti-mosquitos, para um grande quadro de funcionários (em sua maioria ingleses), um hotel para os esperados turistas, gigantescos depósitos, galpões e instalações técnicas na margem [do rio], tudo ainda bem conservado. Logo após terminada sobreveio a crise da borracha e todas as expectativas e esperanças deram em nada. Na ferrovia, que deveria transportar a borracha produzida no interior da Bolívia, circula um trem por semana em cada sentido, mas quase não há passageiros ou carga para transportar. A companhia recebe subvenção governamental, senão não poderia manter nem isso. Assim está a semente, a casca, até agora bem conservada, ainda apresenta um certo viço. Todas as instalações, como disse, são grandiosas: o hotel tem quartos grandes e arejados, circundados por varandas largas e protegidos contra mosquitos, banheiros, instalações hidráulicas, luz elétrica, gelo, café da manhã e refeições com vários pratos, sempre de excelente qualidade e não muito caros (15 mil réis por dia). As esplêndidas construções na margem [do rio] – por detrás das quais se aninha, no verde, uma simpática vilazinha brasileira, que se espelha, a iluminação elétrica de suas ruas brilhando intensamente, no rio largo e ainda magestoso, ao pé das corredeiras –, têm uma aparência bastante agradável, principalmente quando vistas do local onde estou agora, uma *fazenda* exatamente à sua frente, na outra margem. No hotel mencionado aguardava-me uma novidade. Muitas vezes, durante minhas viagens, encontrei colegas [do sexo masculino], mas aqui encontrei, pela primeira vez, uma colega mulher. É claro que ela era inglesa, Miss Fountaine¹⁰³ (sic), especialista em borboletas e lagartos e, é claro que ela era, como eu, filha de um pastor, quer dizer, *mutatis mutandis*. Seu pai era o terceiro filho de uma família aristocrática, que teve que assumir a reitoria da paróquia da família, e levava uma vida de fidalgo e esportista,

¹⁰³ [N.T.] Tratava-se da lepidopterologista Margaret Elizabeth Fountaine (1862-1940).

numa casa com 15 empregados, com uma preceptora francesa etc. De qualquer maneira, no campo ela teve oportunidade e incentivos para desenvolver seu interesse pela História Natural e, quando o pai faleceu e ela teve que se tornar independente, encontrou aí sua profissão. Ela viajou pelo mundo quase todo, como eu pelo Brasil, e se tornou uma coletora e especialista bastante conhecida. Com tantas coincidências, logo ficamos amigas, embora tenhamos ficado juntas apenas dois dias e meio, fizemos juntas uma pequena excursão, partilhamos as refeições, nos fizemos companhia durante o trabalho, fumamos juntas e lamentamos ambas quando tivemos que nos separar na quarta-feira à tarde, na esperança, no entanto, de nos revermos em fevereiro, no Pará, ou no próximo outono, na Inglaterra. Aí fui para a fazenda de gado, na margem esquerda, onde tenho que fazer coleta e ela, na manhã seguinte, voltou ao Pará com o “Sapucaia”.

Aqui estou muito bem instalada, apesar das inevitáveis dificuldades. A *fazenda* – habitada apenas pelo vaqueiro e sua família, que moram atrás, e agora por mim, que ocupo o aposento da frente, a grande *sala*, o chão com assoalho de madeira, as paredes caiadas de branco, uma mesa grande, uma cadeira, uma corda para pendurar roupas etc., quatro ganchos para as redes, um no meio de cada parede – está localizada no meio de um gramado comprido, não muito largo, que corre ao longo da margem [do rio] e é cercado por um pequeno bosque de árvores frutíferas, terminando em plantações ou *roças* recém-abertas. Imediatamente depois destas ergue-se a floresta, que posso alcançar em menos de um quarto de hora. Está repleta das aves que procuro e que, em sua maior parte, diferem fortemente das [que se encontram] na margem direita do rio, estas, por sua vez, sendo idênticas às da margem esquerda do Tapajós. A minha vida não apresenta muitas variações mas é aprazível, especialmente as manhãs, quando vou à floresta, da qual em geral não consigo sair antes de duas ou três horas. [Então] volto para casa, como [alguma coisa], preparo as aves [coletadas], tomo banho, janto, faço meus apontamentos e preencho etiquetas, jogo paciência, dou uma olhada em alguma revista antiga, subo na rede e durmo, em geral logo e bem. Senhor Roberto e Dona Sincoró, esta uma meio-índia boliviana e boa cozinheira, me tratam muito bem. Temos carne e peixe frescos, que Roberto traz todos os dias da cidade. Frutas em grande quantidade, *mangas*, laranjas, melões e *melancias*, e mais *garapa* (caldo de cana) e, se eu quisesse, leite. Os problemas são: uma terrível praga de moscas na casa, por causa dos animais, e meu velho amigo, o *muçum*, nos *campos*, em consequência do qual tenho o corpo todo sarapintado de vermelho; os mosquitos

até que não são muitos e assim é provável que eu fique por aqui mais de oito dias, até quarta-feira, quando prosseguirei para Guajámirim, que fica a mais ou menos 300 km de distância, dois dias de viagem de trem! Quero ficar lá apenas uma semana, se não for muito interessante, depois voltarei para cá e pegarei o próximo vapor para Manaus e, de lá, provavelmente para Tabatinga, na divisa com o Perú, ou para o Japurá” (Snethlage, H., 1930, p.129-132).

ILUSTRAÇÕES

Veranda do Museu Nacional 1936



OP. DO MUSEU NACIONAL — RIO

Grav. M. Collaço

A Dra. EMILIE SNETHLAGE

Fig.1 – Emília Snethlage na varanda do Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1926
Imagens: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG

Aus dem Zoologischen Institut in Freiburg i. B.

Über die Frage vom Muskelansatz und der Herkunft der Muskulatur bei den Arthropoden.

Mit 3 Abbildungen im Text.

Inaugural-Dissertation

zur

Erlangung der Doktorwürde

der

hohen philosophischen Fakultät

der

Universität Freiburg i. B.

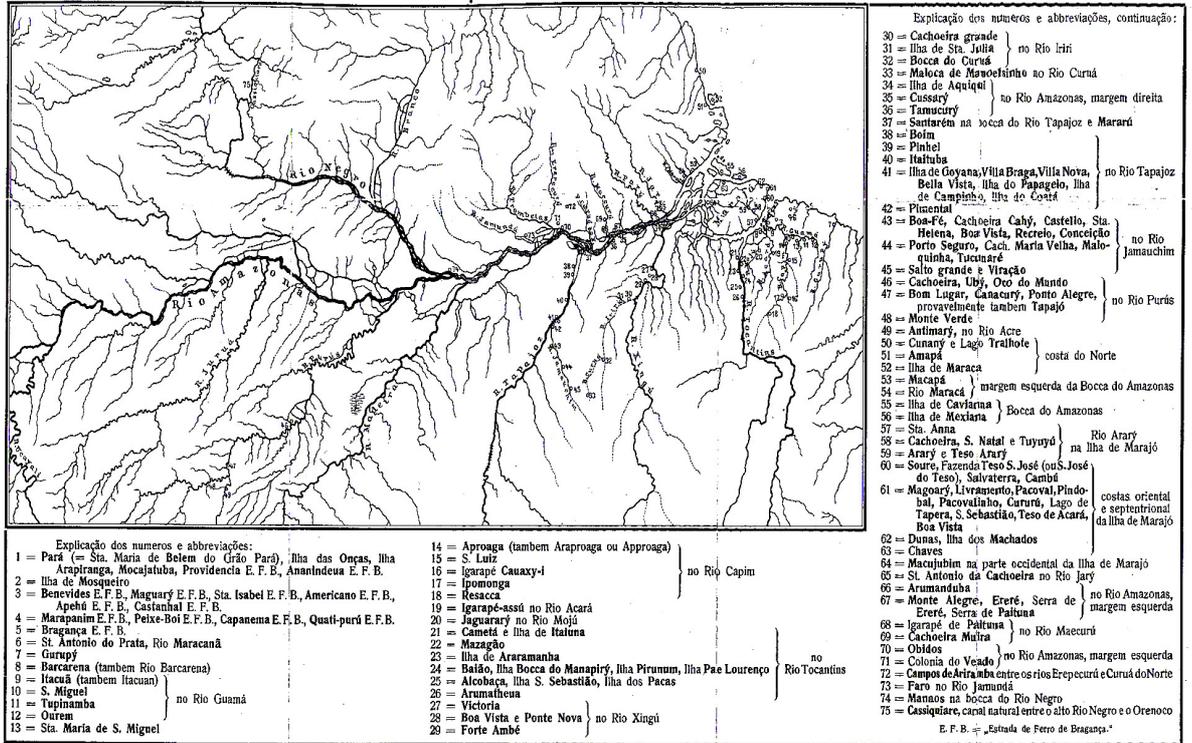
vorgelegt von

Emilie Sneathlage

aus Kraatz, Provinz Brandenburg.

Freiburg i. B.
1905.

Fig.2 – Folha de rosto da tese de doutorado de Emília Sneathlage, 1905



Mapa do Valle do Amazonas, com indicação das localidades onde foram feitas as colleções ornithologicas do Museu Goeldi, mencionadas no Catalogo das Aves Amazonicas.

Fig.3 – Mapa do “Catálogo das aves”, 1914



Fig.4.1 – Emília Snethlage e a chimpanzé, no Jardim Zoológico do Museu Goeldi, s/d

BOLETIM DO MUSEU NACIONAL
RIO DE JANEIRO
VOL. VI, N.º 1

A. de Miranda-Ribeiro — *Notas Ornithológicas.*
Ainda "Scytalopus speluncae"

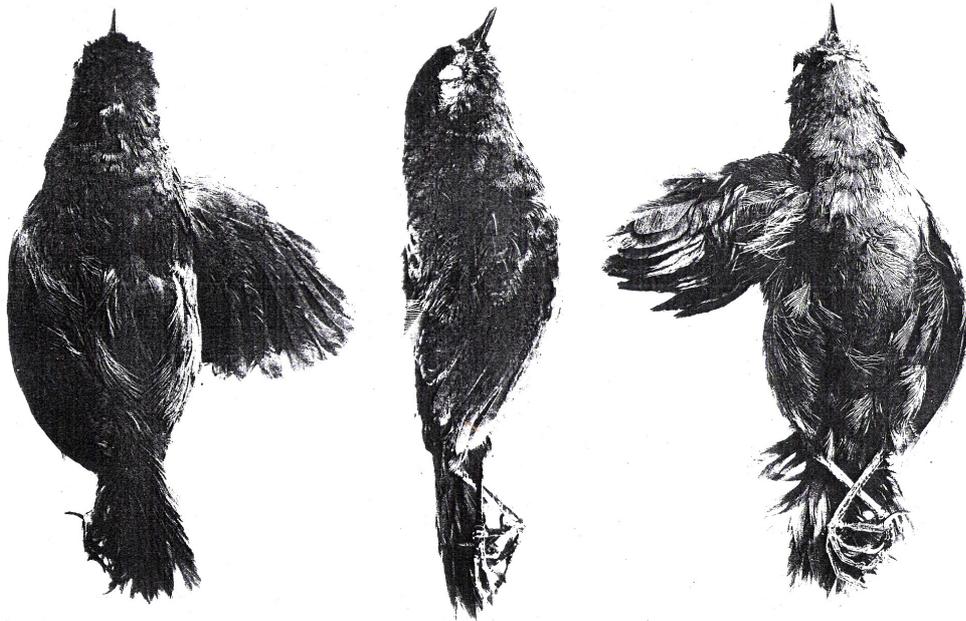


Fig.5 – Foto de espécime (*Scytalopus speluncae*), 1930

MUSEU NACIONAL
Rio de Janeiro

♂.

Casa Quimada, 1. B. 1929.
Serra de Saparó,
Cit. de Minas Gerais, 1^o 34. Subtilage.

Iris *parda*
 Ped. *partes oliváceas*
 Rost. *partes*
 Conf. *com incisões finas*
 Obs. *na cabeça*

Rotulos do proprio punho da Dra. Emilia Snethlage, referentes á estampa juncta, de exemplar guardado na collecção seriada do Museu.

Fig.5.1 – Etiqueta de espécime (*Scytalopus speluncae*) preenchida por Emília Snethlage, 1929

